

Amoreiras: o nascer de uma nova centralidade

Do reinado de D. João V à atualidade – um percurso urbanístico



João André Sequeira
Projeto Final de Arquitetura
Mestrado Integrado em Arquitetura
2012-2013 ISCTE-IUL

Orientador: Professor Doutor Arquiteto José Luís Possolo de Saldanha
Co-orientadora: Professora Doutora Arquiteta Ana Cristina Fernandes Vaz Milheiro

Agradecimentos

Aos meus pais e irmão, por estarem sempre presentes e terem sido uma força essencial.

À minha família, que se mostrou sempre disponível para ajudar e dar motivação.

Aos meus amigos, com quem pude contar sempre que precisei.

Aos professores que marcaram toda a minha formação e me fizeram crescer imenso enquanto pessoa.

Às coisas boas que a vida me deu e me fazem ser uma pessoa feliz com o que tem.

A mim. Custou mas foi. Parabéns João.

ÍNDICE GERAL

| | |
|------------------------------------------------|-----|
| PREÂMBULO | 11 |
| PARTE 1 | |
| Dissertação | 19 |
| PARTE 2 | |
| A Mancha | 89 |
| Centro Interpretativo Amílcar Cabral | 114 |
| Proposta Urbana | 141 |
| Proposta Individual - Habitações nas Amoreiras | 175 |
| Exercício Livre - Mobiliário Urbano | 225 |
| BIBLIOGRAFIA | 231 |
| ANEXOS | 237 |

Lista de Abreviaturas

AFCML – Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa

AICML – Arquivo Intermédio da Câmara Municipal de Lisboa

ANBA – Academia Nacional de Belas Artes

BN – Biblioteca Nacional

IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico (agora IGESPAR)

MC – Museu da Cidade

MNAA – Museu Nacional de Arte Antiga

PREÂMBULO

O presente livro é a síntese de todo um processo realizado no ano letivo iniciado em Setembro de 2012 e finalizado em Outubro de 2013, no curso de Mestrado Integrado em Arquitetura do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

Neste último ano de formação, é requerida a realização do projeto final de curso e de uma dissertação. Para tal, somos acompanhados ao longo de dois semestres por dois professores na cadeira prática – Projeto Final de Arquitetura (PFA), sendo um destes o orientador – e um professor no laboratório – cadeira teórica, sendo o desta o co-orientador. A primeira, é comum a toda a turma, enquanto a segunda inseria-se numa oferta de cinco hipóteses, das quais o aluno escolheria um tema de entre Cultura Arquitetónica Contemporânea, Tecnologias, Economia, Sociologia e Antropologia. A minha escolha recaiu sobre a primeira.

Chegou então o ano que se antevia há muito tempo, que trouxe consigo a redação de uma dissertação de mestrado. Para quem não tem o dom da palavra, como eu, isto era algo que me deixava receoso, como medo de não estar à altura. Mas como em tudo, existe sempre uma primeira vez e, após ultrapassada, não posso sentir mais que não satisfação para comigo mesmo, pela forma como lidei com o assunto e superei medos e fraquezas. O laboratório onde me inseri, orientado pela professora Ana Vaz Milheiro, procurou incidir-se na investigação de cidades das antigas colónias africanas, com especial enfoque na época do Estado Novo. Numa primeira fase, foram exibidas entrevistas a arquitetos que se ligaram de algum modo ao urbanismo colonial, tendo sido esta a primeira abordagem a este novo tema. Foram depois realizados trabalhos que confrontavam as cidades em estudo, duas a duas, servindo como introdução ao processo de investigação. A partir daí, pretendia-se que cada aluno seguisse rumo sozinho, escolhendo um tema para o seu trabalho. Bibliotecas, arquivos e entrevistas entraram desde então no meu quotidiano e trouxeram a hipótese de comunicar com pessoas bastante interessantes, bem como descobrir obras desconhecidas. O gosto pelo tema foi crescendo, oferecendo mais valias que se ligavam ao projeto prático. Ainda que num percurso com altos e baixos e longe de perfeita, esta dissertação fez-me crescer, quer pelo conhecimento que me trouxe, quer pela autonomia que ganhei.

Na disciplina de PFA houve uma grande aposta no trabalho em grupo, ideia que em muito me agrada e sinto ser essencial no mundo da arquitectura. Assim, o ano começou com a formação de grupos de cinco a seis elementos e cedo se arrancou para a realização de um primeiro workshop, chamado de “aquecimento”. Neste primeiro exercício pedia-se a interpretação que uma mancha proveniente da impressão de um objecto embebido em tinta da china numa folha de papel, seguindo-se uma materialização em desenhos técnicos e maquetes. Um processo um tanto ou quanto a lembrar o Teste de Rorschach, comumente conhecido como teste projetivo, bastante utilizado em psicologia e onde, através de manchas de tinta simétricas, se pede a um indivíduo uma interpretação do que consegue ver nelas. O

Autor (à esq.) e colega Fábio Correia.
Fotografia pertencente ao grupo de trabalho.



resultado final foi bastante satisfatório, especialmente quando confrontada a mancha primária e o objeto elaborado, fazendo questionar até onde a imaginação humana nos pode levar.

Continuando no registo de ideias em grupo, foi lançado um segundo workshop, o qual pretendia a projeção de um centro interpretativo para a celebração dos 90 anos do nascimento de Amílcar Cabral, em Bafatá (Guiné-Bissau), sua cidade natal. Fora uma rara oportunidade de desenhar um edifício para um sítio onde o território era desconhecido. Contávamos apenas com as fotografias online e imagens de satélite, como “visita” ao local. Isso levou a um estudo mais cuidado, conjugando fatores sociais da região com a arquitetura, pelo que o desfecho foi um dos projetos mais adequados ao território que alguma vez fiz. Serviu também para aprofundar a história desta antiga colónia portuguesa e abrir horizontes quanto à contenção de custos ainda que servindo as necessidades da população.

Fechados os exercícios iniciais, entrou-se finalmente no assunto nuclear deste último ano, que teve como tema o “Mundo Novo”. Este novo mundo que surgiria daqui a vinte anos, seria o fator desencadeador das propostas urbanas que aqui se mostram. O território a intervir eram as Amoreiras, na malha consolidada da cidade de Lisboa. Em grupo, realizamos a análise à área apresentada que seria depois exibida em duas fases: uma primeira que revelaria a investigação conjunta e uma segunda, alguns meses depois, onde se debateram propostas para resolver os problemas encontrados, auxiliados por maquetes e fotomontagens. Entre estas, inseriu-se o projeto individual, que deveria seguir as linhas anteriormente definidas pela

análise e servir de base para a intervenção urbana.

Assim, estruturadas as bases, foi possível iniciar o projeto chave de todo este percurso – as habitações nas Amoreiras. Ao início senti que não me satisfazia fazer apenas casas, que habitualmente são edifícios com pouca escala (ainda que seja o meu programa preferido). Mas cedo fui apercebendo-me que todas as noções que acomodei, ao longo destes anos no curso, faziam-me agora olhar para o lugar de forma diferente. As preocupações agora tidas não se prendem apenas com o que se projeta para dentro das paredes, mas sim com um todo, na possibilidade de gerar acontecimentos em toda aquela zona. E, nesse sentido, foi trabalho que não teve fim. É um sentimento geral, este de nunca fechar um projeto, dentro da nossa cabeça. Há sempre algo que se podia melhorar, algo a acrescentar, algo a desenhar até à exaustão. Porém julgo ter sido feliz no espaço que consegui originar desde o princípio e isso motivou-me. Preocupei-me em criar diferentes tipologias que respondam de diversas formas de vida que se propõem para daqui a duas décadas, mas, ao mesmo tempo, manter raízes com a habitação tradicional e a memória do espaço. Essa memória (um pátio operário), que foi encontrada por entre a informação estudada, foi em muito a responsável por querer saber mais sobre as Amoreiras e sido esse o caso de estudo para a dissertação.

Finalmente, foi lançado um exercício livre, onde o resultado final era de nossa escolha. Dada a oportunidade, deixei-me levar pela vontade e pus mãos à obra – construí mobiliário urbano à escala real. Há uma satisfação acrescida quando vemos os nossos desenhos ganharem forma e poderem ser parte da nossa vida, serem realmente úteis. Ainda que com alguns contratemplos, tudo se fez, o que deu outro sabor ao resultado final.

Mais de um ano depois do começo, acabo este ano extenuante. Mas a exaustão revela um trabalho contínuo e persistente, onde dei o meu melhor que consigo. E verdade seja, que se é para terminar algo, que se acabe em grande.

Como é costume dizer-se, o arquitecto tem que estar atento ao mundo, mas por outro lado, tem que ser um bocado esquizóide. Porque quando tem que desenhar, o mundo é uma folha A4.

Eduardo Souto de Moura

Parte 1 - Vertente teórica



Amoreiras: o nascer de uma nova centralidade
Do reinado de D. João V à atualidade – um percurso urbanístico

(na pág. anterior) Sobreposição de uma fotografia atual sobre uma fotografia de época, tiradas do topo da Mãe de Água das Amoreiras. Montagem de Rita Cepa. Fotografia atual de Rita Cepa e fotografia antiga do AFCML

ÍNDICE parte 1

| | |
|--------------------------------------------------------|----|
| RESUMO / ABSTRACT | 23 |
| CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS | 27 |
| Metodologia | 28 |
| Área em Estudo | 28 |
| ESTADO DA ARTE | 29 |
| ASPETOS GERAIS | |
| Caracterização do Território - Topografia | 31 |
| Caracterização do Território - Limites Administrativos | 31 |
| ORIGENS DO LOCAL | |
| O lugar das Amoreiras | 33 |
| Aqueduto das Águas livres e Mãe de Água | 35 |
| Indústrias do Rato | 37 |
| Terramoto de 1755 | 39 |
| Remodelação Paroquial de 1770 | 40 |
| ANÁLISE DA MALHA URBANA | |
| Evolução Urbana até ao fim do século XX | 41 |
| Largo do Rato | 43 |
| 1770 | 47 |
| 1807 | 49 |
| 1856-58 | 53 |
| 1879 | 57 |
| 1904-11 | 61 |
| 1950 | 65 |
| 1970 | 69 |
| 1998 | 73 |
| AMOREIRAS: Uma Reflexão | |
| De Hoje | 75 |
| Para Amanhã | 78 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 81 |

Resumo

Palavras-chave: Urbanismo; Novas centralidades; Amoreiras; Lisboa

Lisboa vê-se, até meio do século XVIII, confinada ao interior das suas muralhas, por questões defensivas. Uma das suas saídas na época, as Portas de Santa Catarina, conduz a duas conhecidas ruas da Lisboa atual – a Calçada do Combro e a Rua da Misericórdia que liga depois à Rua da Escola Politécnica. Estas duas últimas formam o festo da Cotovia, caminho que liga a um rótulo exterior da cidade – o Largo do Rato (antiga Praça do Brasil). A partir daqui desembocavam novos percursos para os arredores, entre estes a Rua das Amoreiras (antiga Rua das Águas Livres).

A toponímia da “Rua das Águas Livres” remete para o momento em que o Aqueduto chega a esta área da cidade, vindo colmatar o problema de abastecimento de água, que devido ao elevado crescimento da população. Assim, na primeira metade do século XVIII constrói-se o reservatório da Mãe de Água, forte impulsionador das primeiras grandes indústrias que vieram surgir em Lisboa, entre estas a Real Fábrica das Sedas (1741). Associado a este edifício, é projetado também o Bairro dos Fabricantes, por Carlos Mardel, que aparece como a primeira iniciativa urbanística estatal (e a segunda proposta de malha urbana, a seguir ao Bairro Alto). Aliou-se ao conjunto, um jardim com árvores de amoreira (alimento dos bichos da seda), aqui plantadas. As habitações destinavam-se aos artesãos e seus aprendizes. Surge então o primeiro *bairro operário* em Lisboa.

A velha rua que partia do Rato dirigia-se à zona de Campolide, término da cidade, bem definido um século depois, com a Estrada da Circunvalação, decretada em 1852. Campolide era então uma zona rural e, pela sua posição elevada, propícia à instalação de moinhos¹.

Existiam muitas quintas e, em finais do século XIX, começam a surgir as “modernas” vilas e pátios operários, entre estes, o Pátio do Biaggi, o maior de Lisboa². Estas habitações precárias eram construídas pelos proprietários do terreno, herdando muitas vezes o seu nome, como é o caso do Pátio do Monteiro (junto à Artilharia Um, contíguo ao Pátio do Bagatella), construído por Manuel José Monteiro, o “mineiro”, ex-emigrante retornado do Brasil³, que dá nome também ao extenso terreno que aqui se encontra – Quinta do Mineiro.

Com o surgir do século XX, começam a aparecer planos para a abertura de novas artérias, seguindo a lógica de ocupação urbana das Novas Avenidas. Tem-se depois então uma nova malha que se sobrepõe à antiga e vai retalhar o território, abrindo traseiras para frentes de rua. Nesta fase, já existe a Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, que carece de território para estacionar os seus transportes (devido à cedência de terreno para a construção da casa da Moeda, no Arco do Cego) e encontra nas Amoreiras um lote disponível, onde mais tarde se implantará o famoso Complexo das Amoreiras.

A zona das Amoreiras começa aqui a afirmar-se com uma centralidade, por já se ter

1 Como se comprova pela toponímia da “Calçada dos Sete Moinhos”

2 Pereira in Teixeira, 1994, p. 511

3 Também chamados de “torna-viagem”

consolidado dentro do interior da cidade de Lisboa e por estar provida de acessos importantes (como a autoestrada do Jamor – agora A5 – a primeira do país, que através do viaduto Duarte Pacheco forma uma das entradas mais bem definidas da cidade). É então que no boom económico e construtivo que Portugal vive nos anos de 1980 que esta zona vai crescer bastante, com o surgimento de um dos maiores ícones da cidade, o Complexo das Amoreiras do arquiteto Tomás Taveira. Trata-se de um complexo multifuncional que conjuga habitação e terciário (escritórios e comércio) que vai marcar este nó da cidade como centro financeiro e atrair inúmeras empresas que aqui se localizam, quer neste, quer noutras edificações novas.

Marcada com os acontecimentos anteriores, e sendo cada vez mais um ponto central perante uma cidade em expansão, as Amoreiras tornam-se apetecíveis para habitação e atividades de hotelaria. Atualmente, esta última desenvolveu-se consideravelmente, bem como os complexos multifuncionais, cujo exemplo é o Pátio Bagatela, galardoado com o prémio Valmor em 1997, ou o mais recente “Nova Amoreiras”, ladeado pelo Hotel Sana e em contraponto ao Hotel D. Pedro, um dos edifícios mais altos da cidade.

Este trabalho servirá, finalmente, para tentar traçar o perfil de evolução urbana da zona e definir como foram sendo alterados os seus usos do passado, comparando-os com os do presente.

Abstract

Amoreiras: the dawn of a new central point
From King João V to the present – an urban route

Keywords: Urbanism, New centralities; Amoreiras; Lisbon

Lisbon has, until the middle of the 18th century been confined within its own walls for defensive purposes. One of the city exits at that time, the Portas de Santa Catarina, lead us to two well-known streets of Lisbon today – the Calçada do Combro and the Rua da Misericórdia, which then connects itself to Rua da Escola Politécnica. These two latter streets form the Festo (ridge line) da Cotovia, a path that connects to a distribution point – Largo do Rato (formerly Praça do Brasil). From here, new routes flowed to the outskirts, one of which the Rua das Amoreiras (the former Rua das Águas Livres).

The name “Rua das Águas Livres” suggests to us the place of arrival of the aqueduct at this part of town, which addressed the problem of water supply due to high population growth. As such, in the first half of the 18th century the Mãe de Água reservoir is built, being the main driving force of the first major industries that arose in Lisbon, namely the Royal Silk Factory (Real Fábrica das Sedas, 1741). Allied to this building it is designed the Bairro dos Fabricantes, by Carlos Mardel, which appears as the first state-led urban initiative (and second proposed urban grid, following the Bairro Alto). Allied to the set, a garden planted with mulberry trees. The houses were for the artisans and their apprentices to live and work. It was then born the first working-class neighborhood in Lisbon.

The old street that started in Rato steered its way to the area of Campolide, a clear end of the city's territory a century later, with the Estrada da Circunvalação (enacted in 1852). Campolide was then a rural area and due to its elevated position, conducive to mills.

There were many farms and in the late 19th century began to appear the “modern” working class Vilas and Pátios, including the Pátio do Biaggi, the largest in Lisbon. These substandard housing were built by the owners of the land, often inheriting their name, such as the Pátio do Monteiro (near Artilharia Um, next to the Pátio Bagatella), built by José Manuel Monteiro, the “miner”, ex -emigrant returned from Brazil, which also gives its name to the extensive land that is here – Quinta do Mineiro (Miner's Estate).

With the advent of the 20th century, new plans begin to appear for construction of new arteries, following the thought process behind Avenidas Novas. A new mesh presents itself, which will overlap the old one and will shred the territory, opening the backside of the buildings to street fronts. At this time, it existed already the Company Carris de Ferro de Lisboa, which had no territory in which to park their transport (due to release of land for the construction of the Casa da Moeda, in Arco do Cego) and finds in Amoreiras the ideal property, where later on the famous Amoreiras Complex will be built.

The area of Amoreiras begins to assert itself as a central point for already having consolidated within the inner city of Lisbon and be provided with important accessibilities (such as highway A5, the first in the country, which by the Duarte Pacheco bridge defines one of the most clear entrances of the city). It is during the economic and constructive boom that Portugal has in 1980's that this area will grow significantly, with the emergence of one of the greatest city icons, the Amoreiras Complex from the architect Tomás Taveira. It is a multifunctional complex that combines residential and tertiary sector (offices and retail) that will mark this node of the city as a financial center and attract numerous companies that are located here, either in this or in other new buildings.

Considering the prior events, and increasingly turning into a focal point towards an expanding city, Amoreiras became desirable for Hotels and New Housing for upper-middle class. Today, there has been great development, especially in hotel units and condominiums, as the Pátio Bagatela (Valmor award in 1997) or the latest Nova Amoreiras, flanked by five-star Hotel Sana (in comparison with the Hotel Don Pedro, one of the tallest buildings in the city).

This work will ultimately try to trace the evolution profile of the area and define how they evolved their uses of the past, confronting them with the present day.

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Neste último ano do Mestrado Integrado em Arquitetura (MIA), o exercício de final de curso, desenvolvido na cadeira de Projeto Final de Arquitetura (PFA), é realizado em paralelo com a redação de uma dissertação de mestrado, a qual é acompanhada por um orientador. Este tutela uma aula de Laboratório que tem um tema geral, dentro da sua área de investigação. Neste caso, foi escolhido o Laboratório de Cultura Arquitetónica Contemporânea, lançado pela Professora Ana Vaz Milheiro.

Numa primeira fase, foi sugerido aos orientandos desta disciplina o estudo de seis cidades do mundo lusófono, entre as quais Lisboa. Em paralelo, PFA lançava o tema “Admirável Mundo Novo”, propondo uma abordagem ao que poderia tornar-se o território das Amoreiras, em Lisboa, daqui a 20 anos. Tal seria, inicialmente, discutido em grupo e daí seriam extraídas ideias e propostas. Surge assim a primeira vontade de estudar o tema “Amoreiras: o nascer de uma nova centralidade”, que procura uma comparação entre passado e um possível futuro deste território da cidade.

Seguindo a metodologia habitual que normalmente assinala o arranque da análise de um território, acabei por desenvolver uma curiosidade que foi dando frutos ao longo do processo de projetar em arquitetura. Vasculhar os arquivos (online, primeiramente) foi-se tornando mais que uma necessidade – um gosto. Fui então descobrindo informação que, cruzada, me narrava a história de uma pequena área delimitada da cidade, proposta pelo exercício de projeto. Não foi difícil imaginar as potencialidades e o interesse que poderia vir a ter o estudo de uma zona central como esta. Aliás, julgo que o simples facto deste pedaço da cidade ostentar um monumento de tamanha escala quanto o conjunto Aqueduto/Mãe-de-Água, suscita logo o desejo de lançar questões. Assim, cedo fui abrindo os olhos para pequenas zonas pelas quais passamos diariamente sem prestar a mínima atenção. São as obras pombalinas ou as vilas e pátios operários, que marcaram uma época, ou até mesmo um complexo sistema de abóbadas projetado para armazenar águas há mais de 100 anos que nos fazem regalar os olhos. Tamanha é a ingenuidade ao deparamo-nos com tais realizações que, após uma pequena vergonha momentânea, nos faz, a partir daí, levantar as mais diversas questões.

Verdade seja que a escolha do tema não foi inicialmente tão óbvia como a sinto ser agora. Mas não faria sentido outro trabalho que não este. Sinto que, qualquer que seja o resultado final extraído, aprendi e cresci enquanto investigador (de que pouco tinha). Obrigou-me a contactar com entendidos e ilustres no estudo da cidade e fez-me trocar ideias com historiadores, arquitetos, professores, olisipógrafos, que tanto oferecem à história desta minha (nossa) Lisboa.

E tão importante que esta história é e nos traz razões para muitas vezes sermos como somos, fazermos o que fazemos. Numa vertente social, a história, a certa altura, fez-nos a todos divergir de um caminho que se julgava fixo, para romper com ideias e reinventar o ser humano, uma e outra vez. Daí a importância dela, quer na arquitetura quer em tudo na vida.

Viver na vontade de projetar para um amanhã, que um dia será passado, no desejo de deixar uma marca, um testemunho; recriar a percepção de como vivemos e como ela é suscetível de se adaptar às necessidades. A arquitetura não é mais que isto, a resposta material básica à necessidade do ser humano.

História feita, aqui está ela, tal como se sabe ter sido.

Metodologia

A metodologia escolhida para a realização desta dissertação teve como princípio a pesquisa cartográfica e bibliográfica, bem como a leitura de obras relacionadas com o tema, que puderam ser encontradas nas bibliotecas do ISCTE-IUL, Municipal (Palácio Galveias) e Gabinete de Estudos Olisiponenses, bem como pesquisa online nos arquivos municipais da Camara Municipal de Lisboa. Após a recolha da cartografia pertinente, efetuou-se uma sobreposição das mesmas para entender a evolução da mancha urbana ao longo dos tempos, seguindo-se um tratamento destas para melhor compreensão. Em complemento, foram realizadas entrevistas/conversas com entendidos no assunto da cidade de Lisboa, como o arquiteto Manuel Graça Dias, o olisipógrafo doutor José Sarmento de Matos, a doutora Maria Helena Barreiros e o professor Walter Rossa. O cruzamento de toda esta informação originou a reflexão aqui exposta.

Área em Estudo

A noção deste território surge muitas vezes distorcida, uma vez que a edificação do Complexo do arquiteto Tomás Taveira trouxe um novo epicentro ao topónimo Amoreiras, deslocando-o assim da sua origem. Por isso, sente-se a necessidade de definir os limites físicos compreendidos a este estudo, sendo estes: a sul, o Largo do Rato e a Rua Dom João V, que contorna a fronteira poente com o reservatório de águas da EPAL, já na Rua José Gomes Ferreira; a norte, considerou-se até à rua do Alto do Carvalhão, que se une à Rua Dom Carlos de Mascarenhas e, posteriormente, à Rua Marquês de Fronteira. Aí, segue para sudeste através da Rua da Artilharia Um, que cede o nome à Rua de S. Filipe Néri, antes de esta desembocar no largo primeiramente referido e cerrar o perímetro de investigação.

Foi considerada uma área ligeiramente diferente à proposta na cadeira de PFA, no MIA, sendo que foram adicionados os quarteirões a norte da Rua do Arco do Carvalhão, entendidos como parte deste todo que é a zona das Amoreiras.

ESTADO DA ARTE

Poucos são os estudos específicos sobre este território. Destacam-se acima de todas as obras consultadas, a tese de mestrado do professor Walter Rossa – Além da Baixa, Indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista – editada em 1998 pelo extinto IPPAR e, anteriormente, o livro “Depois do Terramoto”, de autoria de Gustavo de Matos Sequeira e com a primeira edição do volume I de 1916, pela Academia das Ciências de Lisboa.

Este último autor foi um estudioso da cidade, que nascera na freguesia de São Mamede. Este livro adveio da curiosidade que nutria pela zona onde vivera, pelo que retrata as zonas da antiga Cotovia (Rua da Escola Politécnica), São Bento, Santa Isabel e Amoreiras, interessando especialmente a última para esta dissertação. Sequeira procura a génese da sucessão de acontecimentos aqui notada, e fornece informações bastante detalhadas através de documentos recolhidos. Elabora uma história desta área, como o título indica, a qual sofre uma grande expansão após o terramoto. Traz um discurso que segue uma abordagem que reparte a física com a moral, numa linguagem que aproxima o leitor do escritor, envolvendo-o no cenário descrito. É uma exposição da qual se conseguem ver as semelhanças na obra de Norberto de Araújo – Peregrinações em Lisboa (1938) – onde este trata o leitor por tu. Apesar de ambos descreverem com tamanha exatidão os antepassados da estrutura urbana do território, sente-se que o conteúdo carece de uma crítica perante as decisões tomadas no planeamento desse mesmo lugar, algo que só acontecerá no final desse século.

O estudo feito ao urbanismo pombalino focava-se praticamente todo sobre a reconstrução da Baixa, tendo o professor José Augusto França contribuído bastante para esse tema, mas existia uma grande lacuna em relação às opções urbanísticas tomadas extra baixa. Nesse sentido, Rossa vê a oportunidade de estudar as preocupações que começaram a existir, cada vez mais, durante essa época, na capital. Existiu um especial enfoque na última década do reinado de D. João V, o qual almejava uma reforma urbana profunda. O autor faz aqui uma análise sobre as potencialidades que o terramoto trouxe para esta zona das Amoreiras. Campolide tornava-se gradualmente uma zona cobiçada, ao ponto de chamar a atenção dos que procuravam onde erigir o novo paço real, obra que atrairia consigo a nobreza. Fazendo uma análise do território da cidade e à raiz da sua expansão, vai tecendo um pensamento conciso e direto sobre a morfologia deste subúrbio tornado urbano. Esta obra trouxe à tona documentos inéditos, de interesse a quem procure uma investigação aprofundada dentro do período retratado. Nos elementos mais afincadamente estudados, inserem-se a obra das águas livres e a Mãe-de-Água das Amoreiras (bem como os arranjos urbanísticos diretamente conectados, como os chafarizes públicos), a Real Fábrica das Sedas e o conjunto habitacional que dela surgiu, comparando-o com obras do seu autor. De uma forma geral, é abordado o tema do urbanismo racional e iluminista posto em prática perante os ideais políticos e sociológicos da época.

Todas as outras obras, ou por referirem-se ao tema de forma semelhante às anteriores,

ou por parcialmente abordarem assuntos relevantes, não se consideram como obras diretas de referência da descrição em seguida exposta, ainda que sejam de grande auxílio, quando cruzada a sua informação.

ASPECTOS GERAIS

Caracterização do Território - Topografia

A colina das Amoreiras atinge a sua cota máxima aos 110 metros acima do nível do mar, no terreno do antigo Quartel, à Artilharia Um. Não faz parte das sete colinas históricas que cercam a Lisboa medieval, das quais a do Castelo é a mais alta, a 100 metros de altitude. Mas use-se a última como termo comparativo perante a cidade.

Na verdade, esta colina em estudo une-se depois ao planalto de Campo de Ourique, tendo ambos como fronteira o vale de Alcântara, a poente, onde esta plataforma termina abruptamente, confrontada no lado oposto por Monsanto (atingindo 226 metros no seu ponto máximo). Esta barreira natural, que se estende de Campolide e só termina perto do Tejo, em muito influenciou a distribuição de caminhos irradiantes e, posteriormente, da malha urbana. A vertente norte, que se sucede à área em estudo, mostra-se mais aprazível e fácil de transpor. Tal sucede-se nas terras do Vale Pereiro⁴, que vão de encontro à linha de água que anteriormente fluía no sítio da Avenida da Liberdade/Rua de Santa Marta (a mais antiga saída da cidade medieval).

Num olhar mais próximo, este terreno mostra-se como uma suave encosta, voltada para o rio, em cujo centro – o cruzamento da Avenida Engenheiro Duarte Pacheco com a Avenida Conselheiro Fernando de Sousa – nasce um ligeiro vale por onde circula a Rua das Amoreiras, unindo-se posteriormente ao vale de São Bento. Este último, como será falado mais à frente, foi um dos motivos que levou a que a cidade crescesse segundo a linha de cumeeira da Cotovia, onde hoje se lê “Rua da Escola Politécnica”.

Devido ao terreno pouco acidentado, é possível encontrar algumas plataformas, ainda que ligeiramente alteradas pelos edifícios lá implantados. É caso disso a Praça das Amoreiras, a Quinta do Mineiro⁵, a Praça das Águas Livres, o terreno do Reservatório Grande da EPAL e o que se anexa para nordeste deste, sendo esse topo uma zona com desprezáveis alterações de cota.

Caracterização do Território - Limites Administrativos

As freguesias até 1859 eram territórios delimitados a cargo de um pároco, sendo a sua designação de “Paróquia de...”. Posteriormente, esses membros do clero seriam designados por Prior, nome que se manteve até hoje⁶.

Como se falará mais adiante, toda esta zona terá pertencido a Campolide. A paróquia de Santa Isabel é criada em 1741, devido ao elevado crescimento demográfico que aqui se registava. Mas em 1770 aconteceria uma remodelação significativa nas freguesias de Lisboa,

4 Hoje Parque Eduardo VII e terrenos anexos

5 Antigo sítio do Colégio dos Maristas e hoje Complexo Residencial da Nova Amoreiras

6 Santana, 1994, p. 416

circunstância originada pelo terramoto de 1755. Aqui veio depois a anexar-se a Paróquia de São Mamede, em muito às custas da anterior, mas também com uma pequena parte da de São Sebastião.

Encontravam-se há um ano as freguesias ainda delimitadas pela reforma de 1770, sendo as que têm pertença a este território a de Campolide, a norte da Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, e, a sul, de Santa Isabel e São Mamede, com fronteira na Rua das Amoreiras (referentes ao 3º, 2º e 1º bairros de Lisboa, respetivamente). Contudo, à data da realização desta investigação, já entrou uma nova divisão administrativa, com base no decreto de Lei 56/2012 de 8 de Novembro⁷. Assim, apenas se manterá Campolide, pois Santa Isabel pertencerá a Campo de Ourique e São Mamede é englobada na de Santo António.

7 "Freguesias" in <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/freguesias/freguesias>

ORIGENS DO LOCAL

O Lugar das Amoreiras

Até muito recentemente, o cidadão da cidade tinha como limite urbano a muralha. Em Lisboa, esta ideia permanece até à reforma pombalina, que traz uma alteração decorrente da densidade crescente que se viria a verificar na expansão para jusante, através das portas de Santa Catarina, atual Largo do Chiado. Na colina de São Francisco localizavam-se diversos conventos que, com as suas cercas, foram defendendo este território e que em muito vieram a definir, posteriormente, a implantação dos edifícios que hoje figura, ainda que alterada com o tempo.

Na zona a norte das portas, surgiu a Vila Nova de Andrade (actual Bairro Alto, com o primeiro loteamento em 1513⁸), um bairro com uma malha já de inspiração racionalista, ainda que de origem privada (e fora de um conceito urbanístico⁹, pois não contempla uma noção de conjunto, estando desprovido de praças, p.e.). Foi uma realização moderna para a época, durante esta expansão.

O eixo do Combro, que partia desta mesma porta da cidade, já havia sido ocupado anteriormente. A norte começa a surgir também outro eixo de expansão, pelo festo da Cotovia, território ocupado pelos Jesuítas¹⁰. Toda a encosta a sul desta linha, virada para o vale de São Bento, eram terras do Conde de Tarouca, cuja urbanização mais tardia deveu-se ao edifício do noviciado dos Jesuítas, que ainda usufruía da servidão de vistas sobre o rio¹¹. Nesta linha de festo e desde a Vila Nova de Andrade surge o primeiro pedaço de cidade planeado na ortogonal do rio.

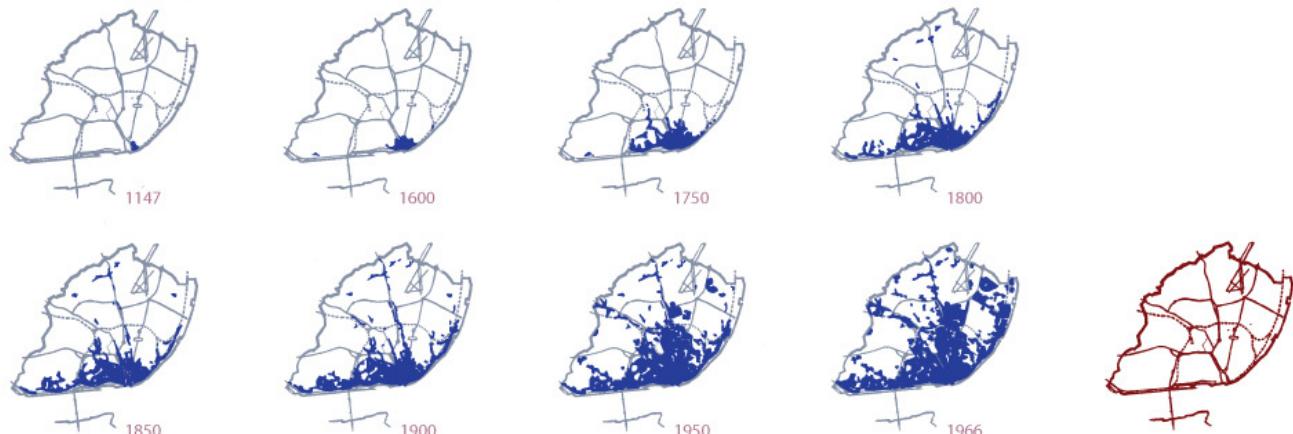
8 In <http://www.f-saomamede.pt/paginas/historia-da-freguesia/>

9 Noção de urbanismo surge apenas no século XX

10 Depois colégio dos nobres, escola politécnica, faculdade de ciências e actual museu da ciência.

11 Rossa, 1998, p. 10

Evolução da mancha urbana de Lisboa desde a conquista Cristã. GEO



Este foco surge como forma de evitar o Vale de Alcântara, para quem quisesse deslocar-se para a zona poente dos arredores de Lisboa. Da Cotovia seguia-se para Campolide, que era então um limite da cidade. Esta zona, de uso agrícola, espalhava-se no território consoante a sua topografia, que definia também os caminhos embrionários, de formação orgânica, geralmente em vales ou linhas de festo. Entre os proprietários destas terras, veio adicionar-se o Marquês de Pombal, com sucessivas adições de terras, em especial na zona do Arco do Carvalhão.

12 Denominado de Praça do Brasil de 1910 a 1948.

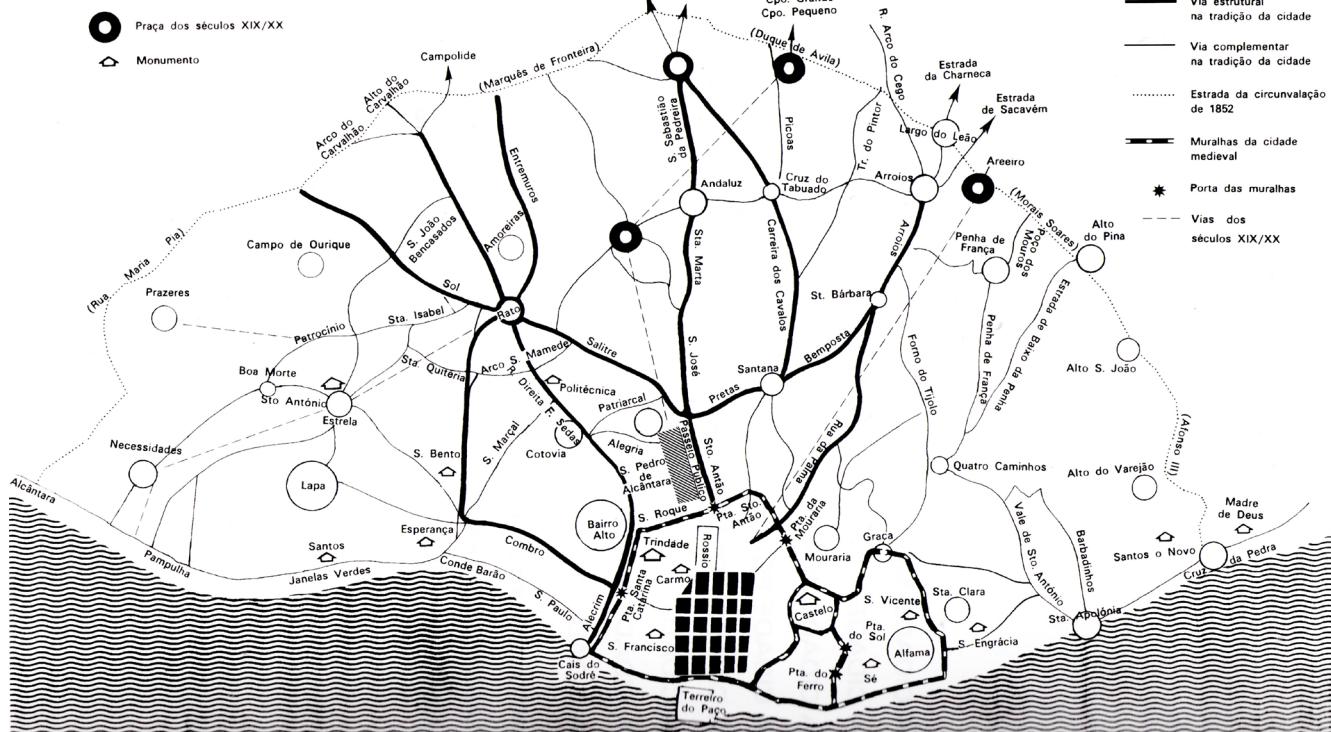
13 Rossa, 1998, p. 11

14 Primitiva Rua do Rato a Campolide e hoje Rua das Amoreiras

Esquema orgânico de Lisboa (in França, 1997, p. 6)

A rua da Cotovia desembocava no Largo do Rato¹², uma rótula viária, que radiava caminhos, uns provenientes da cidade, outros de acesso aos subúrbios. Também daqui surge o já referido vale de São Bento. Este território era uma encruzilhada de caminhos que seguiam a forma de um U voltado ao rio¹³ e com o seu topo em Campolide. Perto encontrava-se a zona elevada de São João dos Bem-Casados (hoje Rua Silva Carvalho), que ladeava a plataforma que, mais abaixo, viria a receber a Mãe de Água. Duas ruas venciam a topografia para norte – a Rua do Arco das Águas Livres¹⁴ e a Rua de Entremuros hoje parte da Rua da Artilharia Um.

A Rua do Sol ao Rato, que parte do topo norte da Rua de São Bento, viria a criar um importante triângulo para a evolução desta zona, com a Rua de São João dos Bem-Casados



e Rua das Amoreiras, onde se alia a Igreja de Santa Isabel, de mesmo nome que a recém-criada freguesia (como também se sucedeu com a nova freguesia de São Mamede, transferida da zona do Castelo). A este conjunto impulsionador urbano, junta-se o Convento das Trinas.

O Largo do Rato veio igualmente sofrer bastantes alterações na sua morfologia até aos dias de hoje, como se pode constatar na evolução das plantas mais à frente apresentadas. A abertura, já no século XX, das avenidas Alexandre Herculano e Pedro Álvares Cabral em muito ajudaram à sua transformação.

É importante notar a coincidência das vias da cidade com a sua topografia, bem como a disposição dos edifícios mais emblemáticos, percebendo que a sua localização se relaciona intimamente com as paisagens/vistas que esta colina cimeira da cidade é capaz de oferecer. Também é de notar que as zonas de expansão seguem esta imposição do território.

O topónimo “Amoreiras” vai surgir apenas após a plantação do jardim contíguo ao aqueduto (abordado no seguinte capítulo), pelo que é importante compreender o que era e onde se integrava este território. Toda esta zona norte da cidade, a poente do Vale Pereiro, era Campolide. Era uma extensa zona rural, bastante afastada das muralhas que delimitavam o término da cidade, até finais do século XVI. Num texto de João Baptista de Castro¹⁵, de 1763, é referido como o lugar onde se fundou o Convento das Trinas, hoje Rato, ainda estava contido na área de Campolide, sendo com isto possível imaginar-se a vastidão de território assim chamado. Esta é uma ideia reforçada por Sequeira¹⁶, que afirma que “foi Campolide quase todo, senão todo, o território que, às abas de Lisboa, se estendia para poente e norte, e quem sabe, se em maior antiguidade o seria em todo o seu termo”.

Aqueduto das Águas Livres e Mãe de Água

A ideia deste abastecimento de águas à cidade de Lisboa deve-se à insuficiência da captação das mesmas no seu interior, que já não correspondia à procura, devido à densidade de população que já se refletia no século XVI. Francisco de Holanda é o primeiro a suscitar o assunto, num texto de 1571 – Da Fábrica que falece à Cidade de Lisboa – onde menciona o aqueduto romano que teria trazido numa primeira fase as águas livres a Lisboa. Mas é no reinado de D. João V que a situação se torna grave.

Sai então em 12 de Maio de 1731¹⁷ o decreto para a execução da obra, que fora inovadora, no sentido em que o seu custo foi maioritariamente financiado pela população e pela Câmara, assumindo-se assim como a primeira obra pública no tecido urbano. Houvera antes a criação de um imposto, ainda no domínio espanhol, estipulado para abranger todas as classes sociais¹⁸. Mais tarde, já após restaurada a independência e em tempos iluministas, parte do ouro do Brasil serviria também para custear o empreendimento. Este surge englobado num conjunto de ideias de monumentalizar Lisboa, criando uma “Nova Roma”¹⁹, tamanha a importância que a igreja portuguesa tomara na altura, com o seu patriarcado. E tamanha foi

15 Baptista de Castro, 1763, p. 295

16 Sequeira, 1967a, p. 4

17 Moita, 1994, p. 297

18 Esta quantia amealhada seria usada para custear a vinda da realeza a Lisboa, bem como o auxílio a ataques feitos ao território português na Índia (Moita, 1994, p. 294)

19 Rossa in Araújo, 2007, p. 380



Extrato da Panorâmica de Lisboa de meados do século XVIII relativo à zona das Amoreiras. ANBA

20 Viegas, 1997, p. 11

a magnitude da obra, que nunca se apagou da memória das pessoas. Tal deve-se, em muito, não só à sua imponência mas também à forma como se vai mostrando na paisagem, saltando vales imensos, como o de Alcântara, entrando na cidade onde “percorre o tecido urbano como uma espinha dorsal, acompanhando e resistindo às transformações entretanto verificadas”²⁰.

Terminada em 1748, apresenta-se como um percurso ramificado, com começo em Caneças, num dique romano, e fim (aparente) na parte superior do Rato.

A Casa da Água (muitas vezes referida apenas como Mãe de Água) é de autoria de Carlos Mardel. Este edifício à escala de monumento, remata o braço principal desta conduta, erguendo-se num plateau, com uma magnífica vista para o rio, marcando a silhueta da cidade, como revela a imagem seguinte, de finais do século XVIII.

Este sistema distribuidor, apenas perceptível aos mais atentos, veio cobrir uma boa área da cidade. Ao longo deste traçado, e pontuando novas microcentralidades, foram surgindo os chafarizes, onde a população se ia abastecer. Implicaram uma reformulação urbanística do espaço público e cedo se tornaram locais agitados, onde a afluência de pessoas era muita. De entre estes, é relevante referir o chafariz do Rato, não por ser o “primeiro da linha”, mas pela nova vivência que veio trazer ao largo.

Chegadas as águas livres, abriu-se a oportunidade há muito aguardada de expandir e unificar as indústrias da manufatura, ainda muito dispersas pela cidade.

Indústrias do Rato

Na segunda metade do século XVIII dá-se um crescimento das atividades manufatureiras. Nesta onda, surge a Real Fábrica das Sedas, fundada por Robert Godin²¹. Já haviam sido prometidos, por D. Pedro II, investimentos neste setor, embora nunca concretizados²². Este empreendimento veio centrar esta atividade, até então muito dispersa pela cidade. Godin consegue o alvará para produção, a 25 de Fevereiro de 1734, assim como o monopólio, durante os 20 anos seguintes. A localização começou por ser na Fonte Santa, terminando com a apostila da construção de um grande edifício no Rato em 1735, ainda com uma breve passagem por S. Bento. O Rato era na época uma zona rural e viu a fábrica terminada em 1741.

Uma construção de elevado custo e más administrações levaram a companhia a passar por dificuldades até 1757, ano em que o Marquês de Pombal entrega o complexo à gerência da Junta de Comércio²³, percebida a importância desta indústria.

Numa ideia que visava a união através de uma corporação, foi planeado que todos os teares de seda da cidade começassem a produzir para a fábrica, mantendo-se ainda assim o trabalho realizado domesticamente. Neste seguimento, surgiu a intenção de criar um complexo habitacional-manufatureiro (que servia para o ensino de novos artesãos), projetando-se em 1759 o Bairro dos Fabricantes ou das Águas Livres, da autoria de Carlos Mardel e Eugénio dos Santos, apresentando-se como o primeiro bairro manufatureiro em Portugal, ligado a um objetivo económico e sociológico. Este plano integra também uma praça delimitada a oeste pelos arcos do aqueduto. Em 1769, surgem as primeiras ruas e existem já 60 fogos, que seguem as ideias da reconstrução pós-terramoto da Baixa. Nasce depois o Real Colégio das Manufacturas Nacionais, que engloba diversos conjuntos fabris, entre estes, os de produção de louça, pentes, botões, tapeçarias, lacre, cutelaria, fundição de metais, vernizes, relógios e caixas de papelão²⁴.

A nova praça, denominada inicialmente de Jardim dos Fabricantes e agora Praça das Amoreiras, fora ocupada com 331 árvores de amora, tendo a primeira sido plantada pelo próprio Marquês de Pombal em 1771.

Este novo polo comercial funciona bastante bem, em articulação com o Rato, atraindo novas atividades de comércio e serviços. Resta pouco património desta época, mas pode-se ainda olhar para o restante edifício da Fábrica das Sedas, a Capela de Nossa Senhora de Monserrate, construída a mando da Irmandade dos Fabricantes de Seda²⁵ em 1768 e alguns outros edifícios, do período do bairro, com especial enfoque ao edifício da Fundação Arpad Szenes e uma banda ainda original na Travessa da Fábrica das Sedas. Estes edifícios são os exemplares da morfologia inicial do projeto, em que cada quarteirão apresentava dois volumes, paralelos e em lados opostos, estando as outras duas faces livres de edificado, algo que não se sucede hoje. Outro edifício fabril de grande relevo foi a Real Fábrica de Louças do Rato, que em 1767²⁶, por iniciativa estatal, se unira à das Sedas, na "Colónia Fabril das Amoreiras"²⁷, onde laborou até 1835. O edifício, já desaparecido, situou-se nas traseiras do

21 Este requereu ao Rei o início da fabricação de "sedas lisas, lavradas em ouro, prata e matizes e de outras qualidades ainda" em finais de 1730 (Sequeira, 1967, volume III, p. 18)

22 Sequeira, 1967, Volume III, p. 14

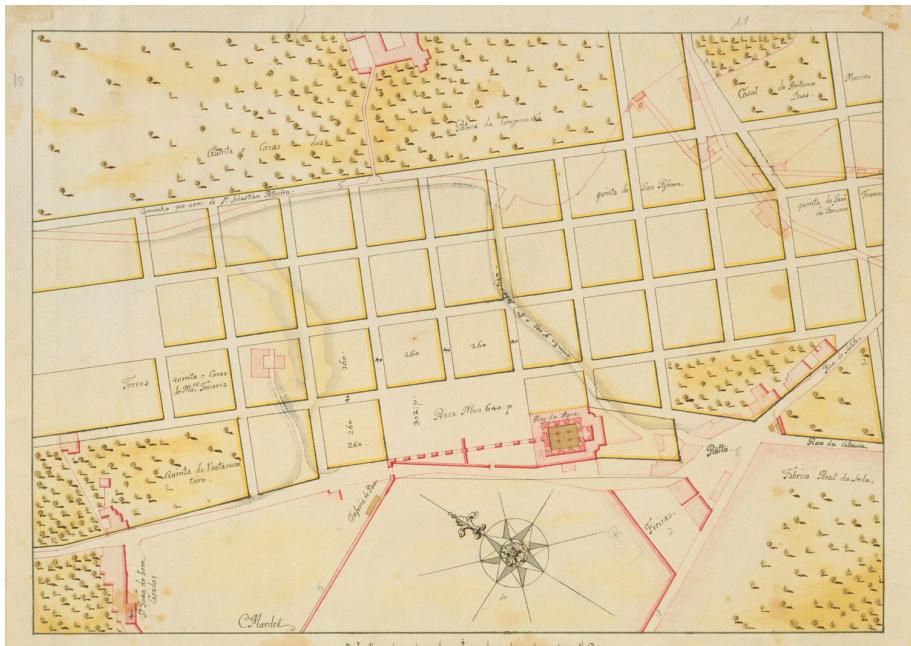
23 Sequeira, 1967, III, p. 99

24 Revista freguesia de S. Mamede

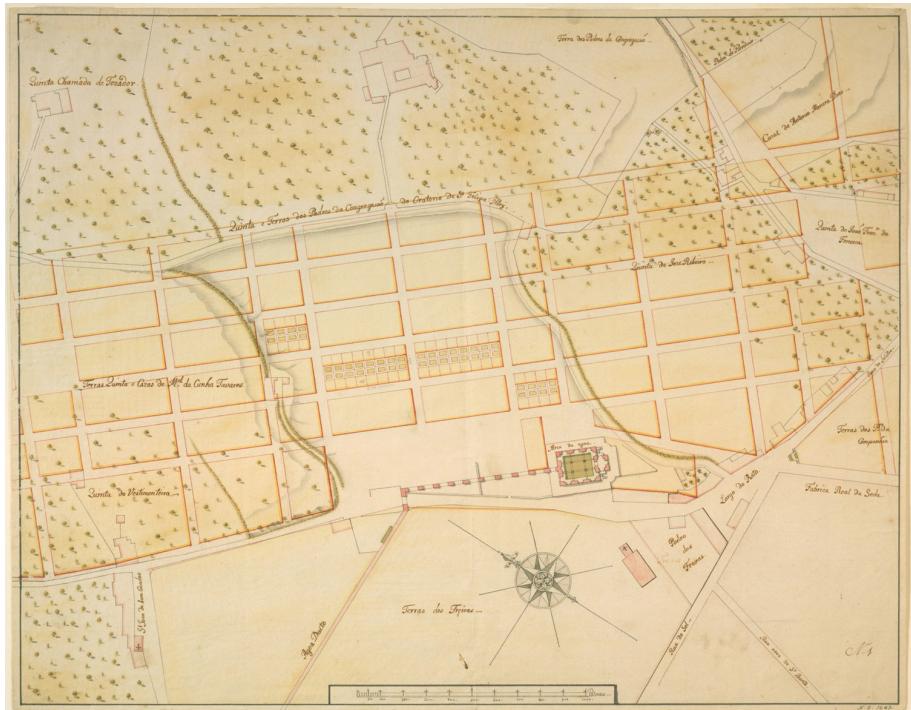
25 Na sua maioria os mestres da seda eram catalães, daí a devoção a Nossa Senhora de Monserrate

26 In <http://obaraodelavos.blogspot.pt/2012/08/real-fabrica-de-loucas.html>

Carlos Mardel, pormenor com o Largo do Rato
do plano do Bairro das Águas Livres, 1759.
MNA



Plano não realizado do Bairro das Águas
Livres, 1759. MNA



Palácio Praia (atual sede do Partido Socialista), onde hoje se encontra a capela do Rato. Por algum tempo predominou aqui a sua toponímia através da “Calçada da Fábrica da Louça”, antiga serventia da mesma, desde o largo, e onde hoje figura o nome “Calçada Bento da Rocha Cabral”.

O Terramoto de 1755

A catástrofe de 1755 constitui-se como agente catalisador conduzindo à consciência de caducidade das estruturas urbanas de Lisboa, quer o ponto de rotura, a necessidade absoluta de reforma, quer a oportunidade única de ascensão para o político com capacidade realizadora. Walter Rossa, (1998)²⁸

Até à época do terramoto, a cidade de Lisboa nunca fora alvo de um plano urbanístico. Diversos historiadores e cronistas descreviam-na como desinteressante e Francisco de Holanda, no já referido Da Fábrica que falece à Cidade de Lisboa, diz-nos “Todos os (...) que vêm a Lisboa se admiram de não encontrar um edifício que mereça a menor atenção”²⁹.

Foi no dia 1 de Novembro que o tremor e o fogo que lhe sucedeu devastaram a Mui nobre e Leal. Morreram nesse dia cerca de dez mil habitantes, mas a tragédia podia ter sido muito pior, sendo este o dia de Todos-os-Santos – o acontecimento deu-se cedo pela manhã, pelo que as igrejas ainda não estariam cheias de fiéis. A catástrofe serviu como estímulo à edificação abrupta que aqui se deu. A cidade foi forçada a expandir-se, escolhendo os locais mais altos e menos fustigados pelo desastre para estabelecerem novas moradas, ainda que em barracas, elemento que se tornou moda pelo Rei, levando mesmo à construção de autênticos palacetes em madeira. Santa Isabel, que pouco sofreu, albergou, nos primeiros seis meses, mais de seis mil pessoas³⁰.

Com uma cidade destruída, era necessário encontrar soluções para a mesma. O engenheiro-mor do reino, Manuel da Maia, realiza, nos meses seguintes, uma dissertação onde surgem cinco soluções urbanísticas³¹. Era, depois, importante saber-se onde iria ser o novo paço real, decisão que dependeria de onde se instalaria a nova cidade. De entre as hipóteses, o engenheiro tinha preferência pela construção de uma nova Lisboa próximo de Belém, mas o rei e o seu primeiro-ministro tenderam para a reedição desta no mesmo local. Foi então escolhido o sítio de São João dos Bem-Casados para a construção da nova morada real, tal como fora sugerido nos documentos de Maia, afastando-a do Terreiro do Paço, que, após a reconstrução, assume um carácter cénico e de representação do poder do rei, com edifícios estatais e a bolsa de negócios.

“E para Palacio da sua residencia escolheo a elevaçāo superior ao Tejo, e à Cidade de Lisboa, que jaz entre o largo de S. João dos Bem casados, e o caminho que vay do Senhor Jesus da Boa Morte para o Rato, com as demarcações que se assinaõ no Decreto que para este effeito passou a 2 de Julho de 1759. Ficando este sitio sendo

28 Rossa, 1998, p. 131

29 in França, 1989, p. 10

30 Sequeira, 1967, p. 32

31 França, 1997, p. 36

32 Baptista de Castro, 1762, p. 94

33 Rossa in Araújo, 2007, p. 389

34 Murteira in Araújo, 2007, p. 410

cabeça, e parte principal da Corte, e Cidade de Lisboa, que por este novo plano ficará mais extensa, regular, e decorosa.”³²

Contudo, esta tentativa de trasladar o paço real não foi a primeira. É possível encontrar esboços de ideias pouco consolidadas para um outro palácio, realizadas aquando da vinda de Filippo de Juvarra, que havia chegado a Lisboa na primeira metade de 1719³³. Neste caso, a intenção de separação do Paço Real dos assuntos de Estado foi de inspiração francesa, com o modelo da construção de Versailles, fora da cidade de Paris³⁴.

Remodelação Paroquial de 1770

Como já foi brevemente referido anteriormente, criou-se aqui a paróquia de Santa Isabel, no ano de 1741, pelo Patriarca D. Tomás de Almeida e foi, sem dúvida, um dos acontecimentos mais marcantes neste território. Ficou provisoriamente instalada na Ermida de Santo Ambrósio, junto ao Rato e surge da retalhação das freguesias de Santos, Santa Catarina, São José e São Sebastião³⁵. No ano seguinte à sua ereção, contava já com 577 fogos e 2500 fregueses³⁶. Era, na época, esta freguesia um “subúrbio de Lisboa e vezinha a ella”. Somente em finais do século XVIII se considera este território como parte do conjunto urbano da cidade³⁷. A sua criação deve-se não só ao crescente aumento de população aqui verificado, mas também à pressão da população abastada que aqui residia e se queixava da distância que tinha de percorrer até à paróquia mais próxima.

Com a importância crescente da Fábrica das Sedas e a criação do novo bairro, dá-se um incremento significativo de população, situação que se agravou drasticamente após o cataclismo que se abatera a meio do século sobre a capital. “Depois do desastre de 1755 desabou sobre o Rato uma avalanche de foragidos”³⁸. Ainda que instalados em moradas provisórias (barracas), via-se a necessidade de criação de um novo limite administrativo, estando toda esta zona até então ao encargo do pároco de Santa Isabel. Em carta régia de 18 de Dezembro de 1769 são traçadas as novas freguesias destruídas pelo terramoto e transferiu-se assim a paróquia de São Mamede, da encosta do castelo para o lugar de Campolide. Esta fora fundada antes de 1220 e detinha 300 fogos antes da trasladação. A remodelação, que ficou completa em 1770, foi a maior restruturação administrativa de Lisboa, até então. Em 1780 aprimora-se esta divisão, ganhando a recém-chegada parte da freguesia de Santa Isabel, que já contava com 18 000 fregueses em 4107 fogos³⁹.

35 Santana, s/d, p. 10
36 Sequeira, 1967a, p. 17

37 Rossa, 1998, p. 56

38 Sequeira, 1967c, p. 384

39 Sequeira, 1967b, p. 206

ANÁLISE DA MALHA URBANA

Evolução Urbana até ao fim do século XX

Antes do Terramoto nada disto que vês, nesta tão graciosa Praça, com seu jardim, das Amoreiras, tinha existência; apenas os Arcos magestosos do Aqueduto se levantavam junto à «Rua do Rato para Campolide», chamada simultaneamente «das Águas Livres», hoje Rua das Amoreiras. Araújo (1993)⁴⁰

Como já foi anteriormente supradito, todo este local agora em estudo não era mais que descampados e zonas hortícolas, rasgado por azinhagas que se viriam a tornar nos principais eixos de crescimento, alguns ainda hoje existentes, sobretudo depois da catástrofe de 1755.

As descrições nos subcapítulos seguintes serão elaboradas com base em mapas recolhidos nos arquivos consultados, datando o primeiro de 1770. Contudo, é importante salientar que esta zona de campo, apesar da pouca densidade urbana, era sítio de quintas⁴¹, onde, na sua maioria, se instalaram senhores que saíram do centro da capital, para aqui encontrarem refúgio. Na zona de São João dos Bem-Casados teria existido uma quinta com este mesmo nome, destruída pelo terramoto mas logo reconstruída. Perto, veio morar o quarto Duque do Cadaval⁴², numa propriedade conjunta com a ermida de Santo António e Nossa Senhora da Conceição, fazendo fronteira a sul com os terrenos do Convento das Trinhas do Rato, no local onde o aqueduto passa, antes de afirmar o arco triunfal das Águas Livres. Esta casa de Nossa Senhora dos Remédios, fundada em 1614, que viu a sua obra começada e 1633, em muito está ligada ao topónimo que o largo que a recebeu tem hoje. O nome Rato provém da alcunha de Luís Gomes de Sá e Menezes – Rato Grande –, impulsor da construção do convento. De outros vizinhos, a norte deste núcleo distribuidor, é interessante referir a ocupação pelos Néris na encosta ocidental do Vale do Pereiro, cujo nome ainda ecoa numa das ruas hoje aqui presente – Rua de São Filipe Néri.

Projeto pombalino para um plano de urbanização da zona compreendida entre o Bairro Alto e as Amoreiras. Desenho a tinta da china, aguarelado levantado por Carlos Mardel, Eugénio dos Santos, Elias Sebastião Poppe e António Carlos Andreis. Ass: por Manuel da Maia e datado de 23 de Agosto de 1757. MC

Com o conjunto de equipamentos já referidos no capítulo anterior, todo este espaço foi ganhando um caráter urbano, ligando-se cada vez mais à cidade. As grandes porções de terreno iam sendo retalhadas e as frentes de rua ocupadas⁴³.

Demolidas as muralhas medievais, a cidade pôde crescer, mas com ela cresceram também as questões de segurança. Já Francisco de Holanda escrevia em 1751 (apoiado por Leonardo Turriano, no século XVII, durante o domínio espanhol) sobre a nova linha defensiva, de que Lisboa carecia. Numa reforma seiscentista, vieram a Portugal inúmeros peritos nesta arte e, já em 1650, o Marquês de Marialva quis ver projetado este paredão. Como descreve

40 Araújo, 1993, p.98

41 O mapa na página seguinte é bastante informativo quanto à pertença destas quintas.

42 D. Nuno Caetano Álvares Pereira de Melo, que aqui habitou de 1757 a 1764.

43 Rossa, 1998, p. 16

44 Rossa, 1998, p. 17

45 que toma a sua forma numa antevisão do que seria o crescimento da cidade.

46 Rossa, 1998, p. 4

Walter Rossa, “partindo pelo vale de Alcântara, fechava a cidade pelo norte com o percurso compreendido entre o Arco do Carvalhão, Palhavã, São Sebastião da Pedreira e Alto de São João” onde se fecha, em direção ao rio, na Cruz da Pedra⁴⁴. A imagem anterior (de 1757) mostra-nos parte desse plano⁴⁵, situando a zona do Rato com a Mãe de Água (na parte inferior da planta). Serve também para exemplificar o pensamento urbanístico iluminista (e utópico) que surgia na época. Há uma intenção megalómana de criar cidade para norte, nas zonas de Campolide e São Sebastião da Pedreira, que segue uma malha regular, com avenidas direitas a rasgar a mesma. É a monumentalização de Lisboa, capital de um império invejável, que pretende lavar a cara e mostrar-se ao mundo. A cidade que até antes do terramoto não tivera obra estatal que se pudesse chamar urbanística, com um conceito unificador, vê nesta época o detonar dessa preocupação (que é bastante clara com a escolha da [re]construção de uma nova Baixa). Um desses ensaios foi o já anteriormente mencionado, bairro das Águas Livres, pré pombalino. Contudo não é ingénua esta atitude e, como se vinha a notar pela Europa, o urbanismo não é mais que um instrumento de controlo político. Como Rossa bem explicitou: “ao contrário das outras formas de expressão artística, o urbanismo nunca é absolutamente de vanguarda, pois a sua expressão depende da vontade do homem médio representado pelo político que detém o poder”⁴⁶.



Projeto pombalino para um plano de urbanização da zona compreendida entre o Bairro Alto e as Amoreiras. Desenho a tinta da china, aguarelado levantado por Carlos Mardel, Eugénio dos Santos, Elias Sebastião Poppe e António Carlos Andreis. Ass: por Manuel da Maia e datado de 23 de Agosto de 1757. MC

Ainda que este plano não tenha seguido (na sua totalidade) a avante – muito em culpa da mobilização de custos que o acontecimento de 1755 originou (ou mesmo pela situação de paz com a vizinha Espanha) – este limite imaginário veio assumir um carácter mais físico já no século XIX, com a estrada da circunvalação (evidente nos mapas mais à frente).

De entre planos não concretizados, a pequenos ensaios, encontra-se de seguida uma análise da evolução morfológica deste lugar, a partir de levantamentos da cidade com intervalos de tempo de 20 a 50 anos. Utilizaram-se apenas as plantas da cidade que fornecessem um maior detalhe quando aproximada a zona em estudo.

Largo do Rato

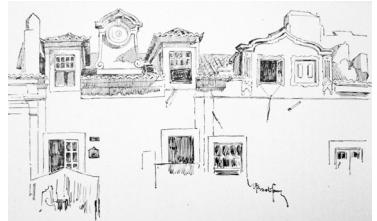
A primeira referência ao Rato surge em 1736. “Eram então os seis fogos das casas novas do Rato”⁴⁷.

Pela fraca inexistência (ou pelo desconhecimento) de plantas anteriores a 1759 (semelhante à de 1770) com qualidade para entender a mancha do casario na zona em estudo, analisa-se neste primeiro ponto o que terá sido o epicentro deste surto de construção – o Largo do Rato – usando-se como base a seguinte descrição de Gustavo de Matos Sequeira⁴⁸:

“Afectando a forma triangular com o vértice para poente, espalmava-se, em declive, de norte a sul, servindo logradouro comum aos calcorreadores dos caminhos do Salitre, São Bento e Campolide. Um carreiro, talhado pela teimosia da concorrência, iniciava-se pouco mais ou menos na abertura da calçada da Fábrica da Louça e, torcicolando, ia encontrar outro que vinha de Campolide no ponto onde hoje se cruza a rua de Artilharia I com a travessa da Lebre. Para a direita eram as terras dos congregados do Oratório e a quinta de D. Elena, e para a esquerda as terras de Manuel da Cunha Tavares que iam entestar com o caminho já, em 1742, chamado Rua do Rato para Campolide [actual das Amoreiras].

No meio dos terrenos desta propriedade avultava, dominando o largo, a Arca de Água. Do lado do sul ficavam as terras atinentes à Fábrica das Sedas e, no vértice, a mole pesada do mosteiro trinitário e a casaria miúda do pátio das religiosas”

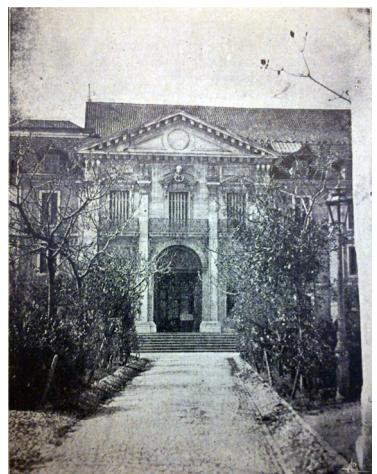
Num olhar próximo, usando o levantamento que serviu de base ao desenho de Mardel para o complexo habitacional setecentista, podem notar-se as duas ruas que seguem para norte. Como forma a interpretar o desenho destas vias, observe-se a organicidade do seu traço, gerando uma continuidade da Rua do Salitre para a Rua das Amoreiras ou a do Sol ao Rato e da Rua da Cotovia em direção à Rua de Entremuros, como se tivessem marcado um trilho pelas inúmeras pisadas dos caminhantes, por entre o terreno virgem.



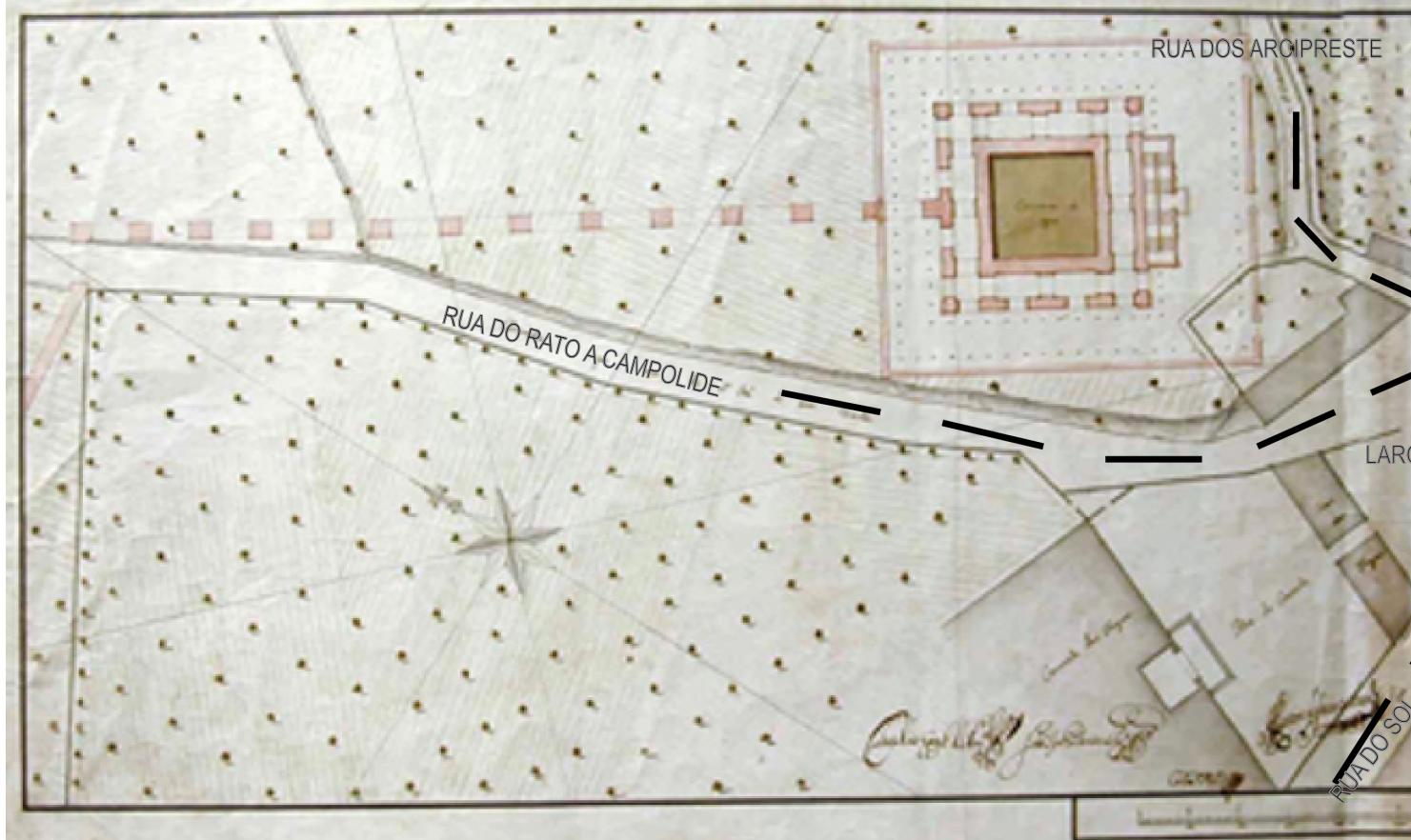
Casas do Rato - As primeiras que se edificaram no local depois de 1730. Desenho de Alberto de Sousa (in Sequeira, 1967c, p.379)

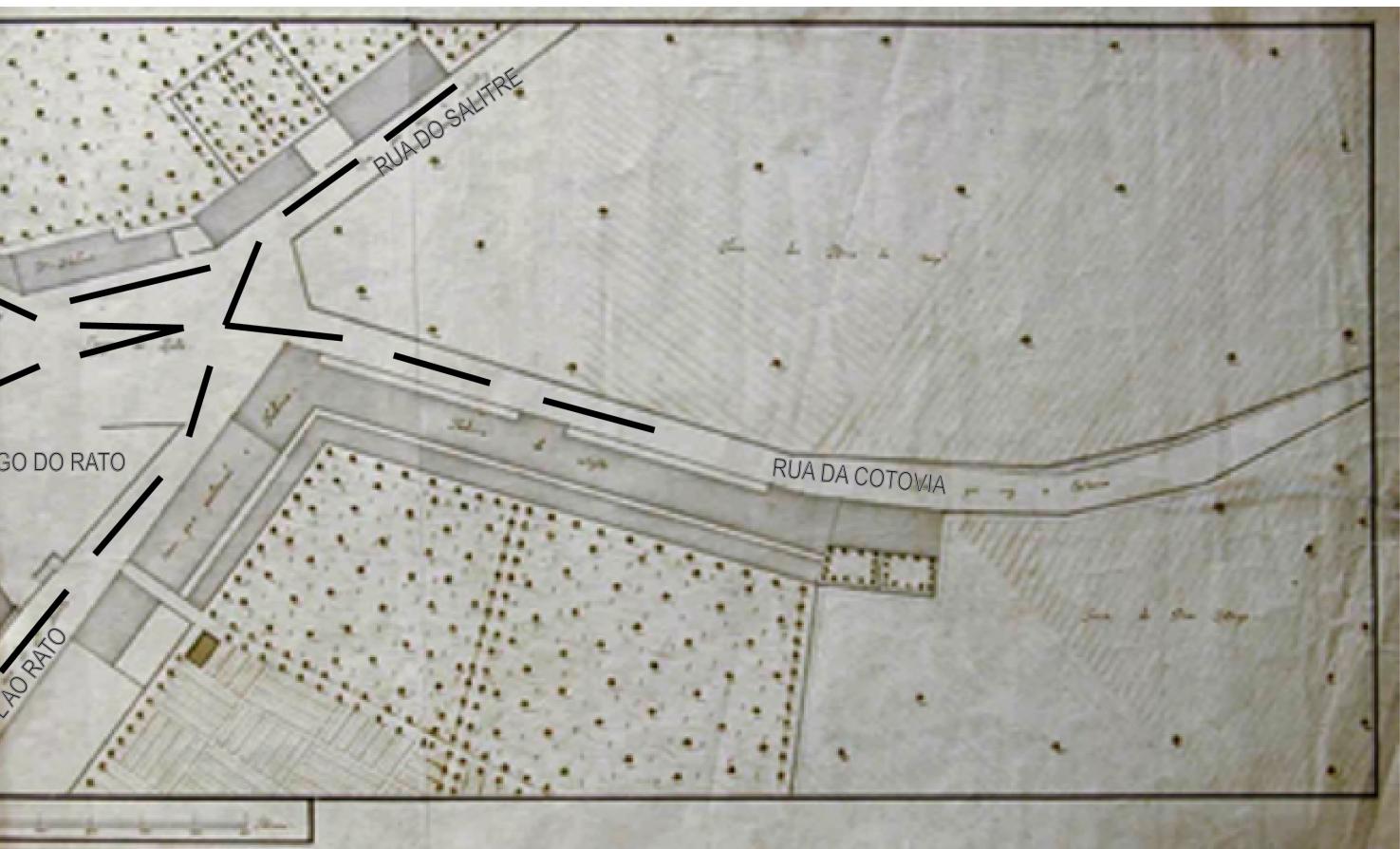
47 Sequeira, 1967c, p. 378

48 Sequeira, 1967c, p. 379-380



Fotografia do corpo central do edifício do convento do Rato depois das obras de 1885 conforme o risco do arquiteto Luís Caetano Pedro Ávila, s/d (in Sequeira, 1967c, p.313)





Esquema sobre planta de uma das versões da Mãe de Água, com pormenor do Largo do Rato, esquematizando a formação das ruas. Imagem original disponível no CD in Tostões, 2008



Ganhando cada vez mais caráter urbano, o Largo do Rato, com origem no séc. XVII, serviu de rastilho à expansão que a teia de ruas, por si distribuídas, foi sofrendo. Neste levantamento paroquial, montado para a leitura de um “todo”, podem ver-se então as ruas primitivas já faladas – Rua das Águas Livres, Rua de São João dos Bem-Casados e Rua de Entremuros, com a sua continuação já desfigurada pelo retalhamento dos terrenos, da Rua dos Arciprestes, saída do Rato. “Entremuros” (nome tomado em 1768) foi o reflexo da configuração que as sucessivas delimitações das quintas davam à rua.

A Real Fábrica das Sedas (1741) vem rematar o fim da Cotovia e continuar a construir frente de rua, tal como o Convento das Trinás já antes começara, e a dar uma personalidade ao jovem largo. Não se pode afirmar até que ponto a mancha urbana aqui representada é exata, pois, como se poderá constatar na planta seguinte, muito desse casario que aqui mureia as vias, desaparece. Isto é especialmente evidente no terreno pertencente ao Real Colégio dos Nobres (onde hoje se encontra a Procuradoria Geral da República com os seus jardins traseiros ao chafariz do Rato). Anteviam-se aqui os planos de urbanização vindouros?

Pode ver-se aqui um primeiro enquadramento do plano pombalino do bairro (pré-industrial no cenário urbano da cidade existente à época e do largo dos Fabricantes, logo arborizado no ano seguinte, encerrado em conjunto com o aqueduto e a sua “caixa de água”, apenas concluída em 1834⁴⁹, marcando na altura a zona como uma nova centralidade da capital (bem evidente quando posta a hipótese do novo Paço Real mudar-se para aqui). A majestosidade desta obra demarca-se ainda mais na entrada triunfante que faz, já no fim do seu percurso, sobre a (hoje chamada) Rua das Amoreiras, datando de 1748. Com o Real Colégio das Manufacturas formado, é de referir a localização da Fábrica dos Pentes, em 1764, inserida na malha quadrangular “moderna”, cujo nome da travessa, hoje existente, nos relembraria da sua passagem. Mais abaixo, nas traseiras do palácio que presentemente remata o topo norte do largo, no sítio da atual capela do Rato, que lhe sucedeu a 1835, formou-se a indústria de produção de Louças, logo inaugurada no ano de 1767.

Mais a norte, a densidade construtiva, ainda muito baixa, revela várias quintas existentes, entre estas, a na rua de São João dos Bem-Casados, já de origem bem anterior à deste mapa e cujo nome que tomou até hoje deveu-se ao Conde de Anadia (um dos muitos donos) que ali habitou⁵⁰.

49 Araújo, 1993, p. 100

50 Araújo, 1993, p. 72

(na pág. anterior) Montagem de diversas plantas de autoria de José Monteiro de Carvalho, Livro de Plantas e Descrições das Freguesias de Lisboa após a reforma paroquial de 1770. IAN/TT



Neste pormenor, do levantamento de Lisboa de 1807, por José Duarte Fava, pode notar-se um crescimento do número de construções a norte da linha do aqueduto, nomeadamente nas frentes da Rua das Águas Livres e na Rua de Entremuros. O parcelamento do bairro manufatureiro é ainda de baixa densidade construtiva (obedecendo ao desenho inicial do mesmo⁵¹). A Rua de São João dos Bem-Casados é, contudo, a mais edificada nesta área em estudo, como aliás se mostram a maioria dos arruamentos da freguesia de Santa Isabel.

O Largo dos Fabricantes começa a servir à sua função, com as inúmeras árvores de amoreira⁵² já plantadas e viria a receber a partir de 1851 a Feira das Amoreiras.

Por esta altura, os limites do Rato já se encontram definidos⁵³, após a construção do Palácio Praia (atual sede do Partido Socialista) no ano de 1781. Entre este e o reservatório da Mãe de Água ainda se encontra a Fábrica da Louça, já a operar num espaço mais reduzido, tendo parte dos edifícios sido demolidos para a construção do novo palácio. A sua existência é aqui afirmada pela nova via que sobe desde o largo até ao jardim, com o nome de Calçada da Fábrica da Louça, como já foi exposto. A implantação do primeiro edifício deve já ter tido em conta a futura chegada do Chafariz do Rato (construído em 1794), reestruturando o largo, que adotou a configuração de praça e viu a sua área duplicada.

Acima da malha quadrangular das águas livres, surge um pequeno edifício em forma de U, passado de um futuro palacete que aí se estabeleceria, na futura quinta de nome “do Mineiro”.

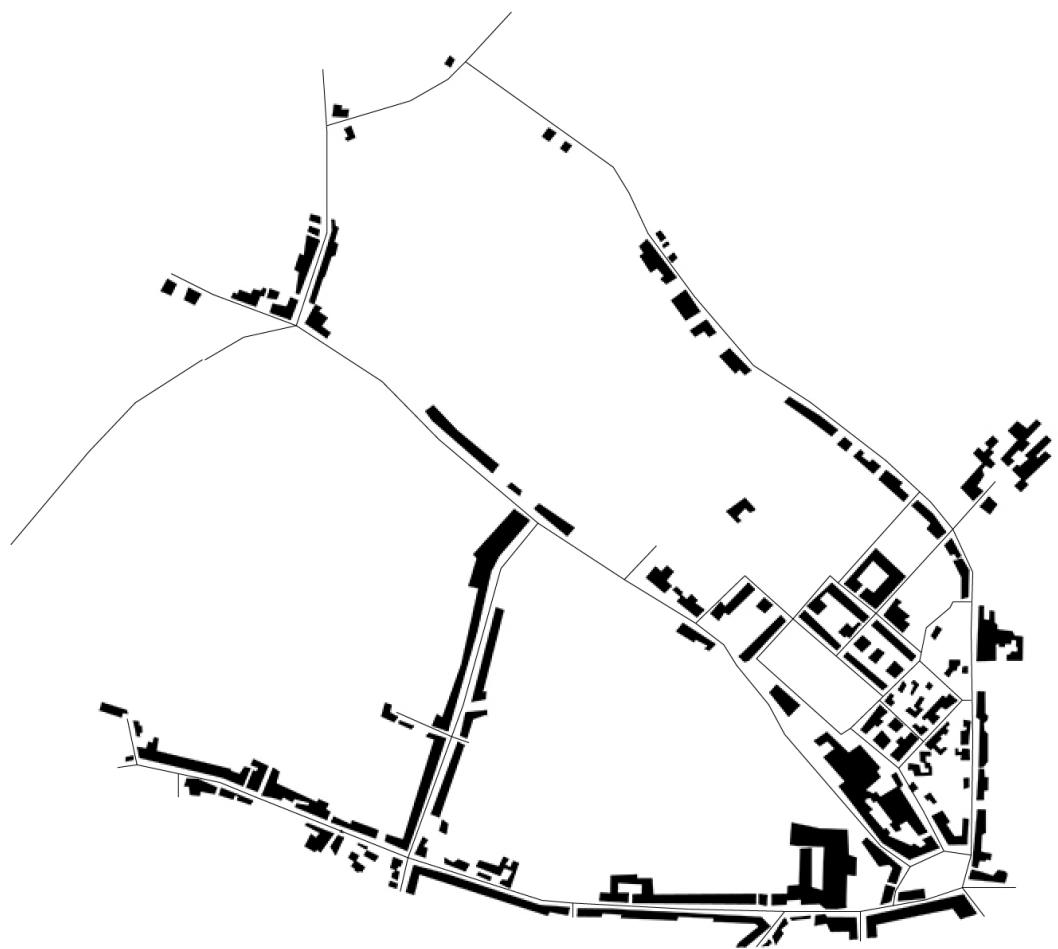
Pode ver-se também um primeiro traçado da Rua do Arco do Carvalhão.

51 Ver p. 34 com o plano do bairro

52 Alimento dos Bichos da Seda, origem da matéria prima.

53 Em muito menor escala que nos dias de hoje, devido aos edifícios que fronteavam a entrada do Convento das Trinás

(na pág. anterior) Duarte Fava, Extrato da Carta Topographica de Lisboa e seus subúrbios, 1807. BN (planta completa em anexo)



(na pág. anterior) Esquema da malha urbana
em 1807.



Este que foi um dos primeiros levantamentos rigorosos feitos na cidade de Lisboa, de autoria de Filipe Folque, poucos anos depois de definida a Estrada da Circunvalação, veio mostrar a mancha urbana, dentro e fora dos limites da cidade que esta definia. Fora delimitada em decreto a 11 de Setembro de 1852, seguindo o plano da, anteriormente já planeada, linha de fortificação, abrangendo mais de um quarto do território da mesma⁵⁴. Era contudo não um limite defensivo mas sim uma portagem alfandegária. Continha na sua linha as novas portas da cidade, encerrando interiormente, não só terrenos urbanos, mas também bastante zona rural, como é perceptível neste mapa. O enredo de caminhos que existiam já no século XVIII e viriam a formar o (ténue) tecido urbano desta zona, desembocavam a certa altura nesta fronteira, seguindo depois para os arredores de Lisboa.

De entre as quintas presentes neste território, a existência à data da Quinta do Biaggi é uma forte possibilidade, nos terrenos traseiros às Trinas (estando em processo a extinção das ordens religiosas femininas e tendo falecido a última freira a 1874⁵⁵). Nota-se já neste levantamento um edifício em torre, cujas imagens em anexo servem de seu testemunho.

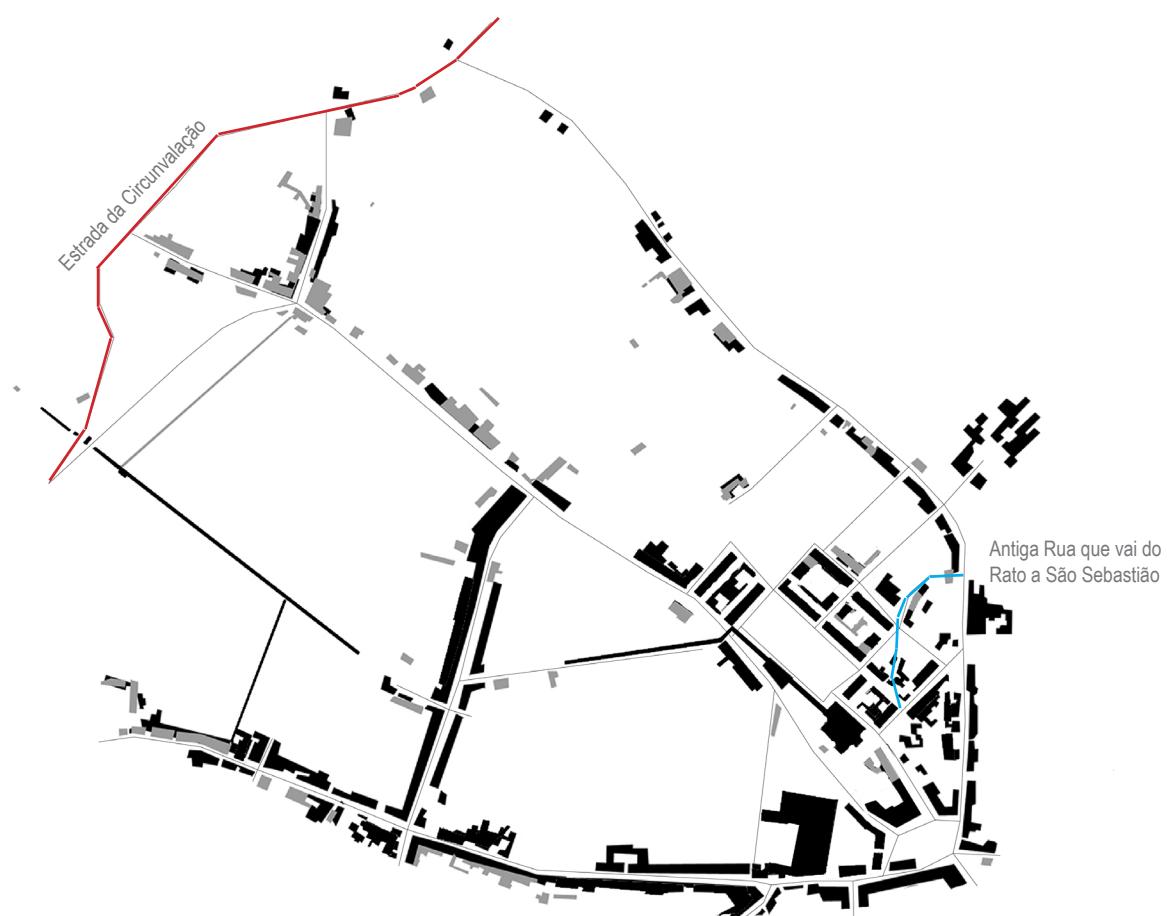
É de evidenciar aqui os restos da velha “Rua que vai [do Rato] a São Sebastião”, depois dos Arciprestes, que configuraram a célula inferior direita do bairro pombalino de forma muito orgânica. Onde hoje se lê “Pátio do Alto de São Francisco”, temos a exceção que fugiu à regra que, em interpretação do autor, segue a anterior via que por ali passava. Tal tradução deve-se à análise da sobreposição da nova malha, no plano de Carlos Mardel⁵⁶, à situação pré existente. Seguindo esta linha, é fácil constatar que o terreno vizinho mostra essa mesma rua, ainda existente, que, onde desemboca, tem à sua esquerda a original Rua de Entremuros de Campolide e, à sua direita, a mais recente Rua de São Filipe Néri.

54 França, 2000, p. 55

55 “Largo do Rato” in <http://aps-ruasdelisboacomhistria.blogspot.pt/2008/04/largo-do-rato-iii.html>

56 Ver na pág. TAL

(na pág. anterior) Filipe Folque, Atlas da Carta Topográfica de Lisboa, 1856-58. GEO



(na pág. anterior) Esquema da malha urbana
em 1856-58.



No final do século XIX, mais concretamente em 1879⁵⁷, Francisco e César Goulland desenham a cidade com uma característica interessante: o desenho termina no já falado limite da Estrada da Circunvalação. O crescimento continua a surgir lentamente, nas vias já existentes, mas ainda intervalado. A Rua do Arco do Carvalhão continua a resistir a este avanço.

Notam-se os primeiros apontamentos do aparecimento dos bairros operários na cidade, com o pátio do Biaggi (ou Biagi) ainda não concluído (aquele que viria a ser o maior de Lisboa, segundo Leite de Vasconcellos⁵⁸. Estes “pátios” e “vilas” surgiam agora dentro da malha tradicional, já definida, geralmente no interior de quarteirões, acedidas por túneis ou becos. Eram habitações de poucas condições salubres, que aparecem num movimento (lento) de revolução industrial na capital. Foi a visão capitalista para alojar os seus operários perto do local de trabalho, devido à quase inexistente rede de transportes públicos (que viria a surgir mais no final deste século, com o aparecimento dos “americanos”, o passado primitivo dos elétricos de 1901). Esta zona encontra-se num eixo (norte-sul), onde inúmeras habitações deste tipo surgiram⁵⁹.

Das grandes obras aqui realizadas até hoje, entra sem dúvida o Quartel de Entremuros, que viu forma em 1863. Não tanto pela sua aparência, de que apenas restou o reabilitado edifício, hoje sede do I.G.P.⁶⁰, mas sim por ter definido um lote alvo de cobiça construtora, nos dias de hoje, pela sua posição central num contexto atual da cidade. Teve diversos nomes, mas o de “Regimento da Artilharia Um” ficou para a história, deixando a topónimo à primórdia Rua de Entremuros.

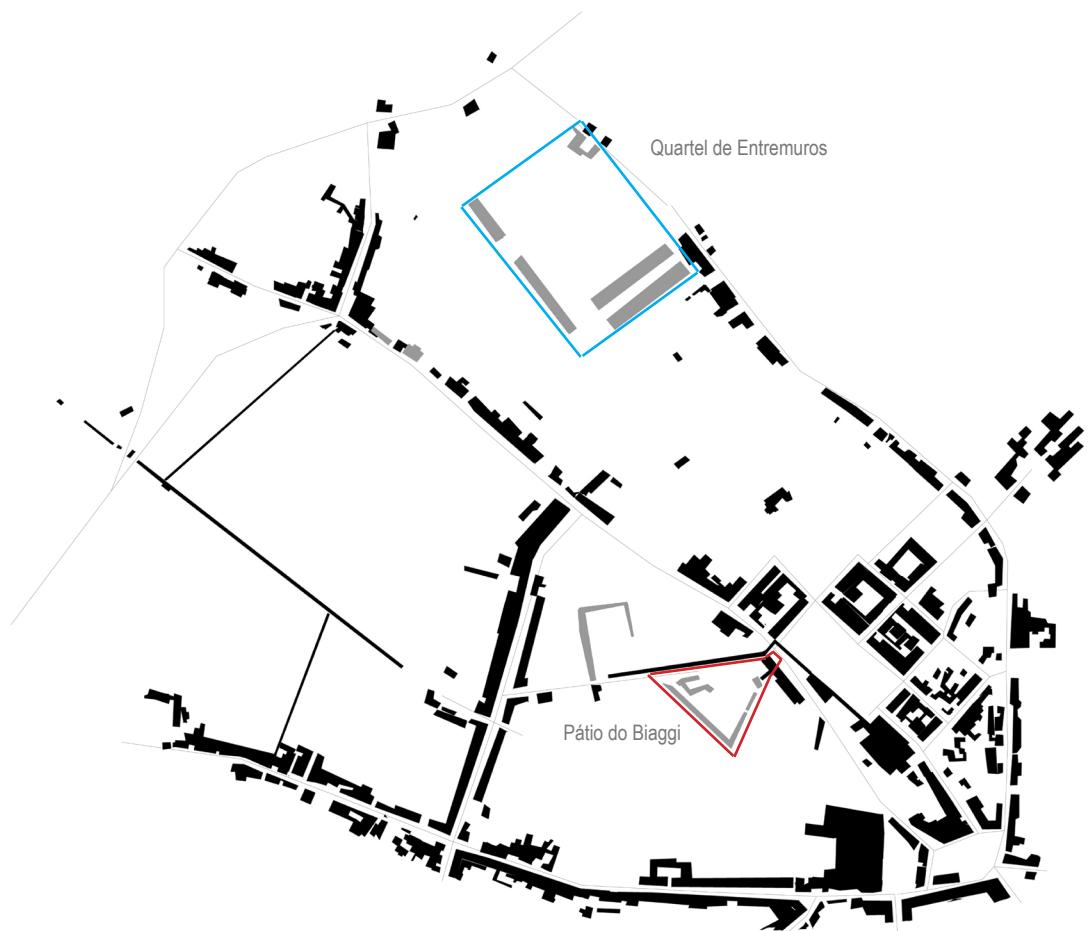
Outra transformação relevante no terreno foi o reservatório de águas, a norte do aqueduto, onde este faz limite com a Quinta dos Biaggi.

57 “Do Pelourinho ao Município” in <http://toponimialisboa.wordpress.com/page/36/>. Em 1882, Goulland fizera levantamentos das ruas de Lisboa (disponíveis no Arquivo Histórico).

58 in Pereira, 1994, p. 511

59 Pereira, 1994, p. 511

60 Instituto Geográfico Português



(na pág. anterior) Esquema da malha urbana
em 1879.



Volvido o século, a habitação operária encontrava-se em expansão e as Amoreiras não foram exceção. À data, o número de vilas e pátios existentes pensa-se que tenha ascendido aos doze e existe uma característica que os une a todos: o disfarce dos mesmos perante a malha urbana citadina, onde surgem nas traseiras de edifícios, com acesso por serventia particular⁶¹. Tentando agrupá-las por proximidade, comece-se por falar na Quinta (ou Casal) do Mineiro, extensa propriedade no lado direito de quem sobe a Rua das Amoreiras, logo a seguir ao bairro manufatureiro. Manuel José Monteiro, um “mineiro” retornado do Brasil⁶², seria o dono destas terras e, em 1879, decidiu edificar aquele que terá sido o primeiro pátio operário da área em estudo. Um edifício em altura, com frente para a Rua José da Silva Carvalho⁶³ (a qual seria mais à frente alargada⁶⁴), faria conjunto, onze anos depois, com o Pátio Bagatella e as suas habitações em banda. Descendo pelos quarteirões quadrangulares até ao já referido Alto de São Francisco, encontrar-se-ia um pátio de mesmo nome, cuja data do seu aparecimento é desconhecida. Do outro lado do jardim e rua das Amoreiras, teve lugar o enorme Pátio do Biaggi. Ocupava uma grande área nas traseiras da rua, pela qual existiam dois acessos ainda hoje perceptíveis aos mais atentos, também ambos por serventia. Este “complexo” era delimitado a norte pelo aqueduto que, para poente, se ia enterrando, engolido pela topografia, seguindo em direção a São João dos Bem-Casados, por debaixo de uma pequena rua que serviu de morada ao Pátio Barata Pinto, de 1888. E é ao fundo dessa rua que a correnteza de edifícios que aparece defronte esconde outro pequeno núcleo operário, com as Vilas Sérgio e Reis, ambas de 1887. São conjuntos de casas térreas dispostas em linha e viradas para uma ruela central de acesso, implantando-se assim em forma de U aberto para o Beco do Casal, com acesso pela atual Rua Silva Carvalho. Este é o esquema para cada um dos dois blocos. Ao que foi apurado⁶⁵, a Vila Sérgio (do lado do reservatório de águas) faria conjunto com uma fábrica de produção de ligas e meias, ali edificada. Neste mesmo quarteirão, ligeiramente a norte e transversalmente a estas últimas, dispunha-se o Pátio do Reis, do mesmo ano. Seriam habitações em banda, dispostas em dois pisos, acessíveis por serventia dada através de um edifício que se virava para a rua. As entradas no piso superior seriam garantidas por meio de uma galeria metálica exterior, ao que se percebeu através de uma fotografia da época⁶⁶. Saltando para a rua do Arco do Carvalhão, encontraram-se, através de cartografia digital recente da Camara Municipal de Lisboa, dois pátios – o do Fernandes e o do Mendoça (s/d) – de que pouco se sabe. Ressalva-se apenas que se alcançavam por becos, no lado sul da rua, encostando depois as suas construções a um braço do aqueduto que por ali passa. Para terminar este conjunto de época operária, falta apenas referir a existência da Vila Romão da Silva (s/d) e da Vila Raúl (1905), ambas citas na que, em 1904-11, ainda se denominava de Rua das Amoreiras. A primeira, disposta a fazer um pátio amplo, apresenta os maiores edifícios do tipo, nesta zona, chegando aos 3 pisos com acesso por escadas exteriores. Já a segunda, segue esquema semelhante às Vilas Reis e Sérgio, dispondo dez habitações em cada lado do eixo por onde se acede. Foi encontrado⁶⁷ em arquivo o processo de ampliação do armazém da firma Vicente & Irmãos Ld^a em 1948, que

61 Santana, 1994, p. 962

62 Condição que deu o nome a este lugar.

63 Que sucedeu à Rua de Entremuros, por deliberação camarária de 08/04/1897 e Edital de 22/04/1897 in http://toponomia.cm-lisboa.pt/pls/htmldb/f?p=106:1:2317474415928008::NO::P1_TOP_ID:3430

64 Ver descrição do loteamento do Vale Pereiro no mapa seguinte.

65 Por meio da colega Maria Pommrenke, que aqui interveio para PFA, e obteve a informação através de pessoas ainda lá residentes.

66 Ver fotografia da zona da antiga estação da Carris, em anexo.

(na pág. anterior) Júlio António Vieira da Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, Levantamento da Planta de Lisboa, 1904-11. GEO

67 Por meio do colega Márcio Bonifácio, que aqui interveio para PFA.



Vilas Operárias

aqui existiu e posteriormente serviu de canil.

Verifica-se também a presença dos reservatórios da Companhia das Águas (s/d), a que foi a primeira empresa de águas públicas de Lisboa. Nesta altura, já haviam sido realizados novos trechos de captação, não planeados, ligados ao braço principal do Aqueduto, para aumento do caudal, como o aqueduto da Mata e o das francesas. Foram realizações de extrema importância para o fornecimento deste bem à cidade, amplificando o caudal inicial de 1860 metros cúbicos para 2480⁶⁸.

Observando mais proximamente, é de salientar as denominações de “Praça do Brasil”, no sítio do Rato, e “Rua José Silva Carvalho”, na já extinta Rua de Entremuros e, futuramente, Rua da Artilharia Um, como já foi referenciada.

As Avenidas Novas vieram aqui completar as intenções iluministas de expansão da cidade. No topo da já existente Avenida (da Liberdade), era preciso continuar este novo traçado, que começa a ganhar a sua forma a poente, compreendido entre o lado norte da Rua do Salitre e a rua de São Filipe Néri. Nascem assim a Rua Alexandre Herculano e a Rua Braamcamp.

68 Irisalva, 1994, p. 294

(na pág. anterior) Esquema da malha urbana em 1904-11.



O nome “Rua da Artilharia Um” já configura, aquele que predominará até aos dias de hoje. Assiste-se, também, na terceira década do século passado, ao surgimento da Avenida Pedro Álvares Cabral, rasgada para ligar o largo ao jardim da Estrela.

Terá tido existência, por um curto espaço de tempo, o campo de futebol do Sport Lisboa e Benfica, desaparecido aquando do traçado da Avenida Duarte Pacheco. Este veio dar a primeira morada fixa ao clube, a 1921⁶⁹, por intermédio de Cosme Damião e tornar-se-ia numa obra notável para a época, contudo não concluída. A presença do “Estádio das Amoreiras” pode comprovar-se com o extrato de planta, em anexo, conseguido através do arquivo intermédio da Câmara Municipal de Lisboa. Mais tarde, teve aqui lugar a escola francesa.

Em 1930, o Laboratório Sanitas, fundado a 1911, necessita expandir-se e encontra no quarteirão formado pelas ruas D. João V (aberta a 1940, em terrenos do Convento do Rato), Custódio Vieira e Silva Carvalho, o local ideal para implantar seis grandes edifícios⁷⁰, de 40 metros de comprido cada, cobrindo uma área de 10.000 m². Mais tarde, em 1945 e com plano do arquiteto Raúl Rodrigues Lima, vai surgir um novo edifício da mesma empresa, em esquina, numa obra provida dos então famosos “entalados”, representações artísticas que, em disposição camarária nos anos de 1940 e 1950, foram tidas como obrigatorias.

Nesta época, a Carris necessita de um novo espaço, em substituição aos terrenos do Arco do Cego cedido para o edifício da Casa da Moeda e extensão da avenida João Crisóstomo e da Rua Dona Estefânia. São adquiridos os terrenos, em 1934, pela Lisbon Eletric, a oeste da rua Silva Carvalho, com uma área de 36 mil metros quadrados. Eram delimitados pelo aqueduto, parte da propriedade do Palácio da Anadia e pelo Campo de Futebol das Amoreiras, nesta fase ainda existente. Tiveram as obras início em 1936 e terminaram dois anos depois, quando começaram a circular na zona os carros da companhia. A ideia original era apenas para o serviço de elétricos, mas com o crescimento da frota de autocarros, que entraram em circulação em 1944, vê-se a empresa obrigada a criar uma nova extensão para a recolha dos mesmos. Adicionaram-se “edifícios de lavagem e de manutenção, parque de estacionamento e depósitos subterrâneos e aéreos para combustível”⁷¹. Mais tarde, em 1981, foi encerrada, para se darem início as obras do Complexo das Amoreiras, atualmente aqui localizado.

Outra das grandes alterações neste território, foi indubitavelmente a Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, traçada no plano diretor de 1948, também chamado de “plano de Gröer”⁷², e veio completar uma das pontas da estrela hexagonal da Praça Marquês de Pombal, na tão esperada saída em autoestrada – a primeira do país – para a zona de Cascais, ainda que numa primeira fase apenas chegasse ao Jamor. A sua implantação veio talhar o território em dois, tornando-se gradualmente uma barreira pedestre.

Na mesma altura, encontra-se já urbanizado o bairro no topo oeste do Parque Eduardo VII (zona do Vale Pereiro), que passa para posse de José Maria Eugénio de Almeida⁷³, em troca com os terrenos do parque, ao qual foi auferida a permissão de lotejar o terreno. Ainda que de tardia construção, pode ver-se hoje o resultado desse mesmo loteamento nos quarteirões contíguos ao antigo lote do quartel do regimento de artilharia Um.

69 Campo das Amoreiras In <http://www.zerozero.pt/estadio.php?id=12184>

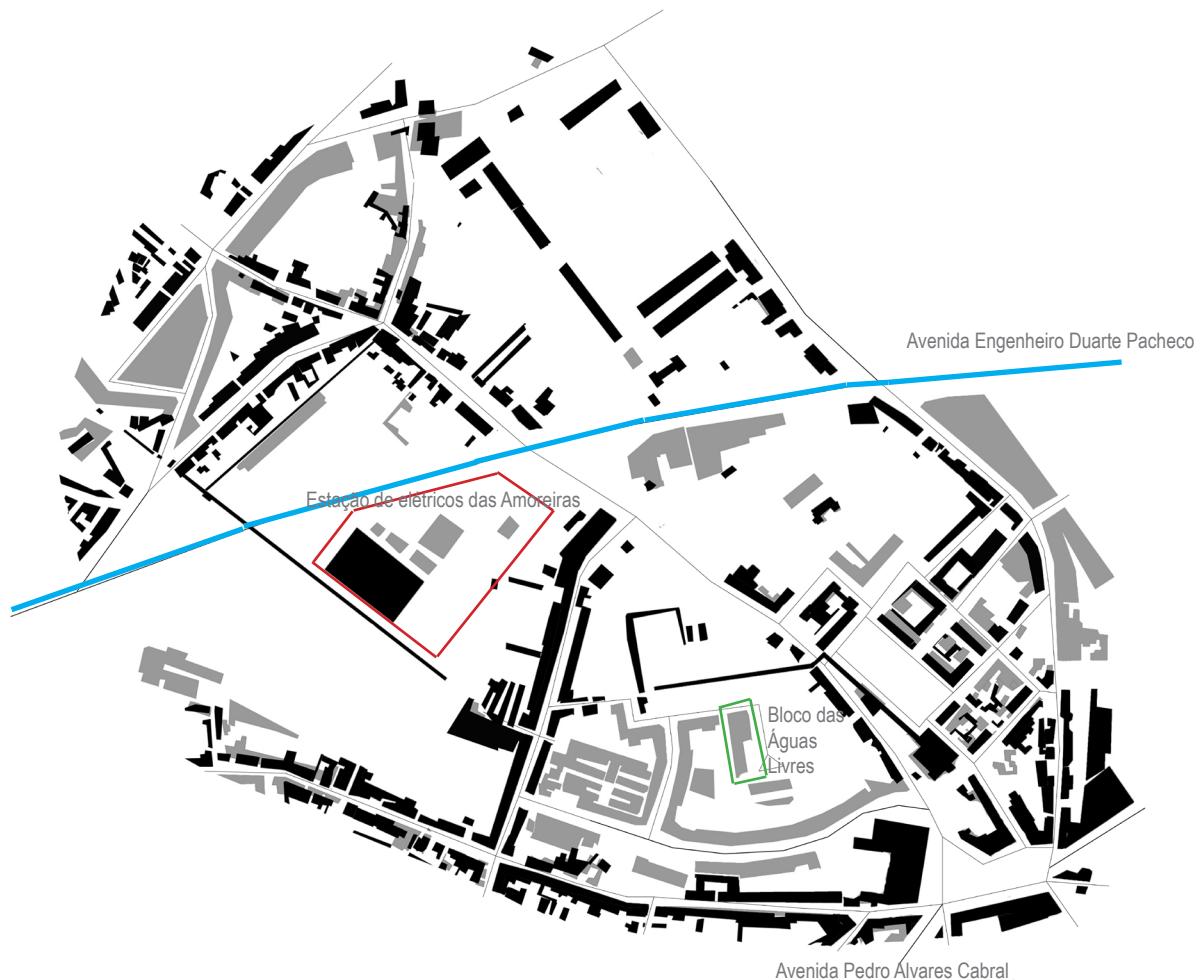
70 “Laboratório Sanitas” in <http://www.flickr.com/photos/biblarte/6102870526/>

71 Chaves, 2001, p. 103

72 França, 2000, p. 93

73 Informação obtida em conversa com o olisipógrafo José Sarmento de Matos.

(na pág. anterior) Câmara Municipal de Lisboa, Levantamento da Cidade de Lisboa, 1950. GEO



Na urbanização decorrente dos terrenos a poente da Rua das Amoreiras, ergue-se o Bloco das Águas Livres (1953), numa época de arquitetura nacionalista de Estado Novo. Procura, contudo, rompê-la, com um cuidado tal de desenho, que todo o projeto demonstra, influenciando diversas obras desde então⁷⁴. Insere-se no movimento moderno, de expressão deliberadamente internacional. Os seus autores foram Bartolomeu da Costa Cabral e Nuno Teotónio Pereira, tendo o último presença no 1º Congresso Nacional de Arquitetura, em 1948, onde se criticou o rumo que a cidade tomava às mãos de Duarte Pacheco em detrimento de “outro sentido estético e social, do habitar e do construir”⁷⁵. Encontra-se na zona do já anterior Pátio do Biaggi, demolido a 1940⁷⁶.

A atual configuração do centenário Largo do Rato é completada com a demolição das casas do pátio das freiras.

74 Consiglieri, 1995, p. 94

75 França, 1997, p. 100

76 Consiglieri, 1995, p. 84

(na pág. anterior) Esquema da malha urbana em 1950.



1970-83

Em 1953, muda-se para o palacete da Quinta do Mineiro, edifício de 1882⁷⁷, o Externato dos Maristas. Pode ver-se um anexo contíguo, possivelmente de apoio ao campo de jogos que ali figura. Esta instituição, que surge em 1947, permanece aqui até 1989, altura em que se muda para o Alto dos Moinhos, em instalações feitas para tal⁷⁸. Hoje encontra-se aqui o novo complexo “Nova Amoreiras”, numa obra que reabilitou o casarão.

Também o Ginásio Clube Português, fundado a 1875, tem nesta área a sua atual morada. O conjunto de dois edifícios contíguos vai romper a frente da Rua das Amoreiras, e aproveitar os terrenos, agora vazios, do antigo Pátio, para criar um parque desportivo, em 1982, o qual nos oferece hoje quatro courts de ténis, com bancadas, criando uma plataforma intermédia entre a Praça Ginásio Clube Português (1981, chamando-se atualmente das Águas Livres) e a antiga rua que vem do Rato, unidas por meio de uma escadaria que vence a topografia. O primeiro edifício, visível neste desenho, data de 1973, enquanto o segundo, veio em 1986 numa enorme adição de espaço⁷⁹.

No terreno sobrante entre as traseiras da Rua do Arco do Carvalhão e a Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, implanta-se o liceu francês Charles Lepierre (s/d). O seu corpo principal já era visível na planta anterior, mas é nesta que aparece na sua forma mais final, com o volume do auditório, rematando o vértice desse mesmo quarteirão, ladeando o braço principal do aqueduto, que foi aqui serrado, aquando da obra da avenida.

Entretanto, nos terrenos do Quartel do Regimento de Artilharia Ligeira n.º 3, tem lugar o Hospital Militar Principal, com a adição de edifícios na praça central. A poente deste, é traçada a nova Avenida Conselheiro Fernando de Sousa⁸⁰, que vem ligar a Rua de Campolide à Rua das Amoreiras e Rua Silva Carvalho (antiga São João dos Bem-Casados), atravessando a Avenida Engenheiro Duarte Pacheco.

77 Araújo, 1993, p. 96

78 “Quinta do Mineiro” in <http://lisboasos.blogspot.pt/2008/07/carta-da-pr-associao-de-moradores.html>

79 Santana, 1994, p. 429

80 Esta aparece já planeada num excerto de uma planta conseguida no Arquivo Intermédio da Câmara Municipal de Lisboa. Ver planta de 1940, em anexo.

(na pág. anterior) Câmara Municipal de Lisboa, Levantamento da Cidade de Lisboa, 1970-83. GEO



(na pág. anterior) Esquema da malha urbana
em 1970-83.



Em 1980 têm início as obras das Torres das Amoreiras, projeto do arquiteto Tomás Taveira que pretende confrontar-se com o estilo ocidental predominante, vulgarizado desde meio do século XX e denominado “International Style”, que, segundo o próprio autor, vem tornar as cidades mediocres e totalmente repetitivas. Esta obra assume-se como pós-modernista, procurando uma relação com a história que vai buscar imagens e elementos ao contexto onde se insere. Nesta ideia, o edifício oferece inúmeras relações que se podem apontar, como os arcos térreos, numa clara alusão ao Aqueduto das Águas Livres. Situando-se o edifício numa colina que se relaciona diretamente com a do Castelo, viu o arquiteto a oportunidade de criar um diálogo entre ambos, o que resultou na inserção da cruz de São Jorge (também utilizada na construção da Baixa), bem como a metáfora compreendida nas três torres – os dois guerreiros que protegem a dama, ao centro. Procurou rejeitar a ideia da arquitetura prender-se apenas a uma função, afirmado-se antes como uma forma de arte e “devendo portanto transportar também em si, como aliás sempre ao longo da História, a capacidade de expressar os mitos e desejos da sociedade”⁸¹. Na contínua crítica ao “Movimento Moderno” e à palidez purista dos seus edifícios, a cor é aqui utilizada em grande escala, também pela dimensão de todo o edifício. No contexto local, esta paleta busca trazer os tons do mediterrâneo, bastante presentes no lisboeta. O complexo constitui-se pelas três torres já referidas, para escritórios, um conjunto habitacional com 115 fogos, um centro comercial e um parqueamento automóvel.

Este último edifício, bem como o do Hotel D. Pedro e a antiga sede da RDP⁸² começam a marcar este território, com construções em altura que redesenham a silhueta da cidade.

Vê-se já construído o edifício do Ginásio Clube Português, que fora referido no mapa anterior, bem como a Praça das Águas Livres, reconfiguração da anterior com o mesmo nome que o ginásio.

O edifício anexo ao antigo Hospital Militar, é agora da posse do Instituto Geográfico Português.

81 Santana, 1994, p. 65

82 Rádio Difusão Portuguesa.

(na pág. anterior) Câmara Municipal de Lisboa,
Levantamento da Cidade de Lisboa, 1998.
GEO

AMOREIRAS: uma reflexão

De Hoje

Dados os seus antecedentes rurais, é possível constatar-se que a evolução da mancha urbana deu-se da frente de rua (primitiva) para o interior dos quarteirões, retalhando-os consecutivamente. Pouca foi a herança deixada até aos dias de hoje, devido à euforia reformista da primeira metade do século XX. A zona, assim como toda a cidade, acabou por ver o seu património arquitetónico atingido. Tal deveu-se ao ímpeto de demolições e expropriações de Duarte Pacheco, para renovar a imagem de Lisboa, numa ausência de legislação sobre proteção deste património, que apenas surge em 1968. Esta condição deixou-nos com um pequeno espólio de edifícios na Rua das Amoreiras, vilas, pátios operários (muito degradados e ao abandono) espalhados pela zona e o bairro manufatureiro das Águas Livres. Este último, bastante usurpado do seu aspeto inicial, oferece hoje uma banda de casas ainda original (na Travessa da Fábrica das Sedas) e o edifício da fundação Arpad-Szenes, defronte à Praça das Amoreiras. Serão estes, mais o chalé da Quinta do Mineiro (reabilitado recentemente⁸³), os exemplares de um passado mais distante que podemos testemunhar, não englobando neste grupo o Aqueduto e Mãe de Água, testemunhos imortais de um pensamento iluminista, que não carece de legislação para proteger a sua existência. Há talvez, por isso um grande confronto de escalas, no território. Casos disso são as vilas Sérgio e Reis, “entaladas” num lote alvo de constante especulação, que, nesta morte lenta, desperta o reparo do transeunte que se preocupe com a memória da cidade. Mas é um cenário geral, o da habitação operária, que viu, no caso do Pátio Bagatella⁸⁴ (e do Monteiro), a fuga para uma (aparente) proteção, que lavou a cara, mas transplantou os órgãos.

A malha urbana mostra-se irregular, de evolução temporal, pouco unida, sendo ainda mais repartida após a sobreposição das novas avenidas instituídas na cidade sobre o esquema viário tradicional. O Plano do bairro setecentista, que foi dos poucos apontamentos e ensaios de expansão controlada e racional fora da empresa Baixa-Chiado, é uma exceção que foge à regra, ainda que tenha ocupado pouca mancha no território.

Os anos de 1980 mostraram o que terá sido a apoteose das Amoreiras. O rápido crescimento pós Estado Novo do ramo da construção não deixou este território de lado e viu nele a oportunidade de transferir para aqui o centro financeiro da capital, até então retido na baixa. Tal estatuto seria mantido até à reformulação urbana do que é hoje o Parque das Nações (para a exposição universal de 1998), podendo dizer-se que o setor financeiro é hoje repartido entre estes dois pólos, ainda que o segundo esteja cada vez a ganhar mais força. De entre os edifícios da época, o complexo comercial e habitacional das Amoreiras veio alterar a dinâmica do local. Instalaram-se aqui inúmeras empresas que, aliadas à mercancia do primeiro centro comercial de grandes dimensões em Lisboa, trouxeram outro ritmo a esta zona da cidade. Terá secado certamente o comércio tradicional ao seu redor, mas pelas características oferecidas

83 Pelo gabinete de arquitectura Broadway Malyan

84 Dos arquitectos João Miguel Huguenin Duarte Ferreira e Miguel de Andrade e Sousa, obteve o Prémio Valmor e Municipal de Arquitectura no ano de 1997. In <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/patio-do-bagatela>



pelo projeto, valorizou em muito as propriedades já existentes.

Hoje o centro das Amoreiras passou da praça pombalina para o nó cimeiro, quer pelos serviços que, após o projeto pós-moderno de Tomás Taveira, aqui se têm vindo a instalar, pontuando aqui um dos centros financeiros da cidade, quer pela confluência das duas importantes vias que atravessam e rasgam o território – Avenida Conselheiro Fernando de Sousa e Avenida Duarte Pacheco. Esta última situação gerou a fracturação do território, numa escala pedestre, comportando-se estas avenidas como barreiras físicas que impossibilitam a fluidez de circulação.

Esta zona apresenta-se atualmente como um núcleo vivo e em constante mutação, ainda que sem o fulgor do final do século passado. A pouca acessibilidade será um dos principais problemas, pois não está ligada à rede de metropolitano de Lisboa, nem tão pouco à rede ferroviária suburbana. Os indivíduos que aqui se queiram deslocar encontrarão rápidos acessos rodoviários⁸⁵, interligados com as principais artérias do centro urbano, mas por outro lado, muitas dificuldades de estacionamento. O transporte público neste momento não oferece grande alternativa, pois faz-se apenas por autocarro, meio que segue ao ritmo (lento) do tráfego rodoviário.

Não existem muitos espaços verdes ao dispor da população, em grande parte por se encontrarem fechados, como é o caso dos jardins da EPAL e a cobertura do reservatório de águas adjacente à obra do arquiteto Tomás Taveira. Pequenos apontamentos existem, como o jardim das Amoreiras ou o corredor verde que segue lateralmente ao aqueduto e desemboca na praça das águas livres (este último bastante desinteressante). Nota-se portanto a necessidade de munir a zona com equipamentos urbanos (parques e zonas de estar) para recriação e até mesmo combater a poluição sonora criada pelo tráfego automóvel. Encontra-se, nos vazios expectantes e nos espaços devolutos⁸⁶, uma enorme oportunidade para revitalizar toda esta área da cidade, que tem em si, quer pela localização geográfica, quer pelo património (ainda existente), quer pela possibilidade de vir a receber o metro, todas as condições de afirmar a sua centralidade e qualidade enquanto espaço urbano.

85 O viaduto Duarte Pacheco é uma das principais e mais claras entradas na cidade de Lisboa.

86 Sendo destes o maior exemplo o lote do antigo quartel, na rua da Artilharia Um.

(na pág. anterior) Ortofoto atual da zona em estudo.

Para Amanhã

Parte da reflexão feita neste ponto irá de encontro às premissas discutidas em grupo para este território, que poderão ser encontradas na parte 2 deste livro.

Para tal análise, efetuou-se um breve estudo da evolução de Lisboa, desde a conquista cristã, até aos dias presentes. Pense-se na cidade enquanto um centro, que terá começado no castelo e encosta de Alfama, descendo posteriormente para a Baixa, onde aí permanece solitário até ao terramoto, que trouxe uma nova pequena centralidade – Belém. Com a chegada dos caminhos de ferro, abriram-se as portas à expansão de novas localidades. Era agora possível viver fora da cidade e deslocar-se a esta num breve espaço de tempo. Em meados do século passado, o aprimoramento do sistema de transportes públicos aliado ao sistema viário em constante renovação foram os grandes impulsionadores das novas grandes cidades-subsídio, como Amadora, Oeiras, Loures, Sintra, entre outras, que cresciam agora a um elevado ritmo, criando as suas próprias centralidades.

O núcleo da cidade tornara-se dispendioso e pouco acessível a todos, pelo que a oferta aliciante de habitações a menor custo, nas zonas como a Linha de Sintra, fez os novos jovens, com menos posses e à procura de construir família e ter casa própria, encontrar nestes locais a solução. Contudo, a “solução” originou o problema do tempo. Tendo a cidade de Lisboa ainda a maior oferta de emprego, surgiram os necessários movimentos pendulares diários, que condicionam gravemente as vias de acesso à capital e exigem tempo que é gasto dentro de um veículo ou transporte público, que a curto prazo é irrelevante, mas ao longo de uma vida é bastante significativo.

Apesar destas novas pontuações em redor da metrópole, Lisboa continua a crescer, assim como a noção de “centro”. Como já se verificou anteriormente, a cidade vai absorvendo, ao logo dos tempos, território. O que hoje é subsídio às portas desta é amanhã parte da sua malha consolidada. Foi caso disso este território das Amoreiras e será o destino “fatal” de muitas áreas, suas vizinhas. Como o conceito de centro liga-se ao económico, o limite da habitação acessível vai sendo cada vez mais empurrado para a periferia. Nesta ideia, assume-se que a certo ponto a maioria da população a formar família instalar-se-á cada vez mais longe do centro urbano preponderante, que é a cidade de Lisboa. Isto deve-se ao ciclo que se cria e que, como exemplo, pode ser alguém que tenha vivido no centro da cidade, outrora mais acessível, mas cujos filhos, apesar de lá terem efetuado os estudos e habitado, numa primeira fase da sua vida, partilhando casa, veem-se obrigados a procurar habitação na periferia, quando querem constituir família, pois necessitam de mais espaço. Mais tarde, os filhos destes viverão com eles até ao momento em que entram na faculdade e conseguem o primeiro emprego, etapa em que, tal como os pais, conseguem dividir as despesas com colegas/amigos, voltando mais tarde a surgir o problema de constituir família, sendo a opção mudarem-se para a periferia, a qual, pelo aumento da noção de centro, já será mais afastada que a dos seus pais (que valorizou nos anos que passaram). E será esta uma repetição constante, pois a especulação económica não para de aumentar e as propriedades sobrevalorizadas do núcleo urbano não estão ao alcance da maioria aqui referida.

Este território das Amoreiras detém uma característica interessante, que é assumir-se como uma “micro centralidade”, dentro do centro maior da cidade, onde já se encontra indiscutivelmente solidificada. Lança-se assim uma nova noção, a de “micro centro”, que atua com a sua própria “gravidade” sobre a envolvente. Podem encontrar-se exemplos semelhantes, como é o caso do Parque das Nações e do Campo Pequeno. Estas zonas, pelas infraestruturas que oferecem, pelos setores laborais que acomodam ou pela oferta de boas acessibilidades, tornaram-se zonas de excelência, inflacionando gradualmente a sua área de influência.

Feita esta breve análise lançam-se as seguintes questões: como se pode combater esta visão do futuro e tornar esta zona acessível a todos? Quais serão as mais-valias que se podem extrair neste local para melhorar a qualidade de vida a nível local e citadino?

Como pontos fortes, este local apresenta inúmeros edifícios devolutos, bem como espaços expectantes. Poderá passar por aqui a solução de revitalização deste setor de Lisboa. O arrendamento a baixo custo, ou mesmo a nenhum custo, de habitações devolutas para reabilitação destas, por parte de populações que antes não tinham acesso ao centro, poderá ser um fator de reviravolta ao que se tem assistido nos últimos tempos – uma cidade antiga com edifícios esquecidos e ao abandono. Entende-se como importante a preservação do património, em especial os exemplares de habitação operária que aqui se encontram e que

Projeto de expansão da rede de metropolitano de Lisboa de 2010 a 2020, apresentado em 2 de Setembro de 2009. (in <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1577859>)

Mapa da cidade



Mapa da cidade

- Ilha Azul**
Prolongamento da linha Azul
 Cais do Sodré/Uruguai/Benfica
 Comprimento: 1,5 km
 Novas estações: 2
 Terreiro do Paço/Alfândega/Sta. Apolónia
 Nova estação: 1
- Ilha Verde**
Prolongamento da linha Verde (circular)
 Praça/ São Bento/Entrecampos/Cais do Sodré
 Comprimento: 1,7 km
 Novas estações: 2
 Roma/Madrid/Alreeiro
 Nova estação: 1
- Ilha Amarela**
Prolongamento da linha Amarela
 Olaias/Covilhã/Stº António dos Cavaleiros /Torres da Bela Vista/Lourdes/Infante
 Comprimento: 5,8 km
 Novas estações: 5
 Odivelas/Odivelas Centro/Ramada/Bons Dias
 Comprimento: 2,6 km
 Novas estações: 3
- Ilha Vermelha**
Prolongamento da linha Vermelha
 Reboreira/Atalaia/Amadora Centro/Hospital
 Comprimento: 2,5 km
 Novas estações: 3
 Moscavide/Portela/Sacavém
 Comprimento: 2,5 km
 Novas estações: 2
 Aeroporto/Fernando Namora/Senhora da Luz /Padre Cruz/Pontinha
 Comprimento: 5,9 km
 Novas estações: 3
 S. Sebastião/Campilde/Amoreiras/Campo de Ourique /Prazeres/Alvito
 Comprimento: 3,9 km
 Novas estações: 5
 Campo de Ourique/Estrela/Lapa/Infante Santo/ Alcântara
 Comprimento: 2,3 km
 Novas estações: 4

são um autêntico núcleo museológico a céu aberto, com elevado risco de desaparecer. A sua configuração de quase pequeno bairro promoveria a interação dos seus residentes, criando-se comunidades com forte sentimento de entreajuda.

O aproveitamento de zonas expectantes, como interiores de quarteirões, traseiras e zonas que à primeira vista não se mostram interessantes, serão a segunda opção de revitalização da cidade, na qual se entende que o arquiteto tem um papel essencial. A boa requalificação destes espaços irá colmatar as falhas existentes e contornar a visão meramente lucrativa e de exploração do território.

Num olhar mais afastado à cidade, vê-se o território com um grande potencial no futuro, principalmente pelo plano existente de expansão do Metro de Lisboa, com as duas novas estações previstas de Campolide e Amoreiras. Vêm, sem dúvida, preencher a enorme lacuna de transportes públicos de que a zona sofre, sendo hoje apenas servida de autocarros, que como se sabe, seguem ao ritmo do trânsito e condicionados pelas horas de maior afluência de veículos. A reinserção do elétrico que aqui existiu – o número 24 – seria de grande importância, por ser vista como a ligação norte-sul inexistente nesta zona da cidade, com a vantagem de já existirem as infraestruturas necessárias. Iria efetuar a união das linhas vermelha, amarela e verde da rede de metropolitano, bem como aproximando esta colina ao rio, com o percurso original de Campolide ao Cais do Sodré.

Nesta oferta de acessibilidades (autoestrada e rede de transportes públicos), a zona tornar-se-á num ponto intermodal da cidade, sugerindo-se o grande vazio do lote da Artilharia Um como futuro silo automóvel, na intenção de libertar o centro do veículo privado, assim como um terminal rodoviário. Este último serviria em muito para apoiar a já aprovada expansão do pólo universitário de Campolide, que atrairá uma grande quantidade de jovens de diversas zonas do país. Vê-se também a possibilidade da utilização deste grande vazio como parque urbano e zona de hortas comunitárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta leitura do território, efetuada na presente parte 1 deste livro, foi possível verificar-se a importância da topografia na expansão e urbanização da cidade. Tal como um carreiro de água encontra sempre o seu caminho, a falta de meios e tecnologias à época levou ao surgimento das primeiras distribuições radiais de Lisboa. Dentro desses novos eixos, que se tornaram de expansão, surgiu a Colina das Amoreiras, nome último, após uma série de topónimos que aqui se viram. A rede viária que se formava (dirigindo-se aos confins da cidade) veio definir a mancha urbana primária que, em parte, se encontra ainda hoje.

A chegada de grandes infraestruturas, como a Mãe-de-Água, a Fábrica das Sedas e até mesmo, mais recentemente, o Complexo das Amoreiras, veio transformar a organização do espaço, agindo como charneiras do território e pontos de confluência. O Largo do Rato assume-se aqui como o primeiro centro urbano desta área, pela presença da Fábrica das Sedas e pelo remate final do aqueduto. Fábrica esta que trouxe um bairro consigo, com um estilo de vivência próprio, algo novo na cidade. No caso do complexo, pela importância que o setor terciário tem na cidade já no final do século XX, este veio localmente dividir o primeiro centro, que inicialmente era ocupado entre a Praça das Amoreiras e o Rato. Contudo, na escala da cidade, fortaleceu a importância do local, criando uma nova centralidade, e ajudou a que aqui confluíssem novas acessibilidades e serviços.

O crescimento demográfico teve um grande boom na primeira metade do século XVIII, altura em que foi criada a freguesia de Santa Isabel. O terramoto em muito ajudou a este incremento que, depois, se tornou gradual até aos finais do século XIX, altura em que se começa a dar a industrialização da cidade. Começam então a afluir a Lisboa inúmeras pessoas provenientes do meio rural, à procura de trabalho, e, em 1878, conta já com 187 mil habitantes. Em 1890 seriam 302 mil e já no início do século XX, 356 mil. A cidade terá tido o seu máximo populacional a meio do século passado, existindo o registo de 600 mil pessoas em 1940⁸⁷. No ano de 1960, a cidade começa a ver partir do centro os seus habitantes, deixando casas vazias, muitas delas até hoje. Tal pode ser confirmado com a seguinte excerto descriptivo:

“Lisboa-cidade vem expulsando uma parte não negligenciável da sua população jovem e em idade activa para a coroa de municípios periféricos. Em 1991 a cidade tinha uma população residente de cerca de 660 mil habitantes, enquanto os quatro concelhos periféricos somariam mais de 810 mil. A chamada Área Central de Lisboa [que integra a área em estudo] perdeu 117 mil habitantes.

Na Área Central, em 1991, existiam 14600 alojamentos não habitados, em resultado da desintegração das funções urbanas; das condições de degradação do parque, por falta de conservação e beneficiação. Para além destas tendências é de assinalar a alteração de usos, e principalmente a especulação imobiliária”⁸⁸

⁸⁷ Consiglieri, 1995, p. 13

⁸⁸ Plano Estratégico de Lisboa, Outubro de 1992 in Consiglieri, 1995, p. 15-16

89 Dados obtidos em "Retrato de Lisboa" in <http://observatorio-lisboa.eapn.pt/retratodelisboa.php>

90 Consiglieri, 1995, p. 84

91 Consiglieri, 1995, p. 114

92 Consiglieri, 1995, p. 70 e 104

93 Rossa, 1998, p. 139

Apesar das tentativas de renovação do tecido urbano histórico, com fim a trazer jovens ao centro da cidade, a mesma carece ainda de novos habitantes. Olhando para o caso aqui em estudo, é possível verificar igual acontecimento. Em dados sobre as freguesias de Santa Isabel, São Mamede e Campolide, nas últimas três décadas (1981, 1991, 2001 e 2011), apurou-se a perda de população do seguinte modo: a primeira freguesia – 11683, 9249, 7270 e 6844 habitantes (respetivamente); a segunda – 10268, 7072, 6004 e 5377 habitantes; a terceira – 26655, 20972, 15927 e 15623 habitantes⁸⁹. É de salientar que esta última freguesia compreende muita área exterior à zona das Amoreiras, aqui em análise. O grande choque dá-se em Santa Isabel, de 1950 para 1960, quando esta passou de 72377 para 14950 fregueses⁹⁰. Já em São Mamede foi bastante mais atenuada, sendo a viragem de 17100 para 13888⁹¹. Com a já referida saída da maioria da classe média da zona, encontram-se hoje dois grandes tipos de população aqui: uma envelhecida, de classe baixa, que aqui reside há várias décadas, nas habitações mais antigas e degradadas, e outra, de classe média-alta/alta que encontrou nos novos condomínios e complexos habitacionais – como são caso o Pátio Bagatela, o Complexo das Amoreiras e o Complexo Nova Amoreiras – o local para residir, numa zona da cidade que oferece fantásticas vistas, uma centralidade assumida com oferta de inúmeros serviços e rápidos acessos rodoviários. No geral, este começara por ser um território de famílias abastadas que foi sendo ocupado por famílias com menos posses, retalhado as grandes propriedades. Isso mostraria o seu máximo com o aparecimento das vilas e pátios operários que aqui se encontram, nos quais ainda hoje é possível encontrar residentes.

Quanto ao emprego, assiste-se aqui a uma grande maioria que trabalha no setor terciário. Houve portanto uma alteração de setores que começaram no primário, quando as quintas aqui abundavam com grandes terrenos hortícolas, passando posteriormente ao setor secundário, aquando da chegada das águas livres e a criação do pólo industrial pombalino, até a meio do século XX, onde, com a desindustrialização da cidade, o setor terciário foi ganhando a preponderância que tem hoje, estando perto dos 80%⁹².

Esta área, que outrora foi subúrbio mas ficara englobada no perímetro urbano da cidade, com a definição da Estrada de Circunvalação, mostra-se hoje central à mesma, pelo que espera-se uma mudança acentuada deste território durante os próximos tempos. Abertas as hipóteses do capítulo anterior, esta mudança pode passar pela requalificação e abertura das portas para todos, pois o direito à cidade é um bem essencial.

Dados os acontecimentos aqui assistidos – que foram ocorrendo com mais ou menos interrupções até ao final da passada década de 2010, momento em que se instalou a crise económica global e Portugal viu-se obrigado a conter o investimento em reformas urbanas consideráveis – tornou-se clara a instrumentalização do urbanismo como meio para atingir um fim/interesse. Sente-se conveniente encerrar esta reflexão com a citação final de Rossa no seu livro *Além da Baixa*⁹³ onde é levantada a questão: "será ao virtualismo intemporal das grandes metas do planeamento que devemos as virtudes desta cidade?..."

Como resultado final deste longo processo de assentamento de ideias e conhecimento do território, foram originadas as diretrizes essenciais para o projeto individual, exercício

nuclear de encerramento de uma formação de cinco anos. Seguindo os critérios definidos para a cidade, já referidos, tomou-se como pensamento chave esta citação: “É que o negócio [das Vilas Operárias] consistia exactamente em rentabilizar espaços no interior dos quarteirões, os quais, segundo os critérios do urbanismo convencional, não são edificáveis” (Santana, 1994, pág. 962-963). Este conceito de habitação operária é visto como uma mais-valia na cidade, onde espaços menos desejados podem ser alvo de intervenções, numa tentativa de, também, romper com esse preconceito urbanístico.

Neste caso, o local de intervenção escolhido foram os lotes 57, 59 e 73 da Rua das Amoreiras, sendo que os dois últimos serviram em tempo de serventia ao antigo Pátio do Biaggi. Assim, este projeto teve em atenção a análise histórica desta preexistência, assim como o propósito desta tipologia urbana na cidade. As pretensões de trazer novamente as populações ao centro de Lisboa exigem uma flexibilidade na forma de projetar, com novos moldes para pensar o espaço e novos conceitos de relações sociais. A proximidade com o trabalho, numa reinterpretação do pátio operário, no interior do quarteirão, mostrando a qualidade capaz de ser daí extraída, foi a opção tomada para alojar as novas famílias. Estes locais são espaços comumente menos apetecíveis e que por isso encontram-se livres, à mão do bom arquiteto que os saiba aproveitar.

Trata-se de um conjunto de quatro edifícios (cinco habitações) dispostas em redor de uma plataforma, a meio termo entre a Rua das Amoreiras e a Praça das Águas Livres. Maioritariamente construídas com betão à vista, mostram o aspeto cru, industrial, de algo que tende a servir o propósito de habitar, despojando-se de grandes acabamentos exteriores. Cram, contudo, não só relações uns com os outros, mas também entre a plataforma cimeira, por trás, e o aqueduto e Jardim das Amoreiras, na zona mais baixa. Cada edifício contém um atelier, com o propósito de criar um conjunto com os já existentes no Bloco das Águas Livres, destinando-se então estas residências a artistas (arquitetos, fotógrafos, pintores, escultores, entre outros).

A construção, que se pretende que seja de baixo custo, alia-se à polivalência do espaço urbano em sua volta, que procura deste modo criar uma nova dinâmica nesta zona, com os patamares de vistas concebidos e o diálogo que estes formam com a envolvente. Será em seguida, na parte 2 deste livro, aprofundado este exercício.

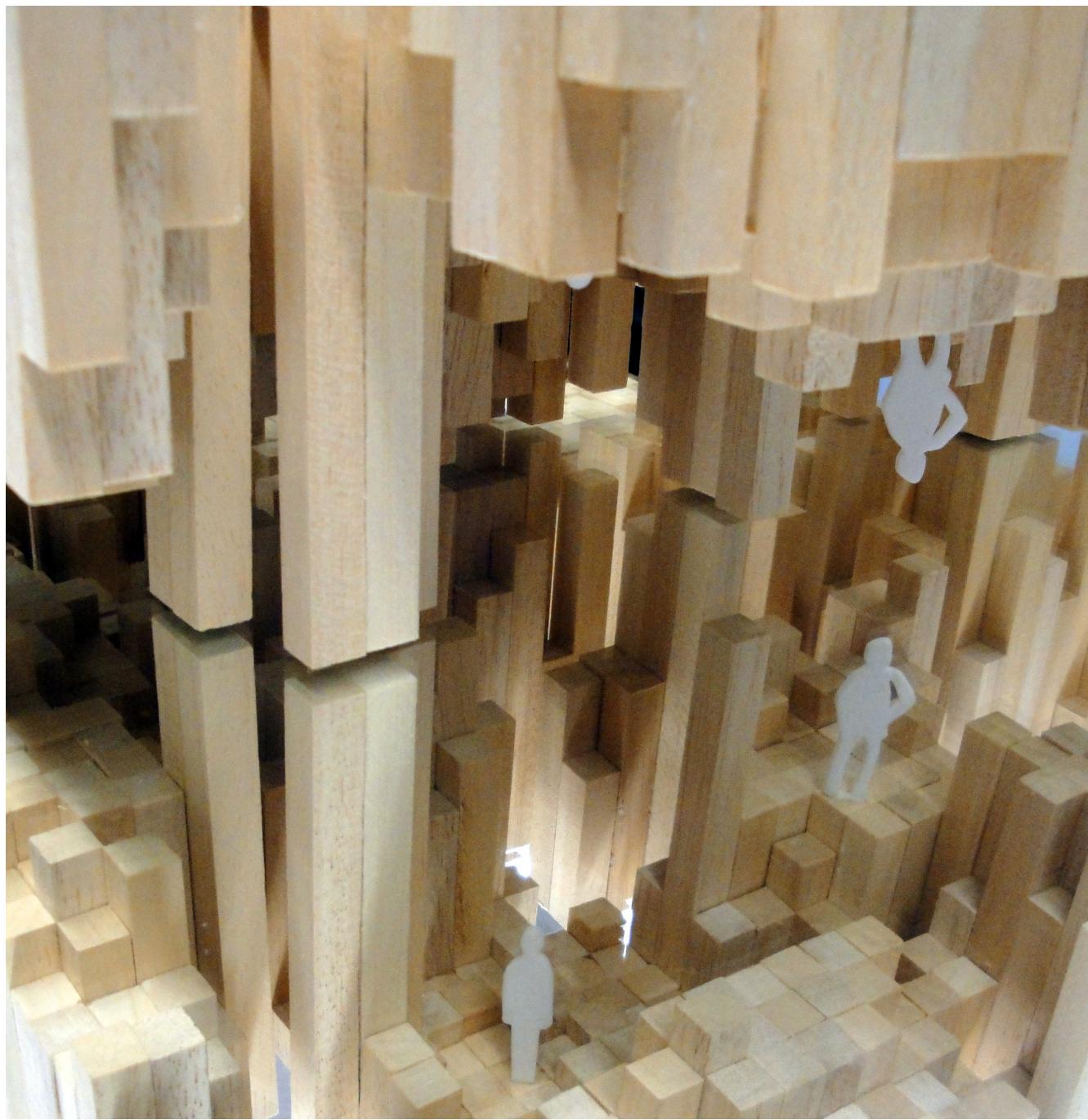
Parte 2 - Vertente projetual

ÍNDICE parte 2

| | |
|-------------------------------------------------------|-----|
| A MANCHA | 89 |
| CENTRO INTERPRETATIVO AMILCAR CABRAL | 114 |
| PROPOSTA URBANA | 141 |
| Evolução da Cidade | 143 |
| Análise | 152 |
| Proposta Urbana | 156 |
| PROPOSTA INDIVIDUAL - HABITAÇÕES NAS AMOREIRAS | 175 |
| Memória Descritiva | 179 |
| EXERCÍCIO LIVRE - MOBILIÁRIO URBANO | 223 |



A Mancha



A Mancha

“- Você avança com a cabeça voltada para trás? – ou então: - O que você vê está sempre às suas costas? – ou melhor: - A sua viagem só se dá no passado?

Tudo isso para que Marco Polo pudesse explicar ou imaginar explicar ou ser imaginado explicando ou finalmente conseguir explicar a si mesmo que aquilo que ele procurava está diante de si, e, mesmo que se tratasse do passado, era um passado que mudava à medida que ele prosseguia a sua viagem, porque o passado do viajante muda de acordo com o itinerário realizado, não o passado recente ao qual cada dia que passa acrescenta um dia, mas um passado mais remoto. Ao chegar a uma nova cidade, o viajante reencontra um passado que não lembrava existir: a surpresa daquilo que você deixou de ser ou deixou de possuir revela-se nos lugares estranhos, não nos conhecidos.

Marco entra numa cidade; vê alguém numa praça que vive uma vida ou um instante que poderiam ser seus; ele podia estar no lugar daquele homem se tivesse parado no tempo tanto tempo atrás, ou então se tanto tempo atrás numa encruzilhada tivesse tomado uma estrada em vez de outra e depois de uma longa viagem se encontrasse no lugar daquele homem e naquela praça. Agora, desse passado real ou hipotético, ele está excluído; não pode parar; deve prosseguir até uma outra cidade em outro passado aguarda por ele, ou algo que talvez fosse um possível futuro e que agora é o presente de outra pessoa. Os futuros não realizados são apenas ramos do passado: ramos secos.

- Você viaja para reviver o seu passado? – era, a esta altura, a pergunta do Khan, que também poderia ser formulada das seguinte maneira: - Você viaja para reencontrar o seu futuro? E a resposta de Marco:

- Os outros lugares são espelhos em negativo. O viajante reconhece o pouco que é seu descobrindo o muito que não teve e que não terá.”

(à esq.) *O Reflexo*, fotografia da maqueta final (foto do grupo).

(à dir.) Excerto do livro de Italo Calvino, *Cidades Invisíveis* (p.14-15).



Marca, Texto e Espaço

Como exercício de arranque e aquecimento do ano lectivo, foi dada a tarefa de desenvolver um projecto de carácter abstracto sobre o título: *marca, texto e espaço*.

A nível metodológico para este trabalho, realizado por um grupo de cinco alunos, foi pedido que fosse seleccionado um ou mais objectos de uso comum, com característica acessível e inesperada. Após selecção do(s) objecto(s), o mesmo deveria ser embebido (total ou parcialmente) em tinta da china para que pudesse funcionar como carimbo e assim produzir uma *marca* em papel cavaliinho. Em seguida, foi pedido ao grupo que seleccionasse um excerto literário, de escolha livre, que auxiliasse a converter a *marca* numa unidade espacial. Como último momento deste exercício, foi pedida a materialização da *marca* em forma de uma maqueta, cujo objectivo é fixar a espacialidade invocada pela *marca* e excerto seleccionados. A maqueta tem de ser criada através de uma gramática de forma.

O objecto seleccionado pelo grupo foi um pente. Sobre o pente foi aplicada a tinta da china em várias áreas e manchado o papel de vários modos e posições. Este processo foi repetido várias vezes para produzir um número de amostras confortável à escolha de uma marca que o grupo considerasse *a mais estimulante*. A *marca* escolhida foi considerada por apresentar um resultado que não se distânciava excessivamente da forma inicial do pente, e por apresentar uma dinâmica formal e cromática em todo o conjunto.

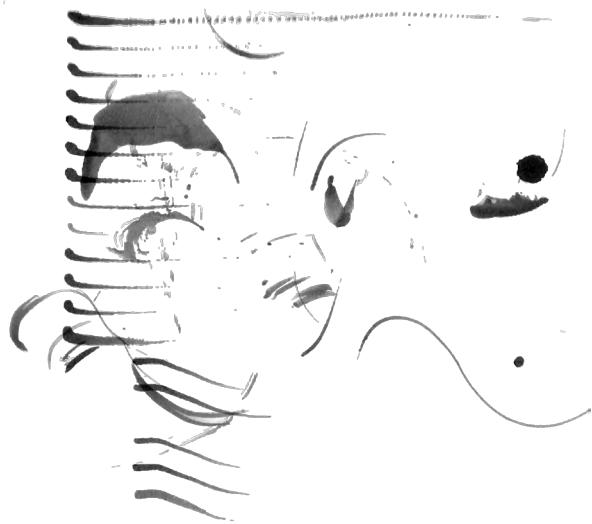
O texto escolhido é da autoria de Italo Calvino, e pertence à obra *Cidades Invisíveis*. Este texto quer representar o processo de transformação que a *marca* sofreu desde a sua origem como um objecto do quotidiano até ao espaço inventado pela maqueta.

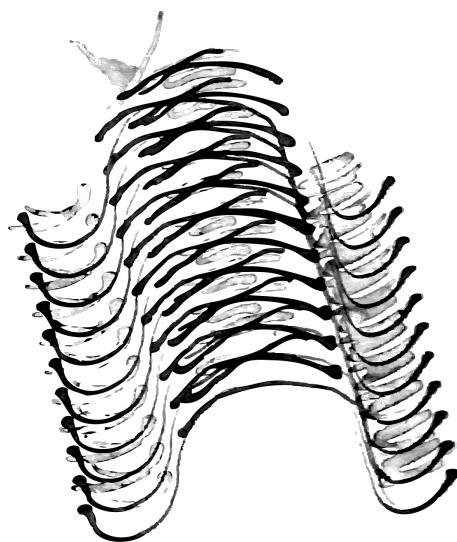
(à esq.) *A Mancha*, marca seleccionada pelo grupo de trabalho.



(em cima) *O Pente*, objecto seleccionado pelo grupo de trabalho (foto da autora).

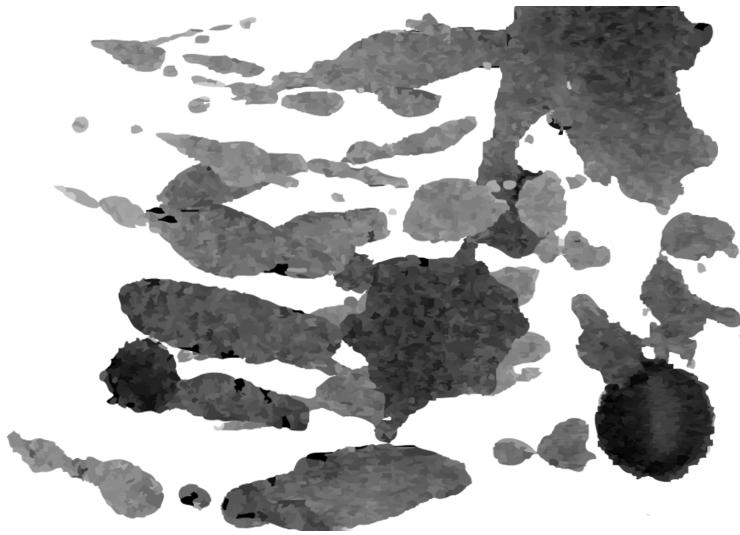
(em baixo) Primeiras experiências com o pente e tinta da china.





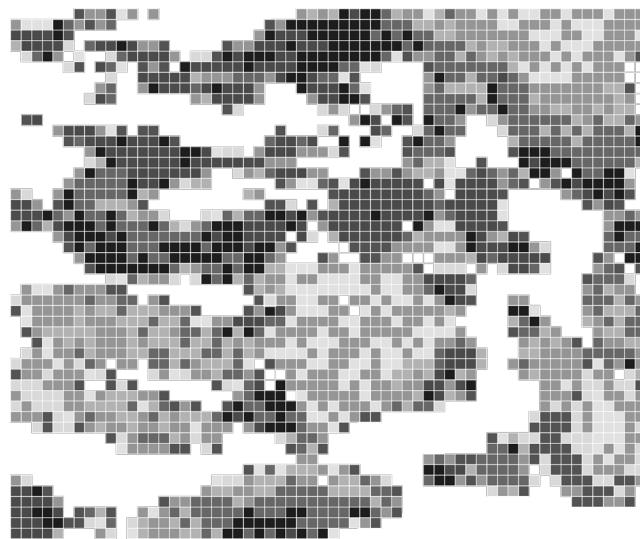
(em cima) Experiência com técnica de estampagem e deslizamento.

(em baixo) Experiência cromática com técnica do deslizamento.



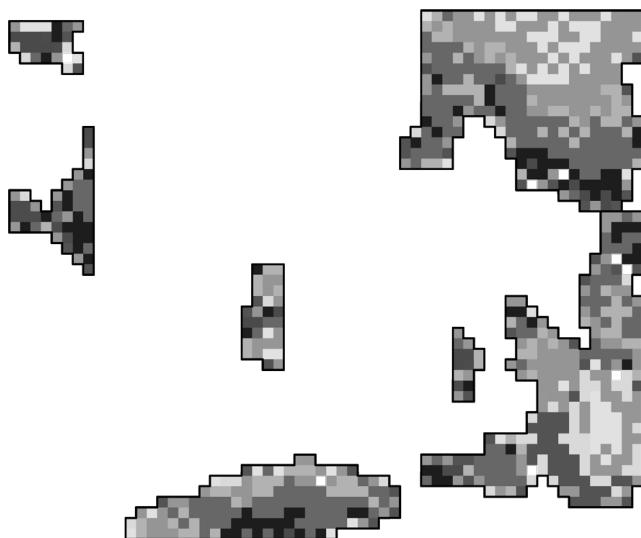
(em cima) A *marca* selecionada e com os contornos delineados.

(em baixo) Resultado da secção da forma em duas partes, inversão horizontal da secção superior e sobreposição de ambas (efeito de "dobra ao meio").



(em cima) Pixelização da imagem criada

(em baixo) Regularização dos limites da imagem pixelizada.



(em cima) Identificação de área com maior
presença de diferenças cromáticas.

(em baixo) Áreas seleccionadas.



(em cima) Organização das áreas seleccionadas.

(em baixo) Imagem final, onde a cada tom cromático é atribuído um valor de altura (transição para a materialidade).

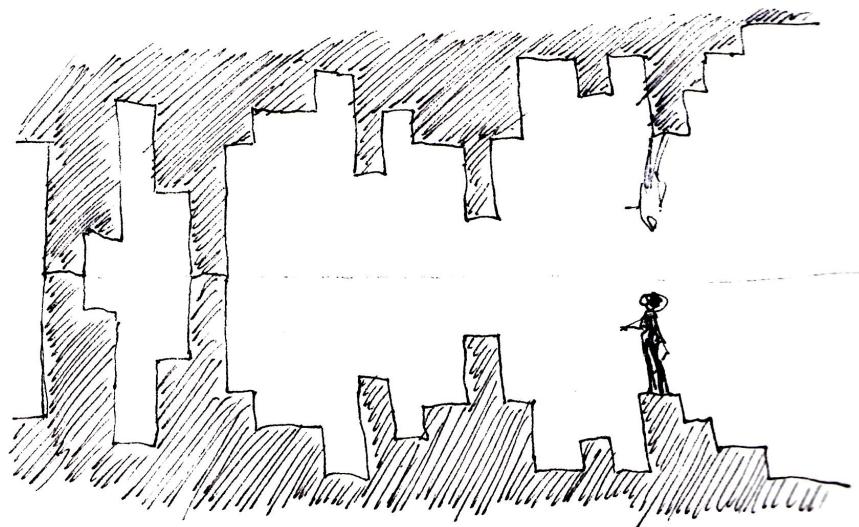




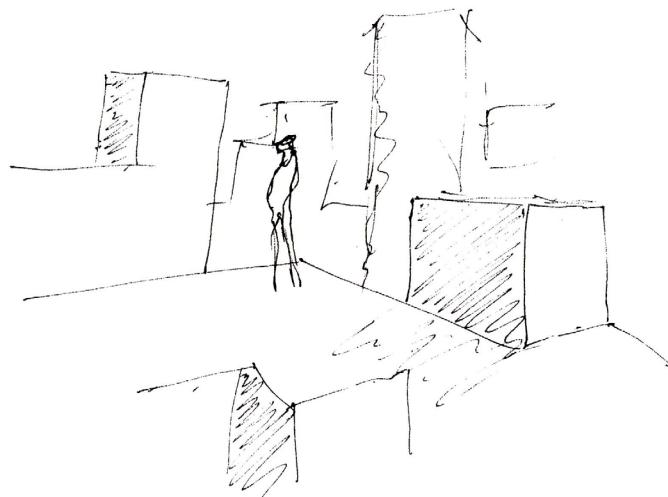
(à esq.) *Ariadne Learns how to Build Dreams*,
Inception de Christopher Nolan (2010).

(em cima e em baixo) *Metropol Parasol* de
Jürgen Mayer-Hermann, Sevilha (2011).





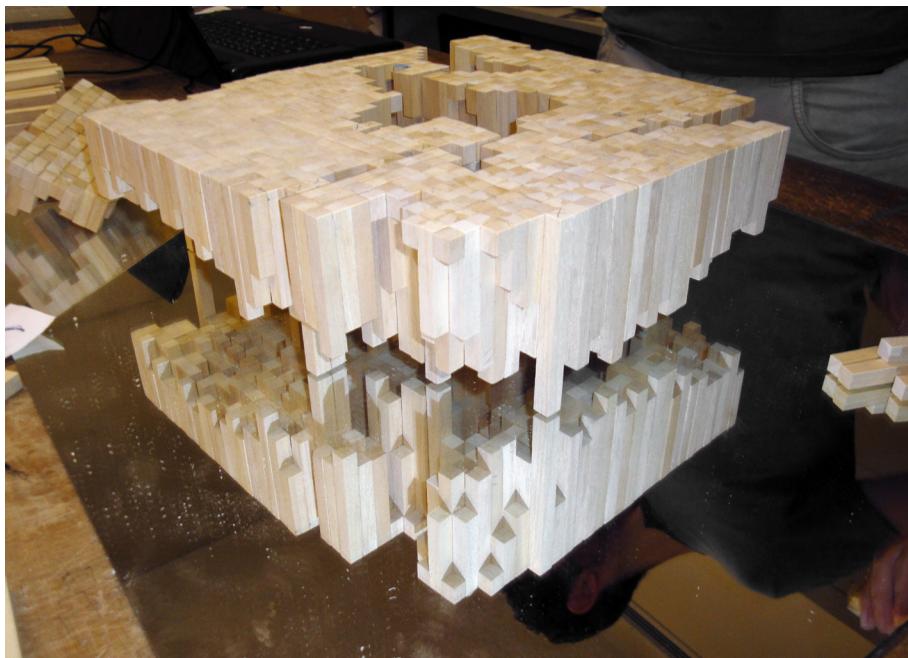
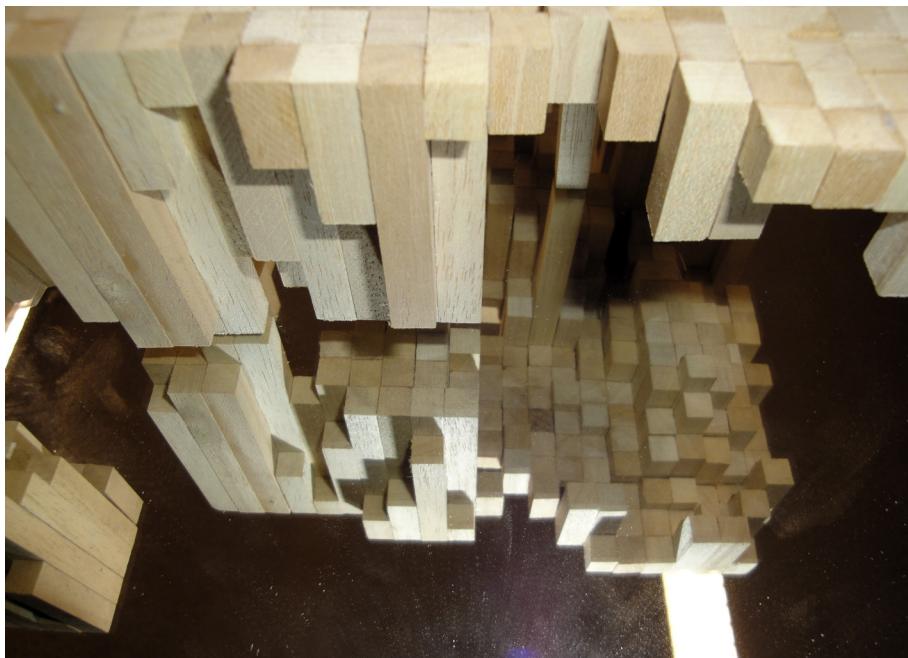
Esquiços relativos ao objeto realizado



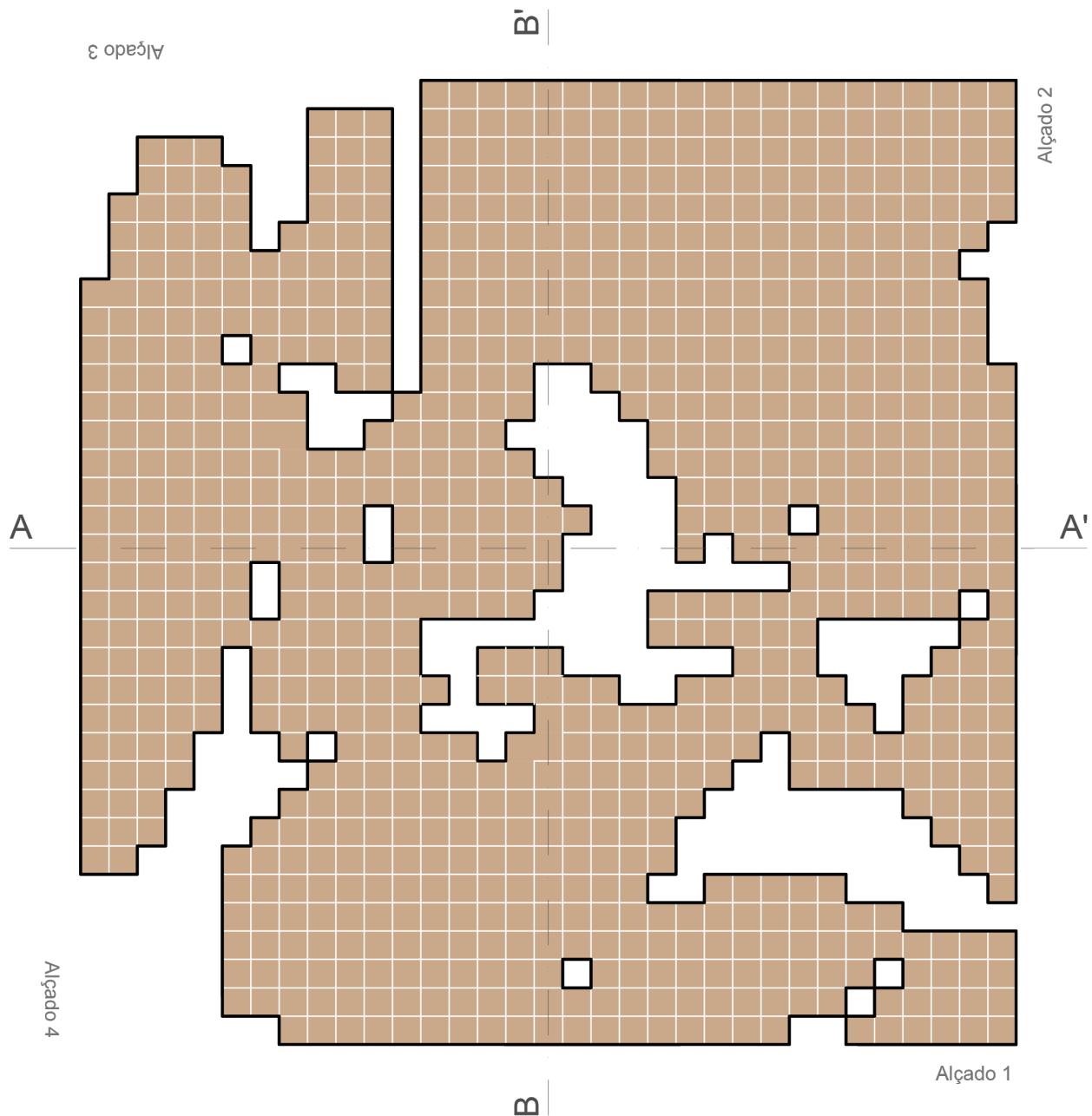
(na pág. anterior) *Um Reflexo*, fotografia do momento de montagem da maqueta (foto do grupo).

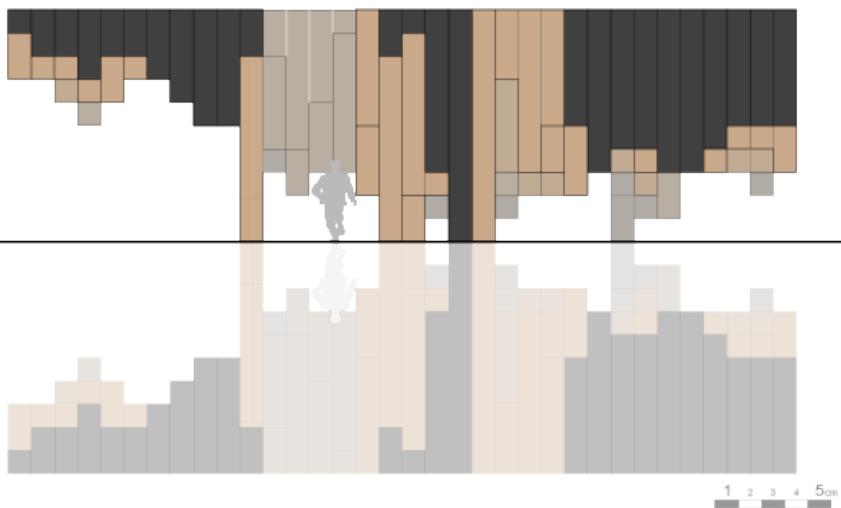
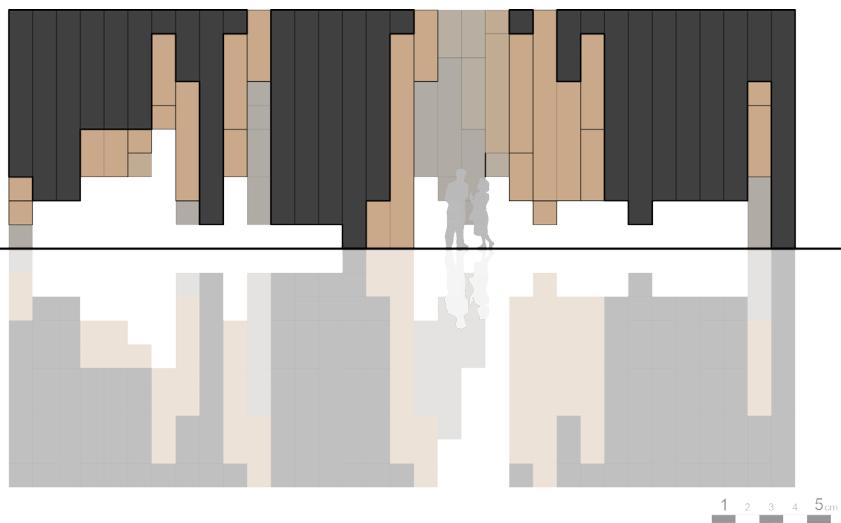


(em cima e em baixo) Fotografias da do trabalho de criação da maquete (fotografias do grupo).



(à esq, em cima e em baixo) Fotografias da maqueta (fotografias do grupo).

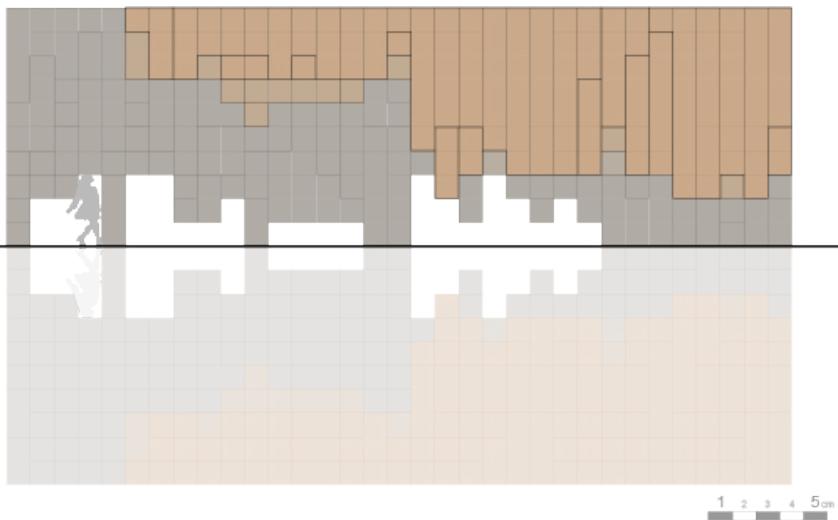




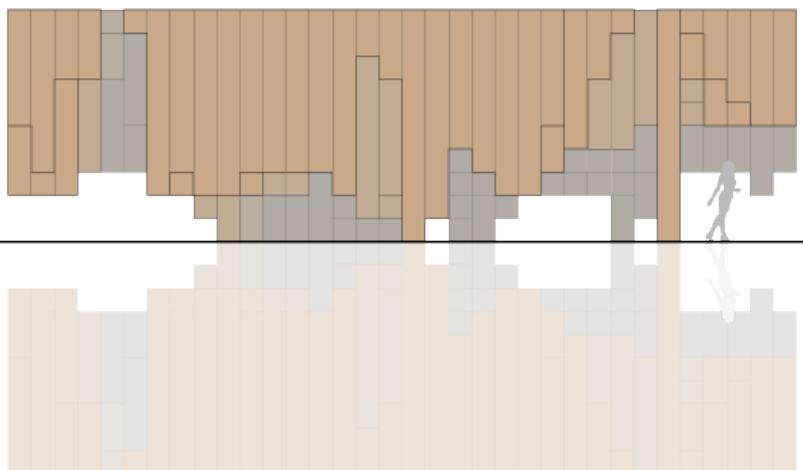
(em cima) Corte A-A'

(em baixo) Corte B-B'





1 2 3 4 5 cm

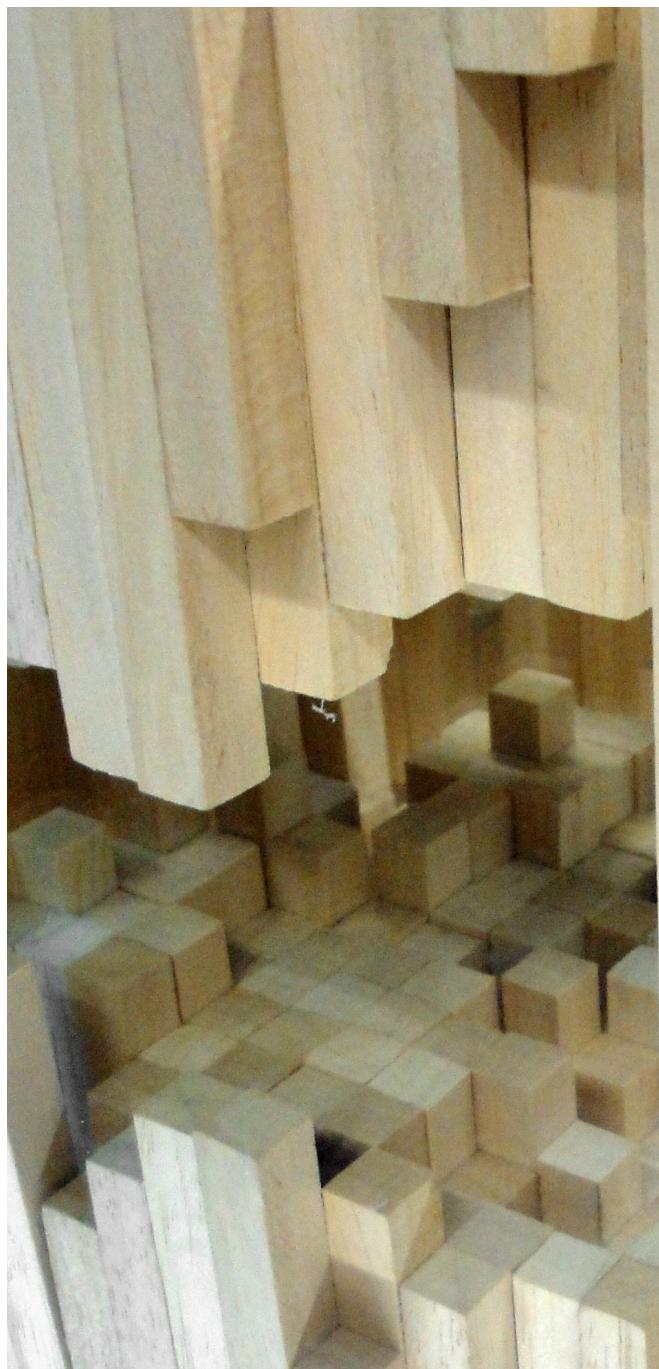


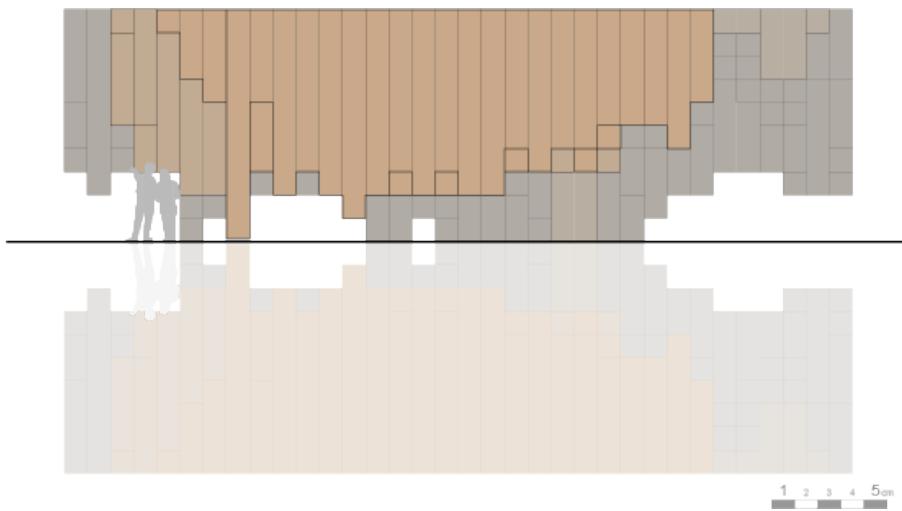
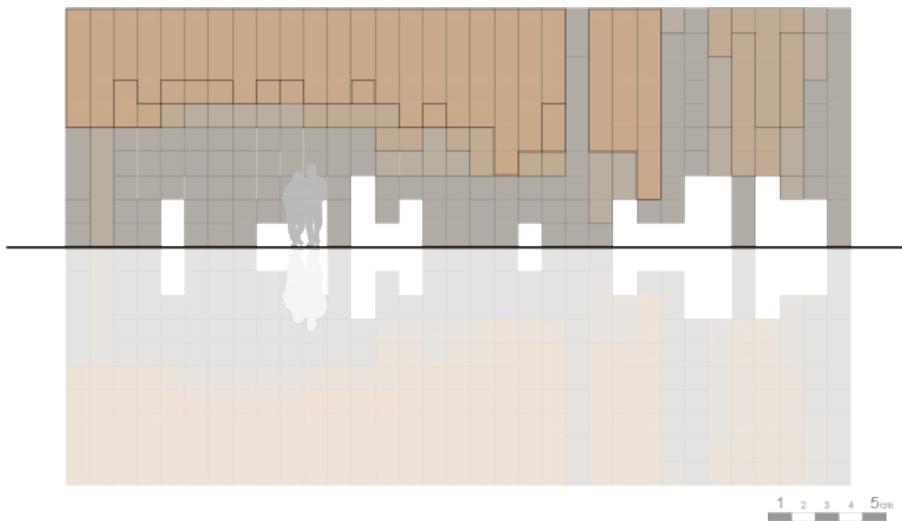
1 2 3 4 5 cm

(à esq.) *Ambientes*, fotografias sobre os reflexos pretendidos (foto do grupo).

(em cima) Alçado 1.

(em baixo) Alçado 2.





(à esq.) *Ambientes*, fotografias sobre os reflexos pretendidos (foto do grupo).

(em cima) Alçado 3.

(em baixo) Alçado 4.



Centro Interpretativo Amílcar Cabral

Introdução Histórica

No âmbito da comemoração dos 90 anos do nascimento de Amílcar Cabral, foi pretendida a edificação de uma estrutura efémera na sua cidade natal, Bafatá, Guiné-Bissau, que albergasse um centro de estudos dedicado ao pensamento e obra literária de um dos fundadores do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

A elaboração deste trabalho requer alguma compreensão sobre os antecedentes históricos que levaram ao reconhecimento de Amílcar Cabral. A Guiné-Bissau é um país situado na costa atlântica da África, sensivelmente a meia distância entre o Equador e o Trópico de Câncer, tendo sido um dos primeiros países a entrar na lista dos descobrimentos portugueses, com a chegada de Nuno Tristão em 1446. Cacheu foi a primeira cidade fundada, em 1588, e desde então um importante ponto de comércio de escravos. A fixação portuguesa dá-se apenas nas zonas costeiras, sendo o interior explorado apenas por volta do século XIX.

O império português, apesar de vasto, era um império pobre, salvo certos pontos na história. Este país em estudo, apresenta-se então como um país de escassos recursos, um ponto a ter em conta neste trabalho.

No final do século XIX, aumenta o interesse europeu por África e a corrida às colónias



começa. Surgem países como a Alemanha e a Bélgica, que pouco ou nenhum poderio tinham naquele continente, no entanto com a Conferência de Berlim, convocada por Portugal, vão ganhar território, na divisão do espaço africano por diversas potências mundiais – Bélgica, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália, Portugal e Espanha. O afamado mapa cor-de-rosa surge desse momento, tentando delimitar novas fronteiras no território ultramarino, com um fim embarracoso para o rei D. Carlos e tendo sido aproveitado a favor dos republicanos, com fim à queda da monarquia.

Inicia-se na primeira república um investimento nas cidades coloniais, pois o direito histórico evocado pela nação aquando da conferência, com fim de manter o território africano, apenas se mantinha se este fosse desenvolvido e utilizado.

Nas décadas de 1950 e '60, com a libertação sucessiva de diversas colónias mundiais, surgiu uma enorme pressão internacional para a independência das possessões portuguesas. As principais cidades vão sentir a sua maior expansão, pois o Estado Novo queria mostrar ao mundo como era importante a sua presença neste território, sendo que fornecia as infraestruturas necessárias, que de outra forma não eram aqui possíveis devido aos baixos recursos locais.

Surge assim esta cidade guineense, a segunda maior deste país. Neste cenário de tentativa de desvinculação do colonizador, começam a surgir movimentos pró independência, entre eles o PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde – com o seu fundador, Amílcar Cabral.

No seguimento destas revoltas alimentadas pelo apoio externo de países como os Estados Unidos ou a ex-União Soviética, Portugal vê-se obrigado a movimentar as forças armadas para África, começando assim a Guerra Colonial, de 1961 a 1975, na ideologia de um país que procurava defender aquilo que afirmava como território nacional, num conceito de pluricontinentalidade, na tentativa da independência de Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. A Guiné-Bissau foi de facto o único país que proclamou a independência, apenas reconhecida por Portugal um ano depois, em 1974.

Amílcar Cabral, de mãe guineense e pai cabo-verdiano, nasce a 1924 em Conacri. Muda-se aos oito anos para Cabo Verde, onde inicia os estudos, e é formado pelo Instituto Superior de Agronomia, já em Lisboa. Regressa a Bissau como adjunto dos Serviços Agrícolas e Florestais da Guiné do Ministério do Ultramar, e apercebe-se da realidade social do país quando o percorre durante o recenseamento agrícola de 1953. Vê-se forçado a emigrar para Angola, por desentendimentos com o governador da Guiné, juntando-se ao MPLA (não sendo contudo o começo da sua actividade política). Funda em 1959 o PAIGC, juntamente com alguns colegas que teve de funcionar na capital da vizinha Guiné-Conacri, mostrando-se apenas alguns anos depois. Insurge-se numa luta armada contra Portugal pela primeira vez em 1963. É assassinado em 1973 em Conacri por dois membros do próprio partido.

(à esq.) Exemplo de arquitectura vernacular de Bafatá, Guiné Bissau (fotografia de Paulo Tormenta Pinto e Ana Vaz Milheiro).



O conceito desse projecto prende-se na ligação entre a cidade formal (colonial) e a cidade informal. A primeira encontra-se hoje ao abandono, com inúmeros edifícios e equipamentos devolutos, esquecidos ou rejeitados pela população após a independência.

Num terreno baldio, um ligeiro vale a nascente da cidade formal que liga a um afluente do rio Geba, surge este edifício, paralelamente a um caminho pedonal já existente. Através de um ortofoto é possível entender que é uma zona de possíveis enchentes de água, aquando da época de chuvas, que dura de Junho a Outubro. Sendo este edifício integrado nas comemorações dos 90 anos do nascimento de Amílcar Cabral, em Setembro, a ideia passa pela criação de uma ponte-edifício, que permite a passagem das águas em caso de cheia.

Este pavilhão funciona em dois pisos, com o superior servindo de união entre as duas cotas altas e o inferior integrando o programa.

Não existindo industrialização neste país, as edificações tradicionais são maioritariamente construídas em terra ou tijolo, produto da maior indústria desta região, que juntamente com coberturas inclinadas, em chapa metálica ou em colmo. A madeira é igualmente um material bastante utilizado, especialmente para realização das estruturas. Este défice de metalurgia na região, faz com que a importação seja necessária, contudo não a opção mais viável, pois a pobreza aliada à instabilidade sociopolítica fazem com que corrupção seja alta e roubos de mercadoria em zona alfandegária seja um episódio frequente. Com base neste factor, optou-se pela utilização da madeira como elemento estruturante principal do projecto.

Na ideia de instalação temporária, amovível, surgiu a ideia de explorar um objecto fácil de encontrar em todo o mundo, descartável e de baixo custo – a palete de transporte de mercadoria – que em pesquisa foi encontrada uma medida standard utilizada no continente africano de 1,2 metros de largura por 1 metro de profundidade e 0,15 metros de altura (modelo ISO tipo EUR3). O edifício ganha então carácter através da união conseguida pela utilização deste elemento.

Assim os materiais utilizados seriam a madeira local para pilares e vigas, as paletes para revestimento de pavimentos e fachadas e pequenos apontamentos em metal para união de materiais.

(na pág. anterior) Planta de localização



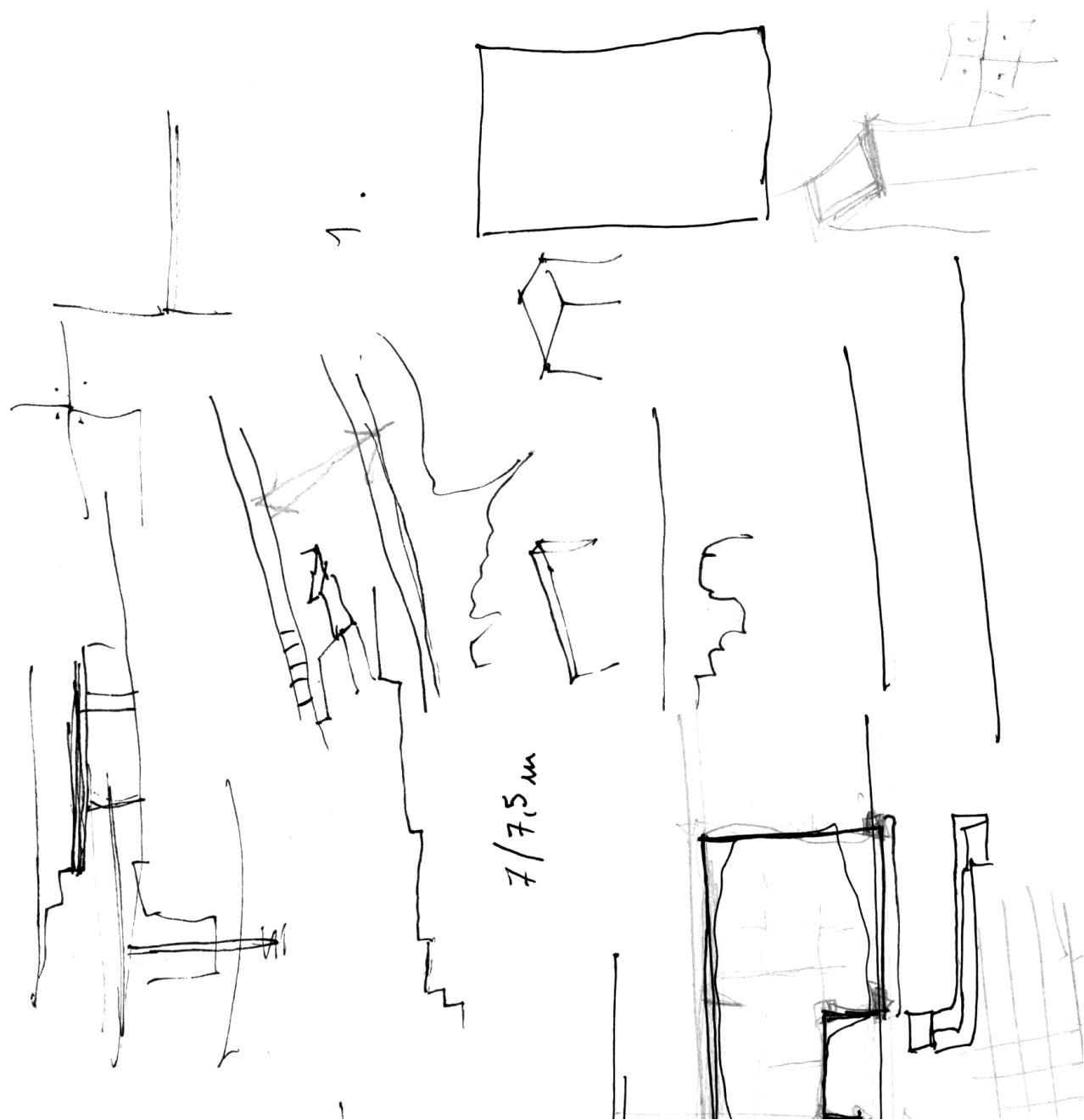
Bafatá - ponte sobre o rio Colufe

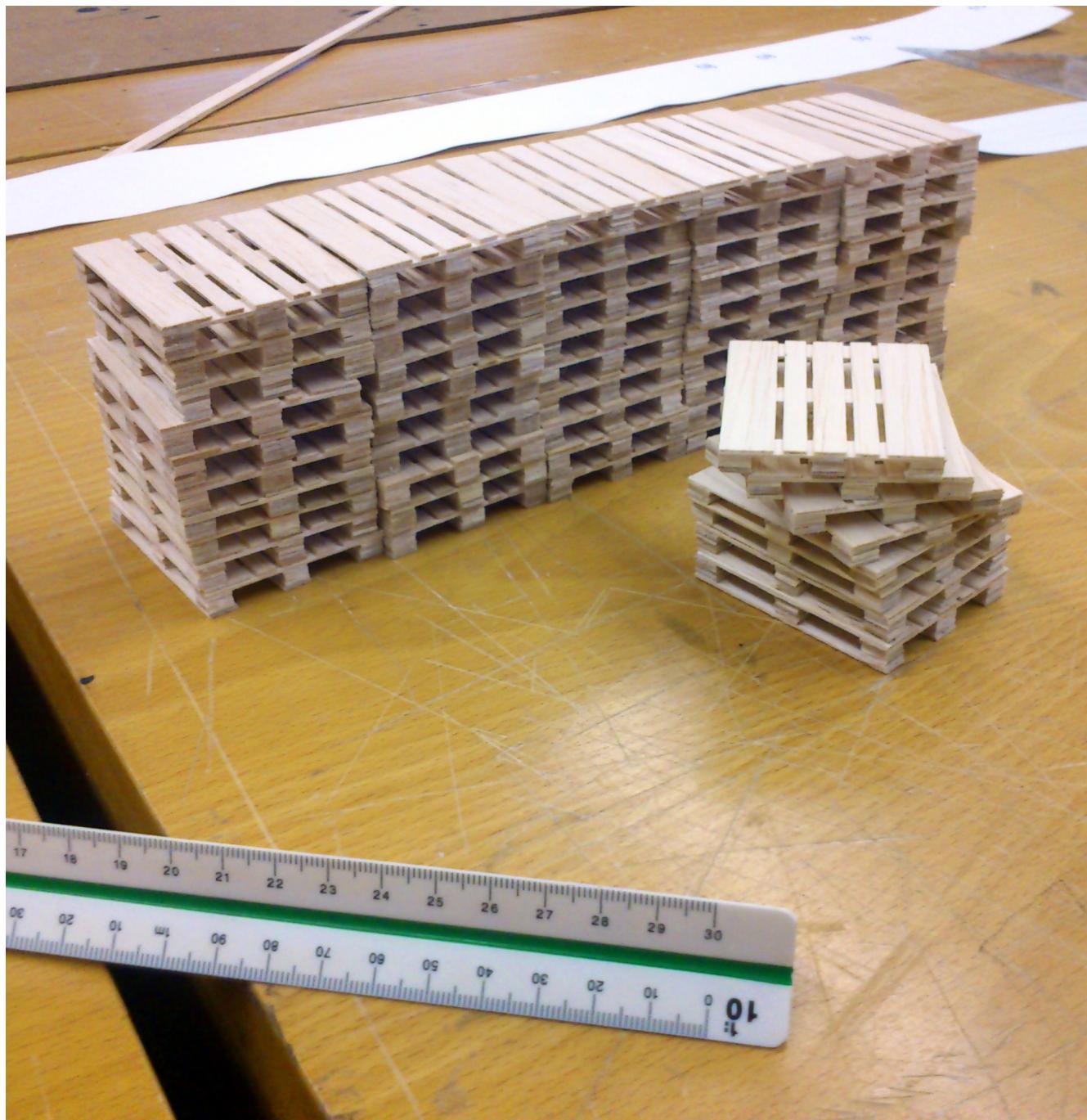
Bafatá - ponte sobre o rio Colufe, n/d.



No cais do Xime, fotografia de Humberto Reis.

(à dir.) Esquisso de estudo.





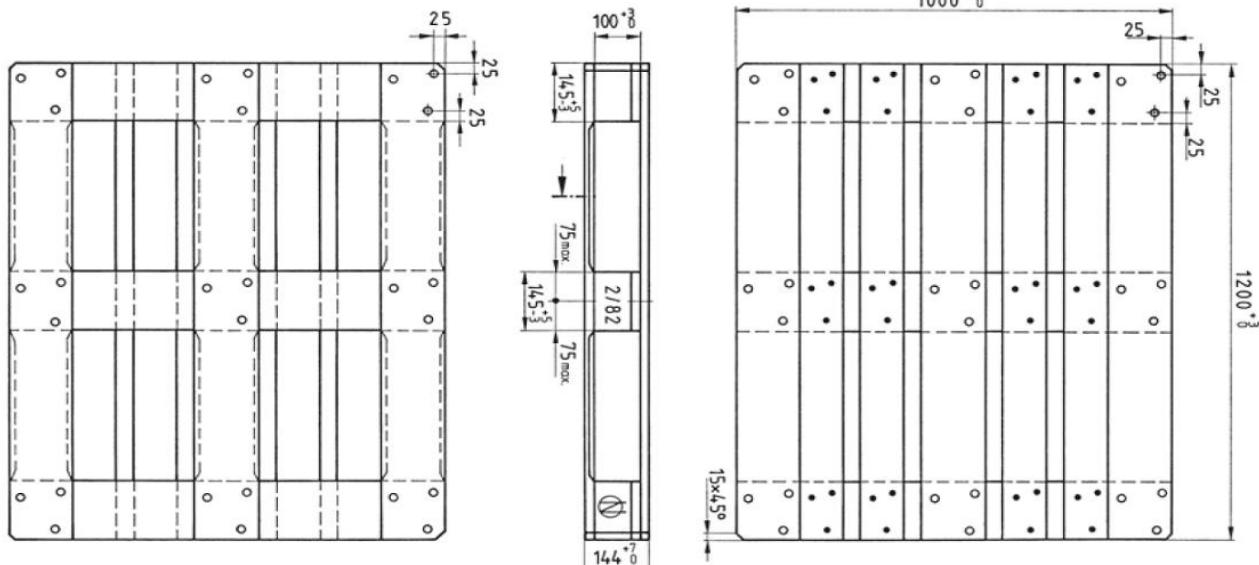
| DIMENSÕES BÁSICAS DE PALETES MUITO UTILIZADAS PELO MUNDO | |
|-------------------------------------------------------------|---------------------------|
| REGIÃO | MEDIDAS BÁSICAS |
| Brasil | 1.200 x 1.000 mm* |
| Brasil | 1.050 x 1.250 mm** |
| América do Sul | 1.200 x 1.000 mm |
| América do Norte | 1.219 x 1.016 mm (48x40') |
| América do Norte | 1.054 x 1.054 mm (42x42') |
| Ásia | 1.100 x 1.100 mm |
| África | 1.200 x 1.000 mm |
| Europa | 1.200 x 800 mm |
| Europa | 1.200 x 1.000 mm |
| Europa | 800 x 600 mm |

* Padronizada pela PBR I, com altura total de 146 mm

** Padronizada pela PBR II, com altura total de 166 mm

(à esq.) *Paletes*, fotografia das paletes para a maquete construtiva (foto do grupo).

(em cima e em baixo) Informação referente às paletes no continente africano (fonte: Gestão Industrial).





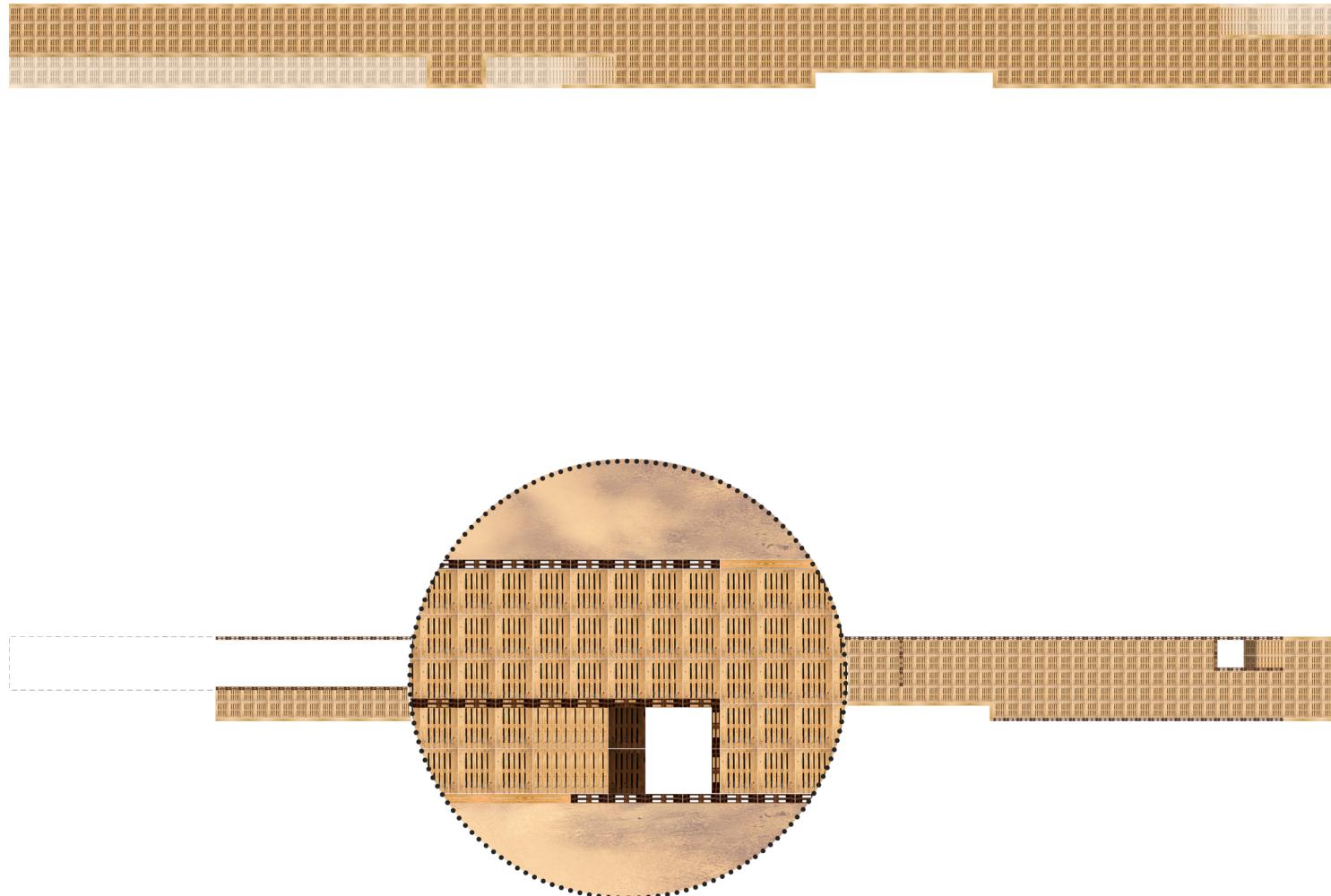


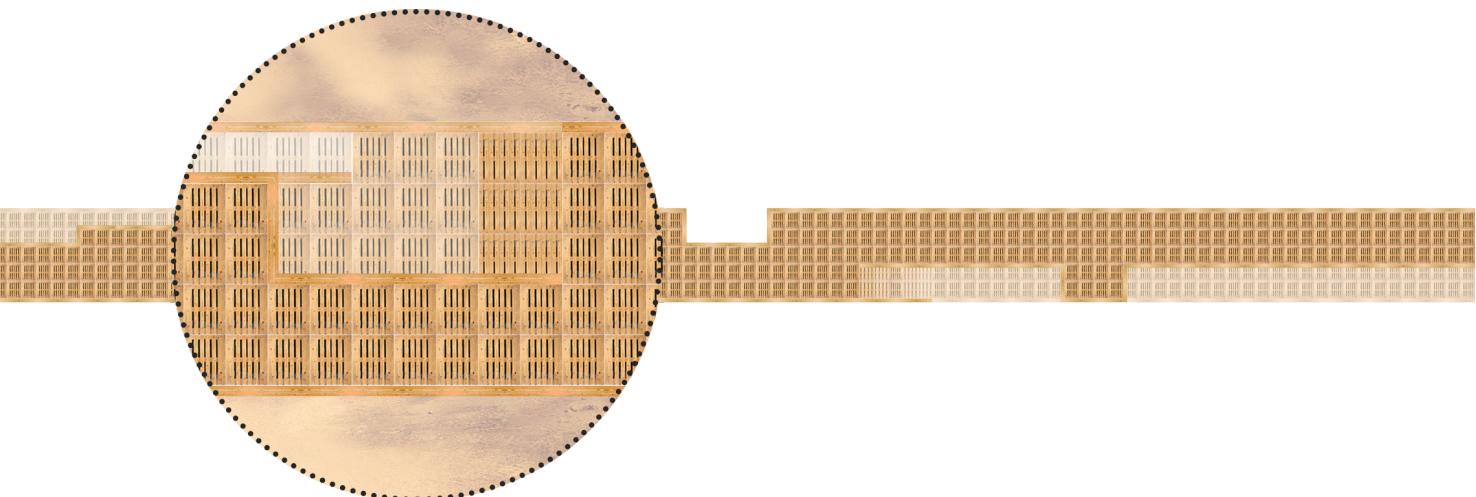
(à esq.) *Reflexo*, fotografia da maqueta construtiva (foto do grupo).

Nueva Esperanza School, de David Barragán & Pascual Gangotena em El Cabuyal, Manabí, Equador.

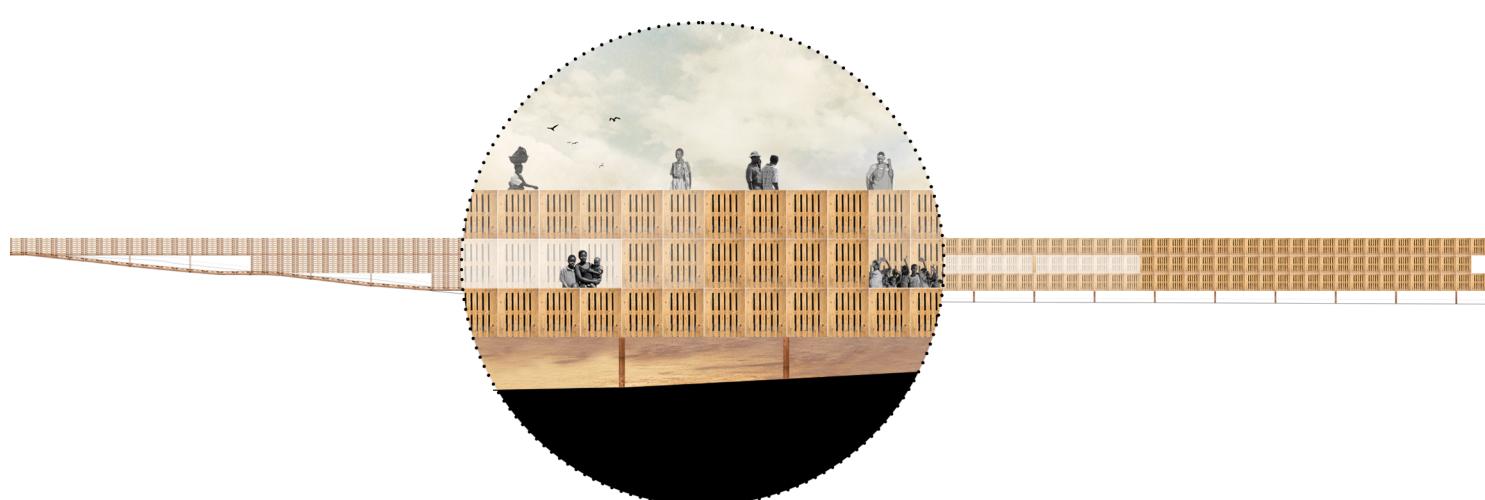
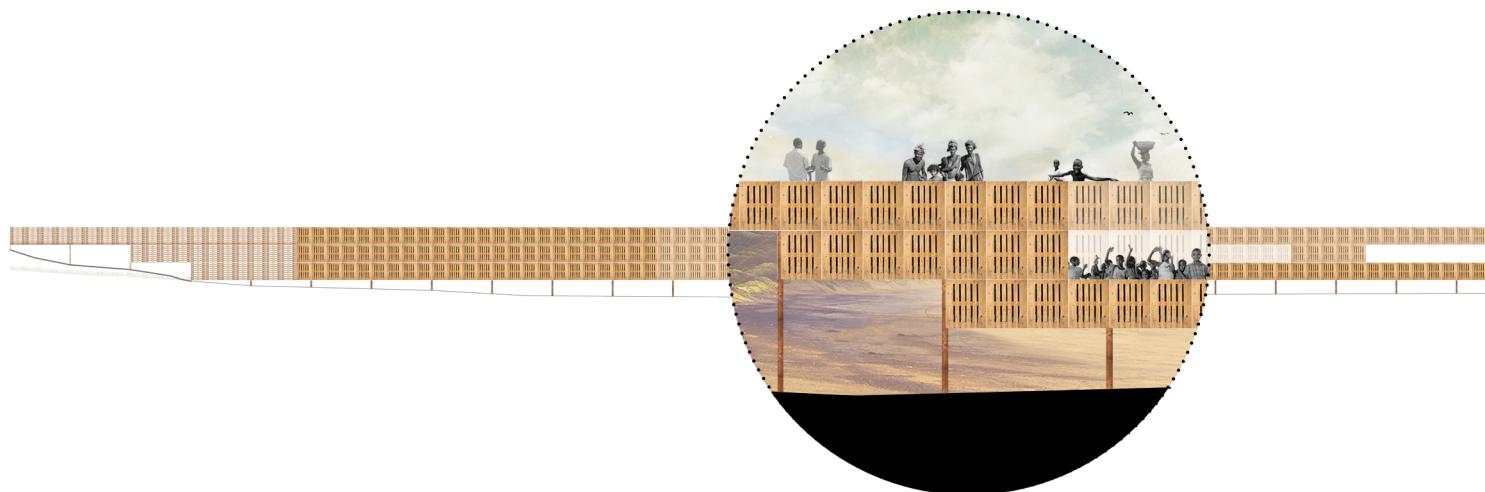


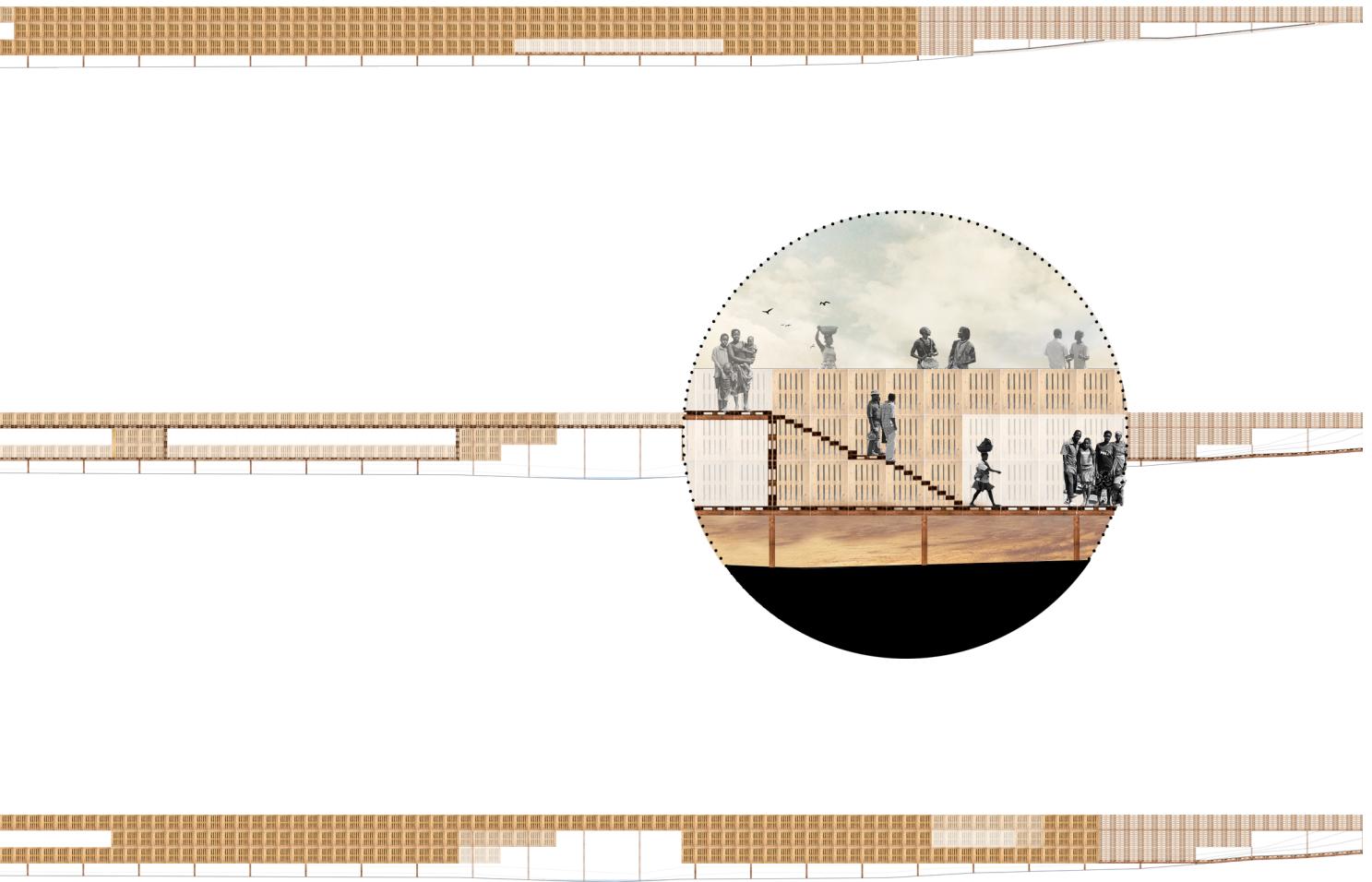
Theater of Recycled Pallets, de Denis Oudendijk e Jan Korbes em Amesterdão, Países Baixos.





1 2 3 4 5





(em cima) Alçado.

(centro) Corte.

1 2 3 4 5m

(em baixo) Alçado.

recepção $> 35 \text{ m}^2$

centro de formação $> 105 \text{ m}^2$

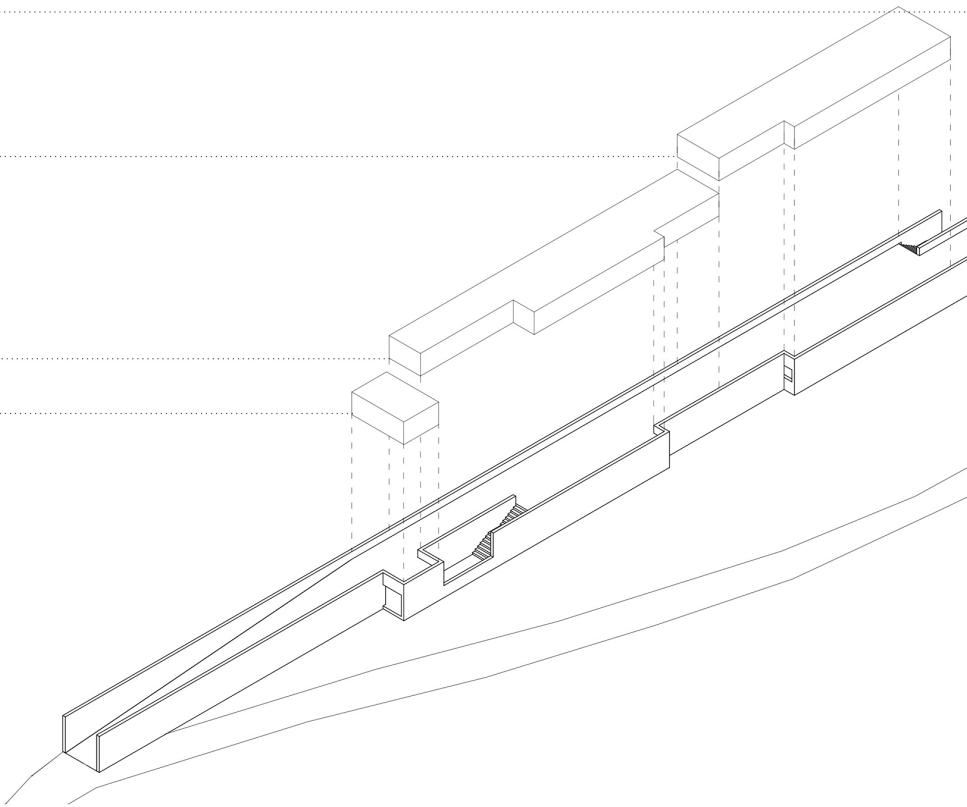
auditório $> 115 \text{ m}^2$

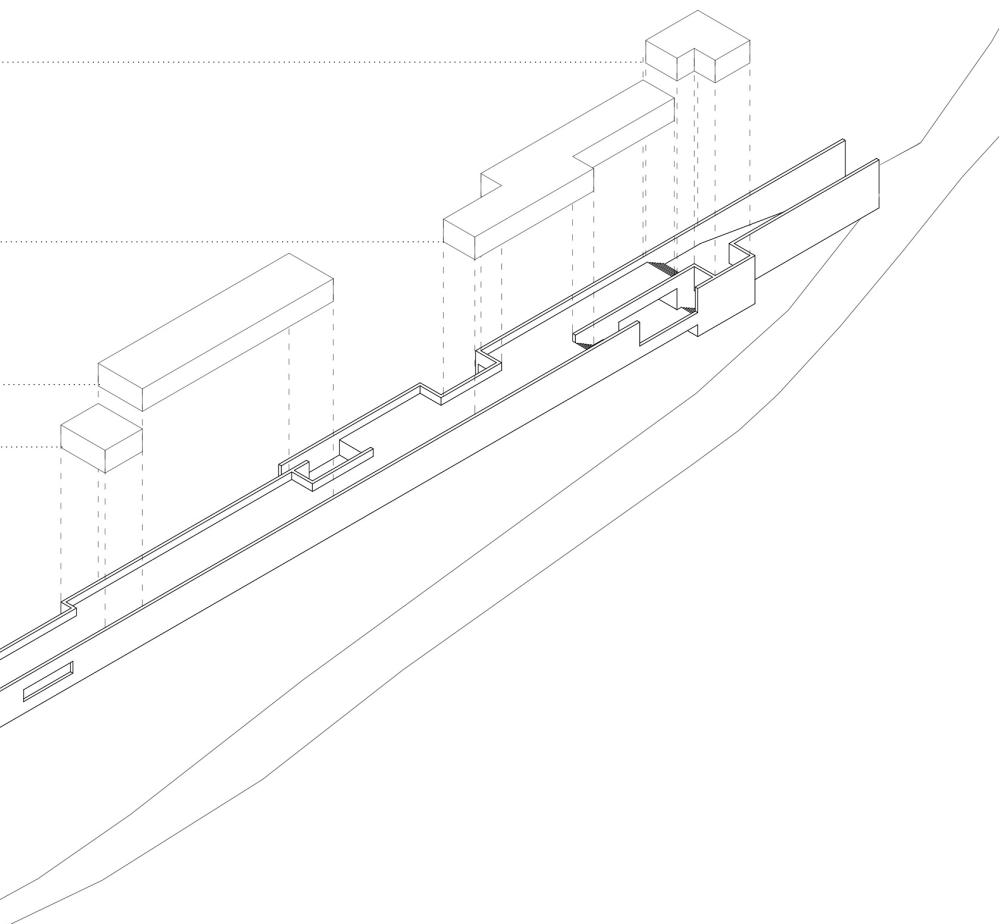
instalações sanitárias $> 18 \text{ m}^2$

centro de pesquisa $> 165 \text{ m}^2$

arquivo $> 155 \text{ m}^2$

loja $> 25 \text{ m}^2$

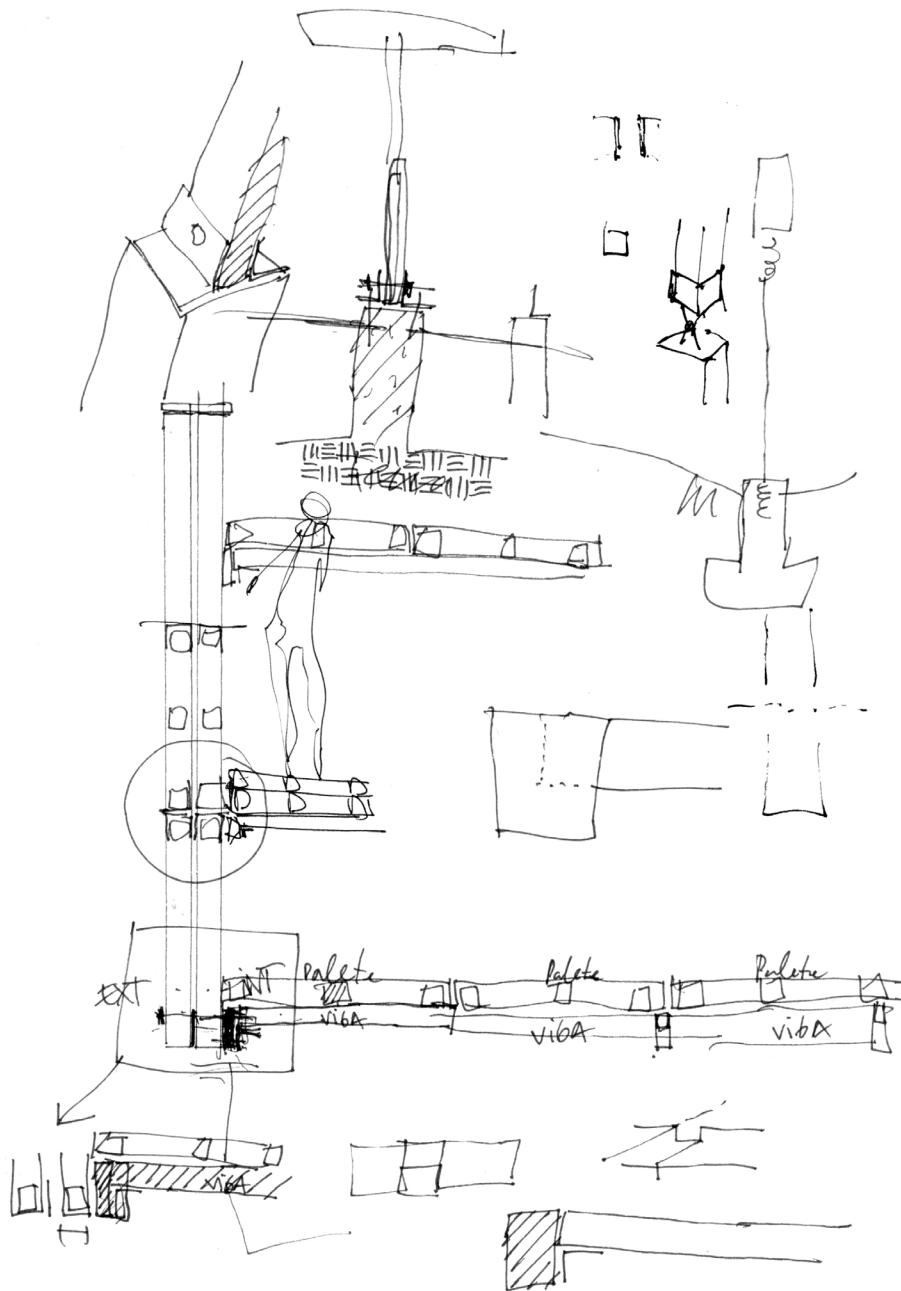




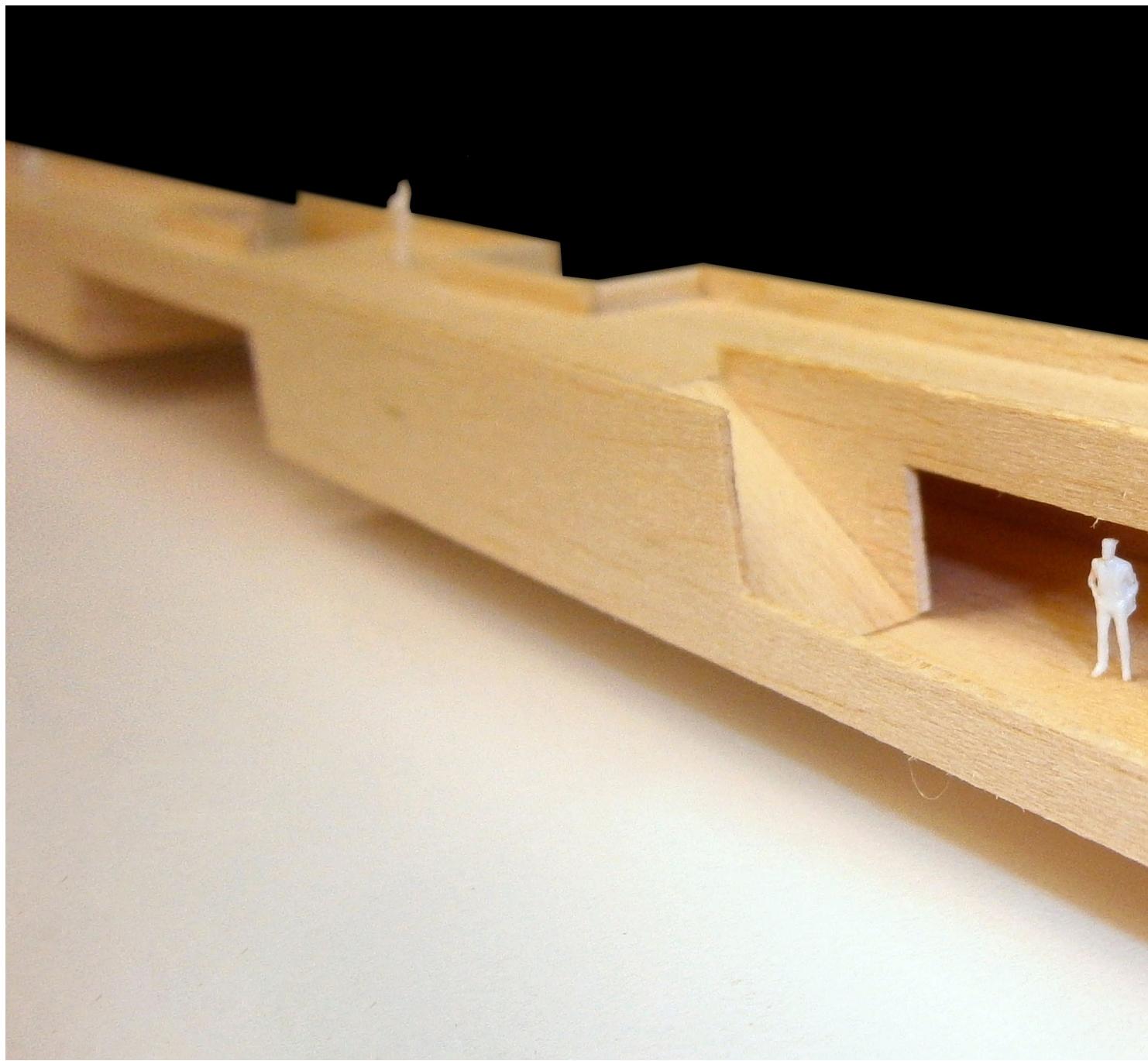


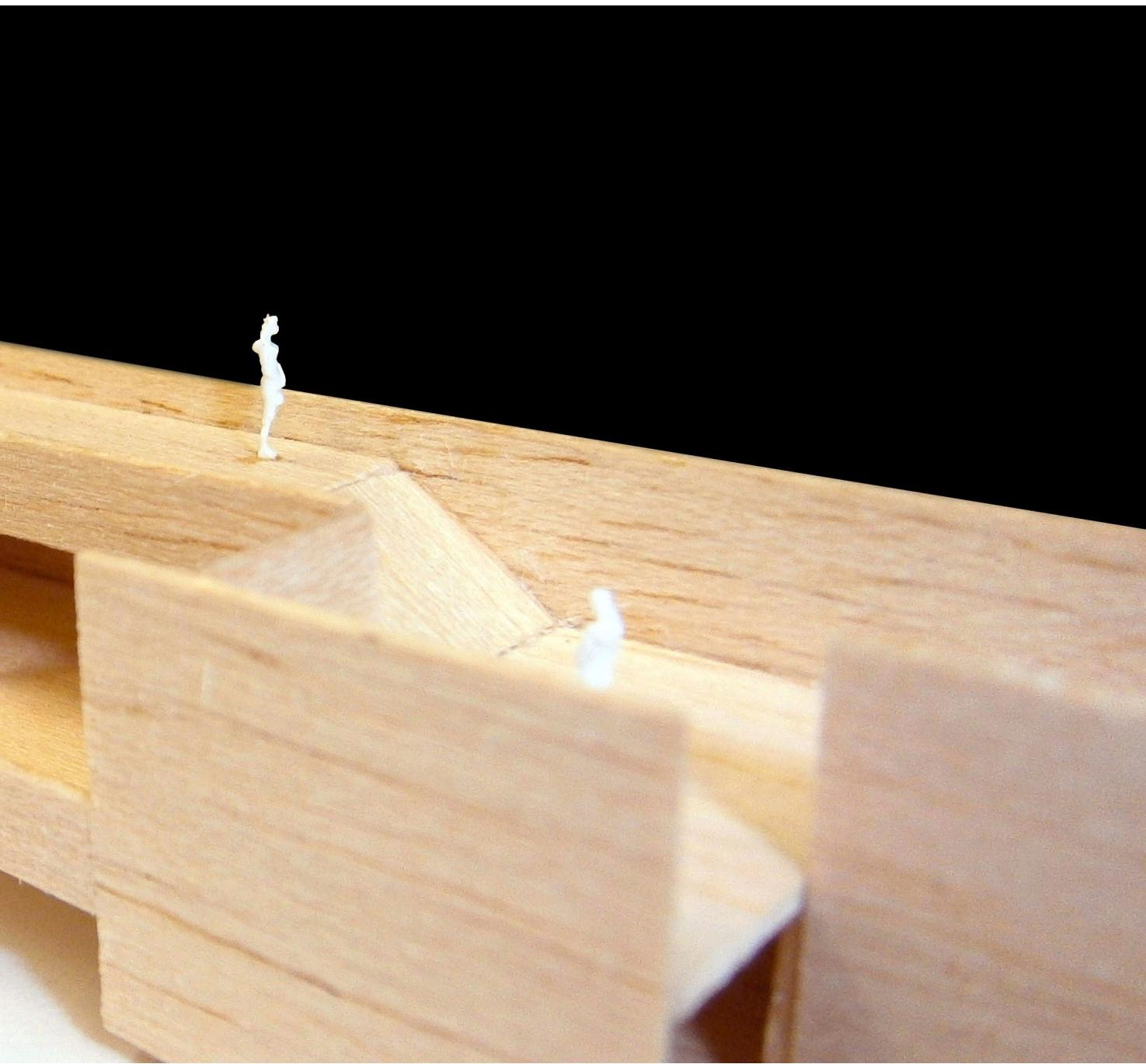
Corte construtivo

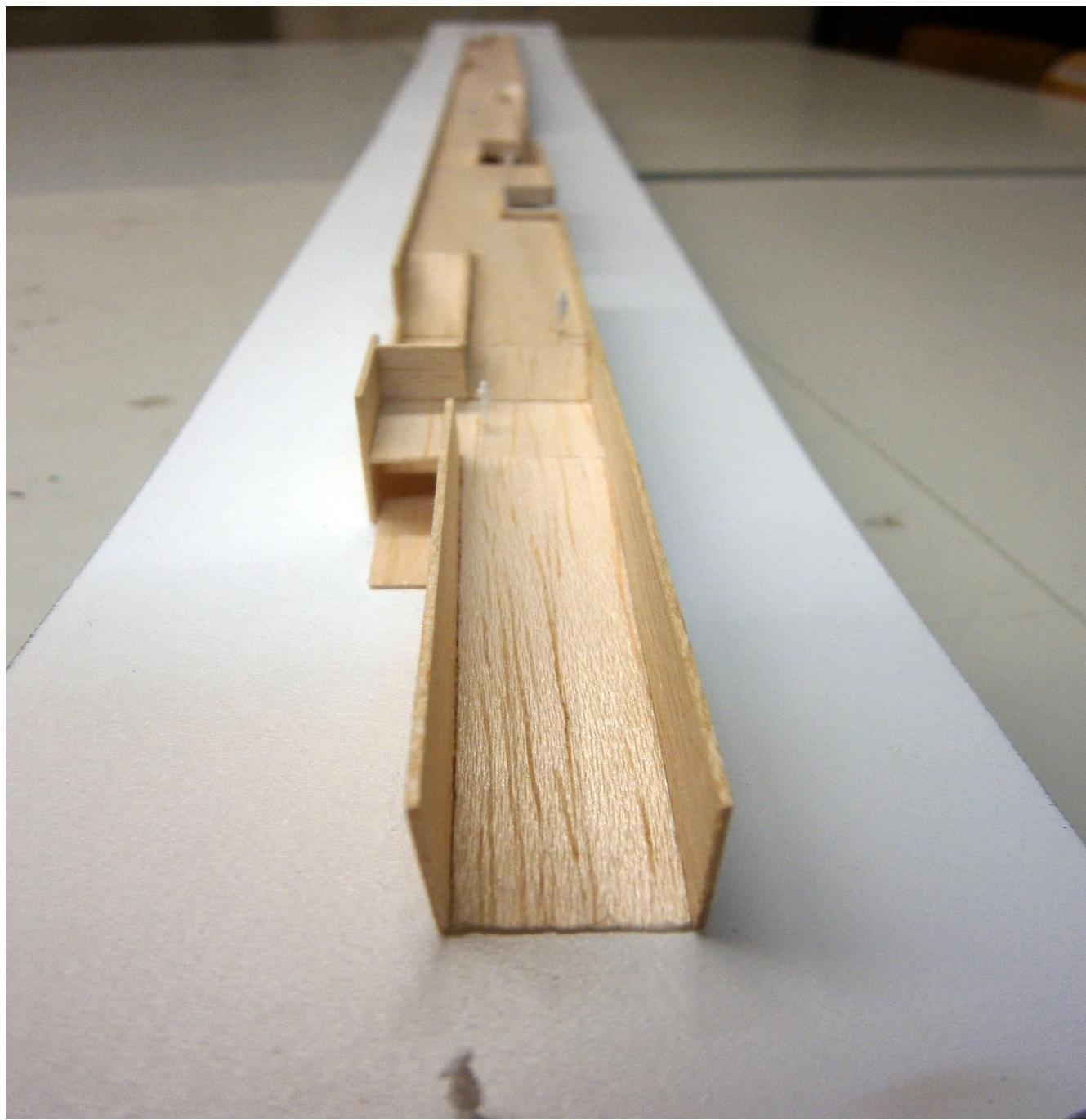
0,20 1 m

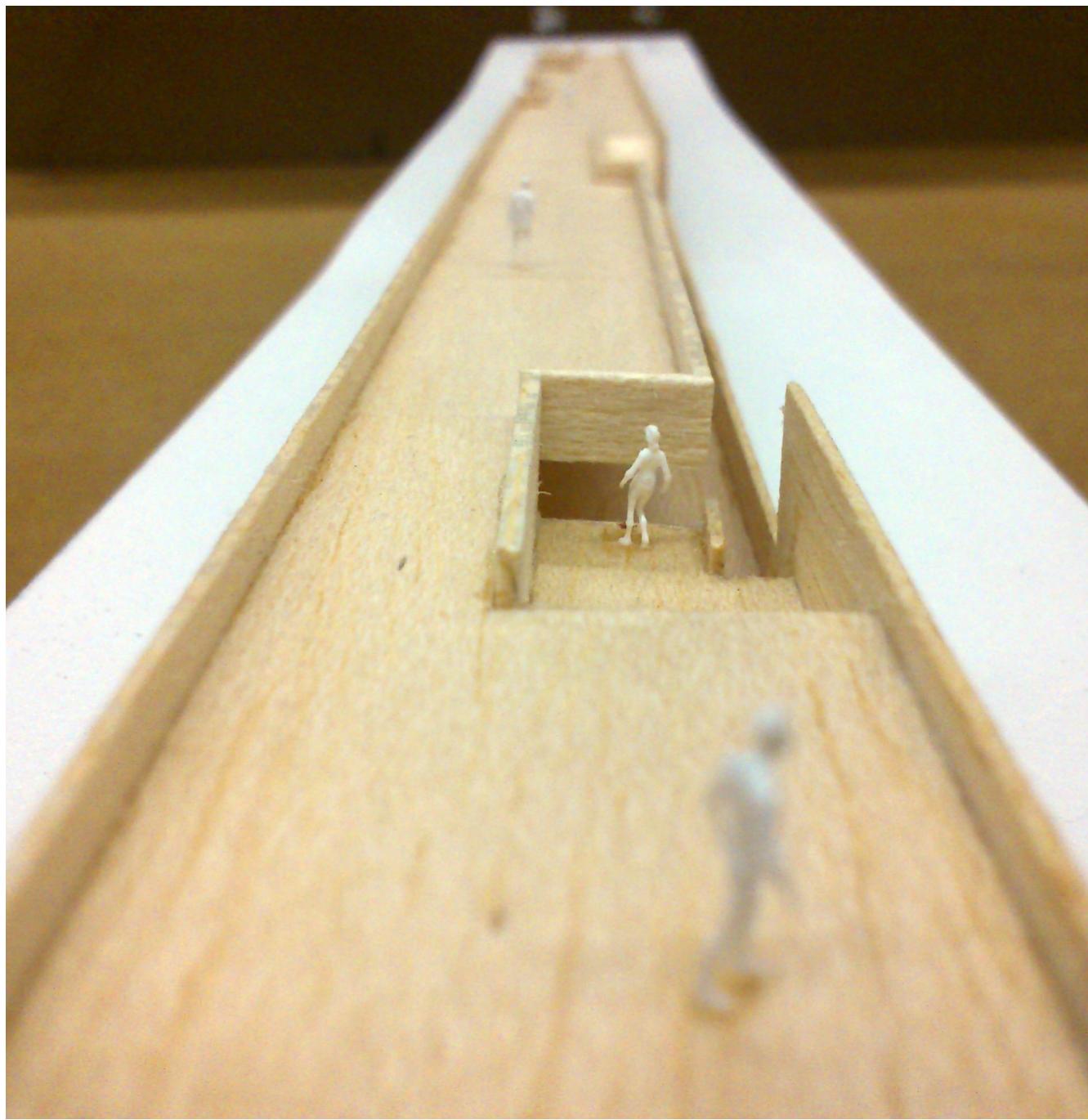


Esquissos de estudo preliminar.

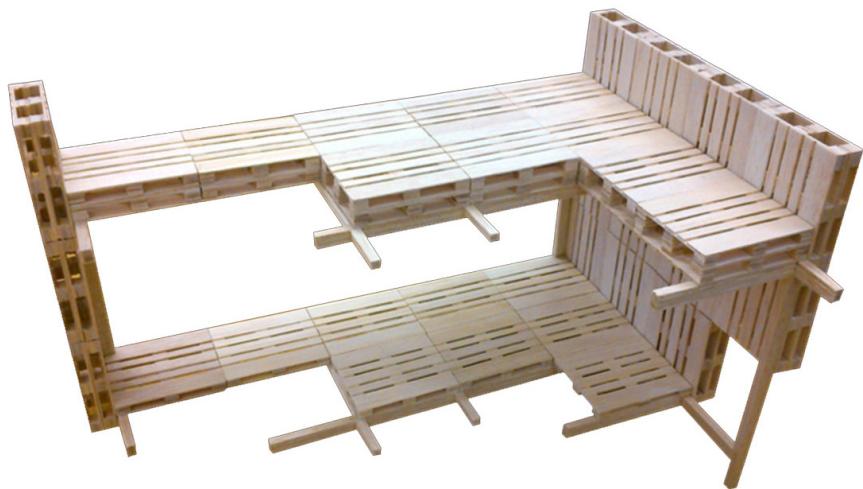








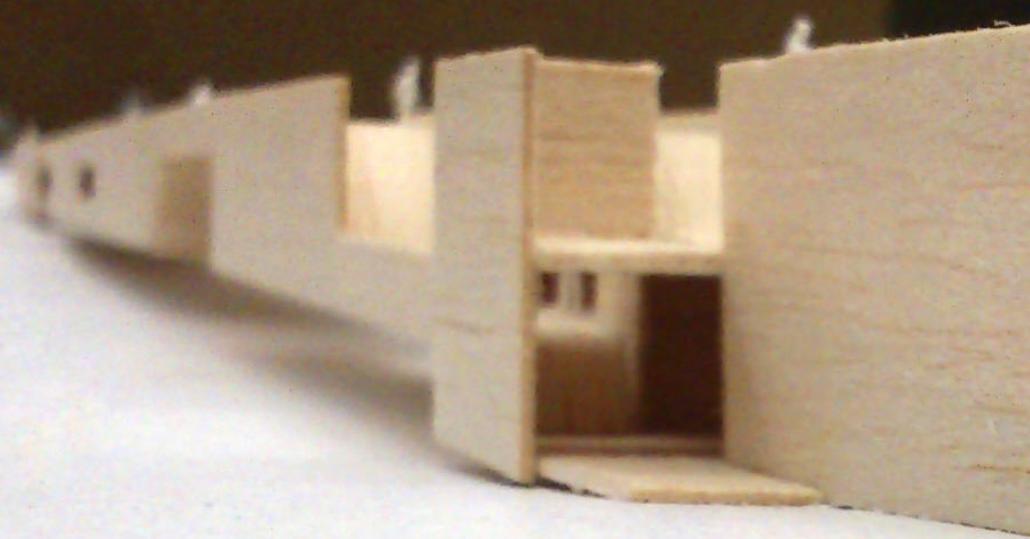


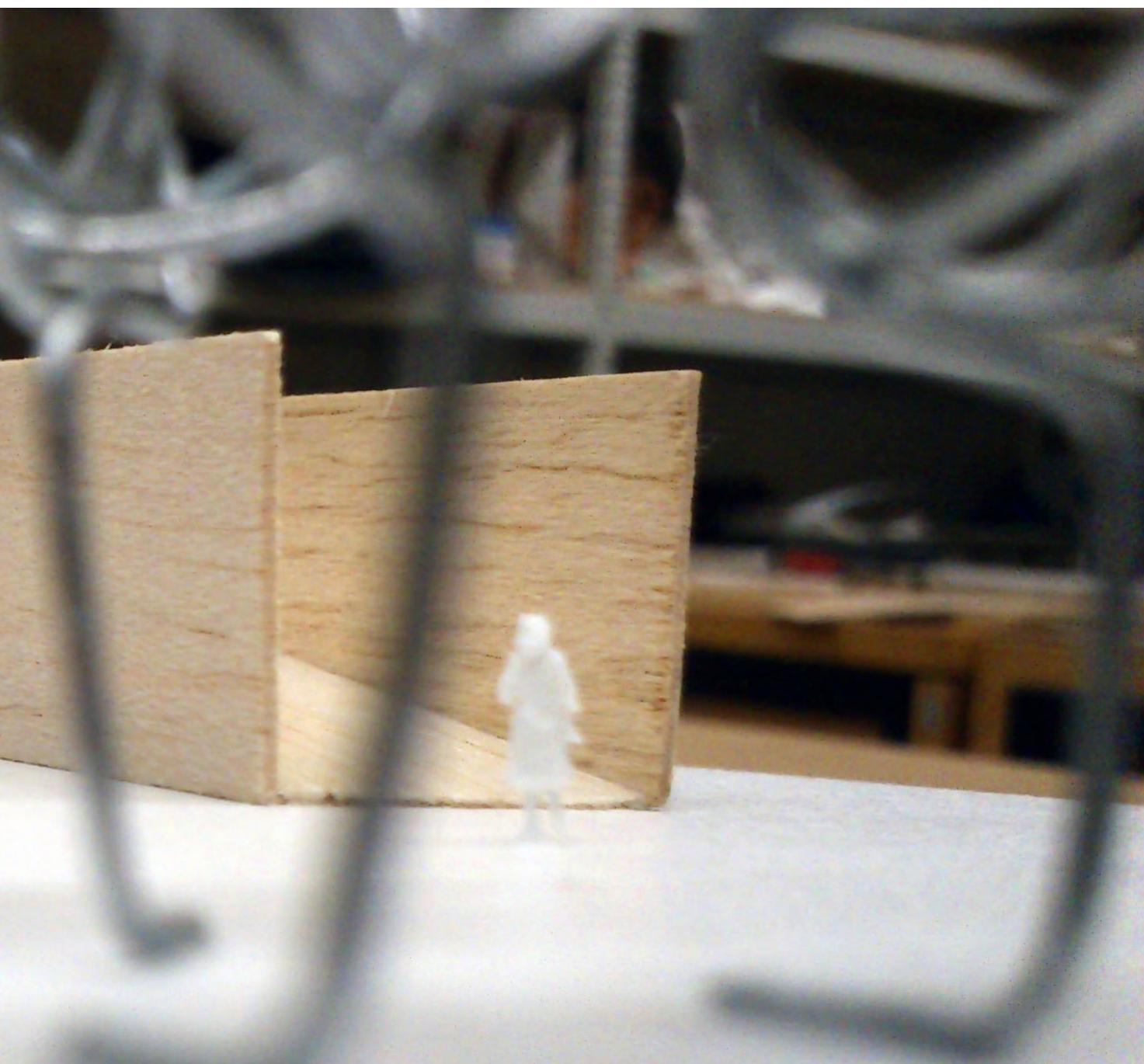


(páginas anteriores) Fotografias das maquetas.

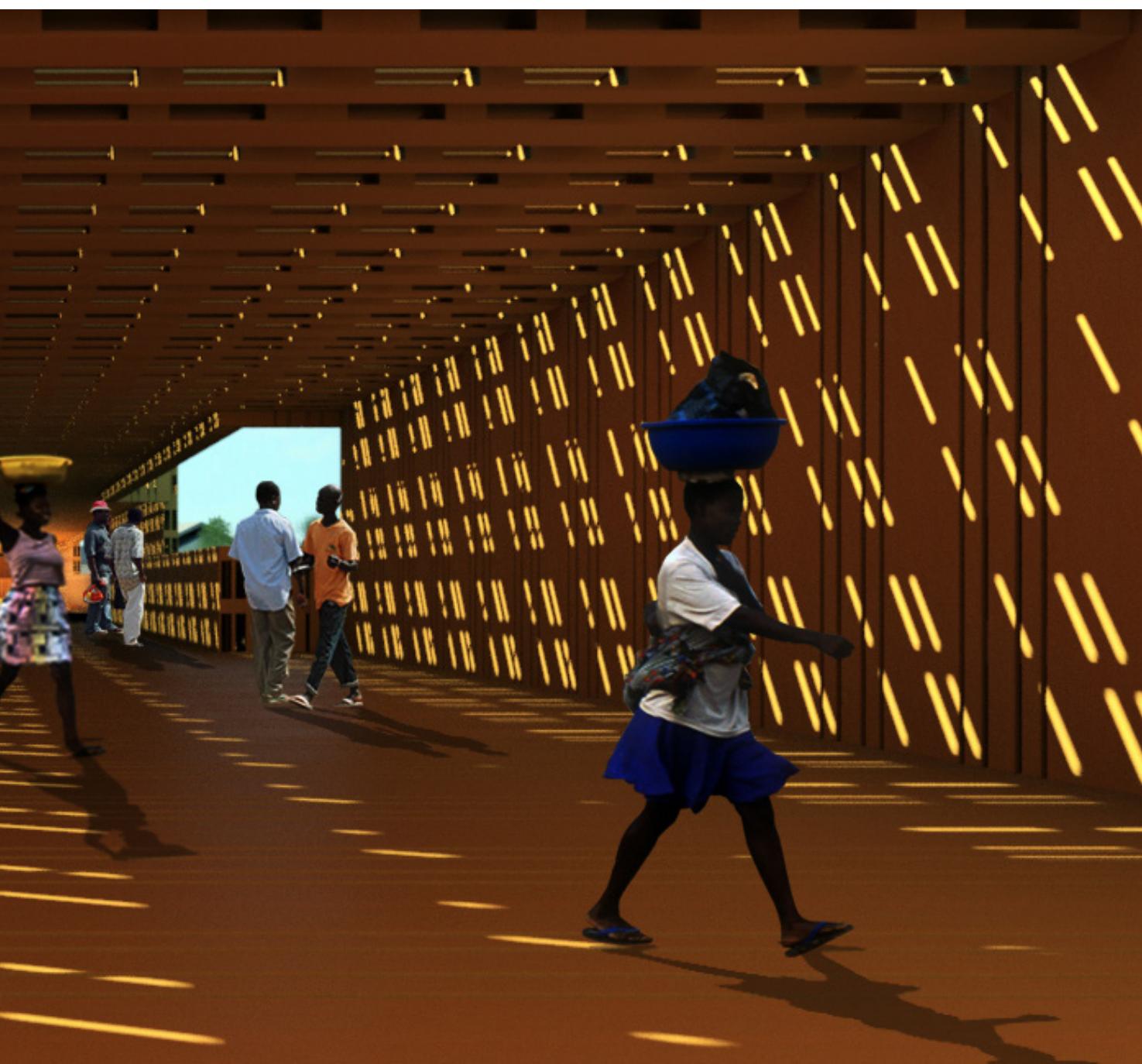
(à esq.) Pormenor da maqueta construtiva.

(em cima e em baixo) Maqueta construtiva.















Proposta Urbana



Actual

Planta de Silva Pinto (1904-1911)
Planta de Filipe Folque (1856-1858)
< Cerca Fernandina (séc. XIV)

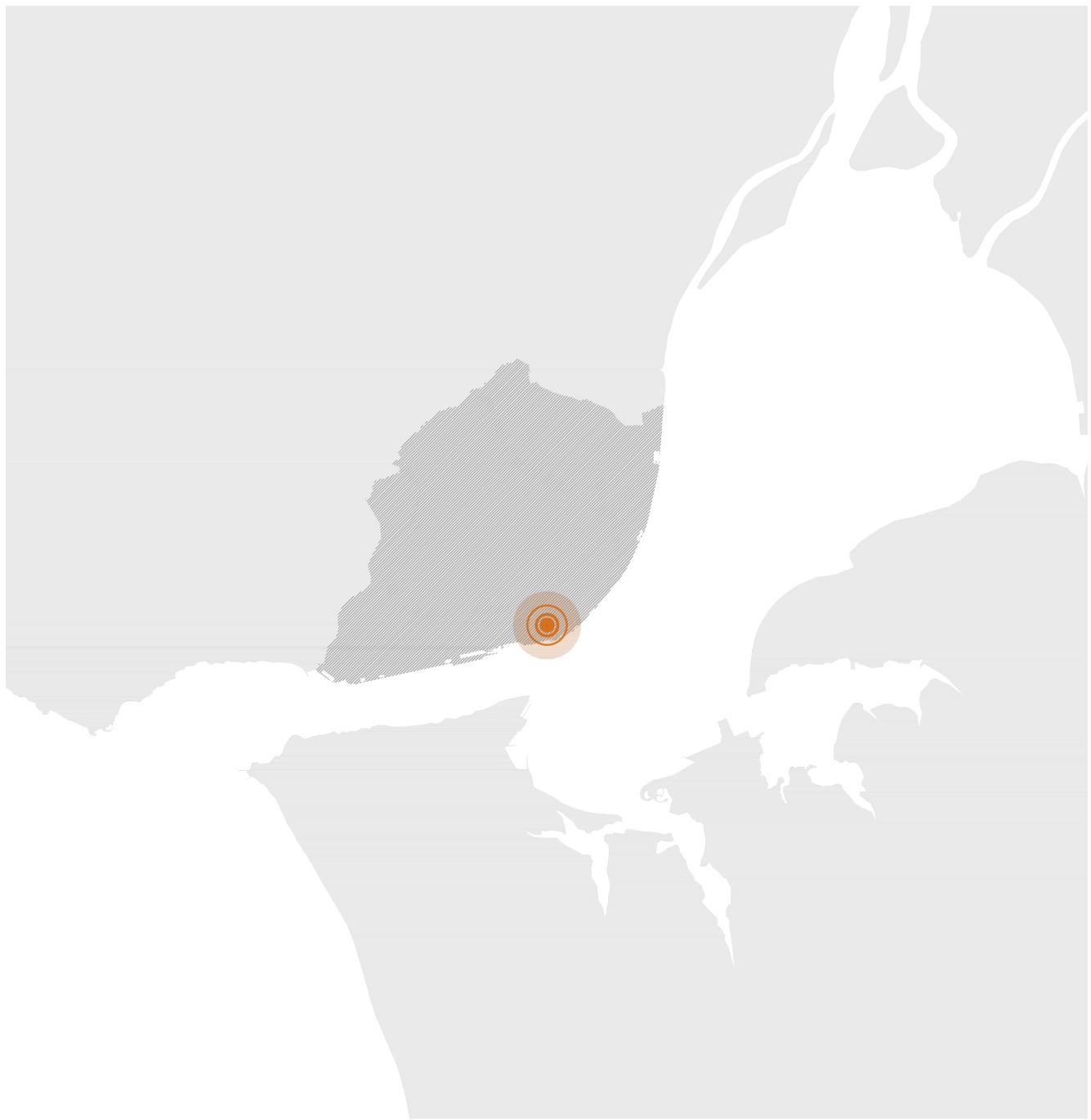
Evolução da Cidade

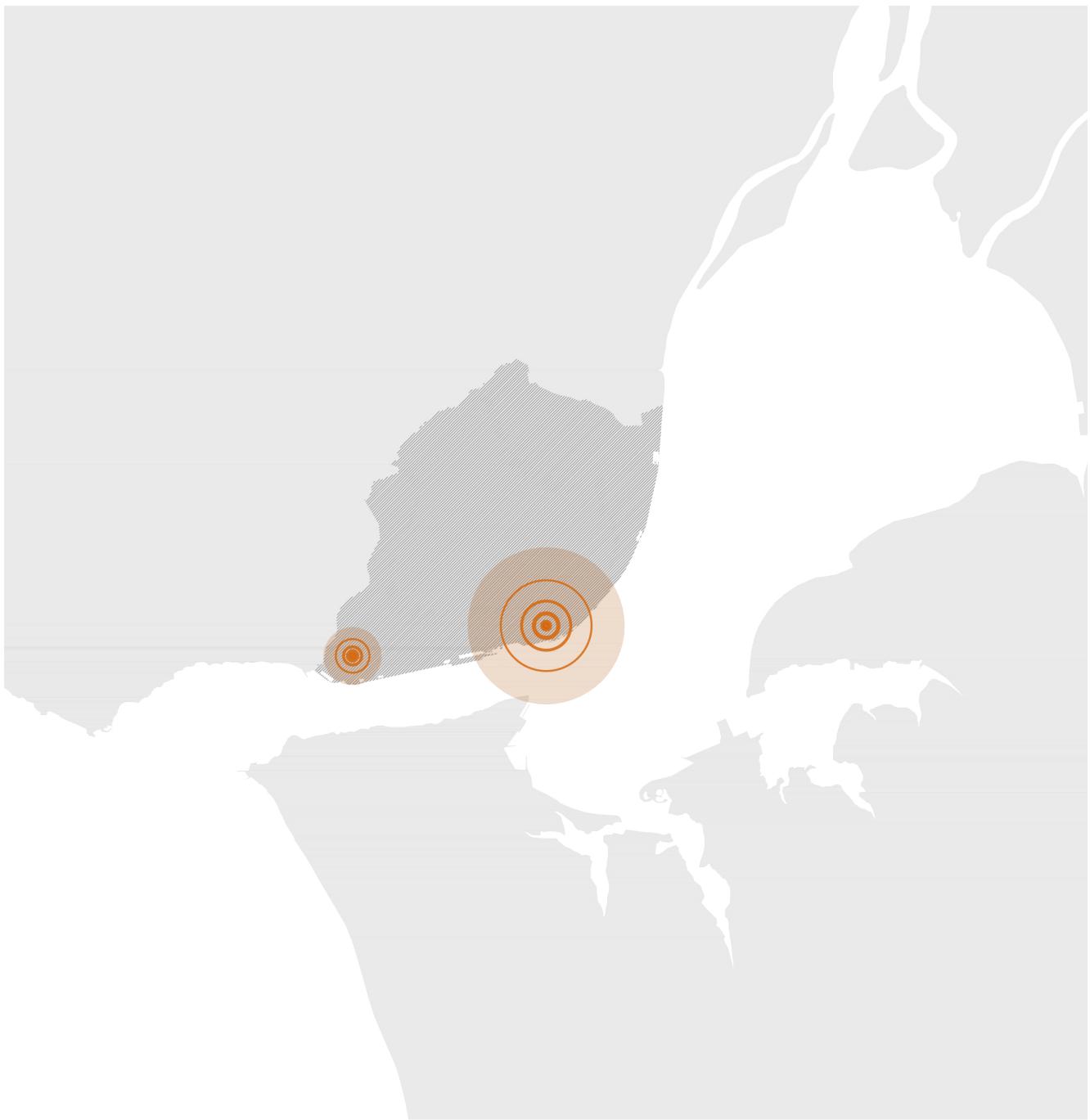
Após efectuados os workshops anteriormente referidos, foi apresentado o território para a realização do projecto nuclear deste último ano lectivo – ao zona envolvente ao eixo do Largo do Rato e Colina das Amoreiras. Como é habitual, a realização de um exercício deste género requer uma análise profunda da zona em causa, para compreensão da mesma, como fora também estipulado no enunciado relativo a este tema (ver enunciado do Tema I, em anexo). Assim, serão aqui expostas algumas plantas que advêm da investigação e interpretação do grupo. Posteriormente, num outro exercício (ver enunciado do Tema III, em anexo), foram pedidas propostas que trouxessem soluções para este sítio da cidade.

Para uma correta compreensão da área de intervenção, efetuou-se uma análise da evolução da cidade, desde a conquista cristã até aos dias de hoje.

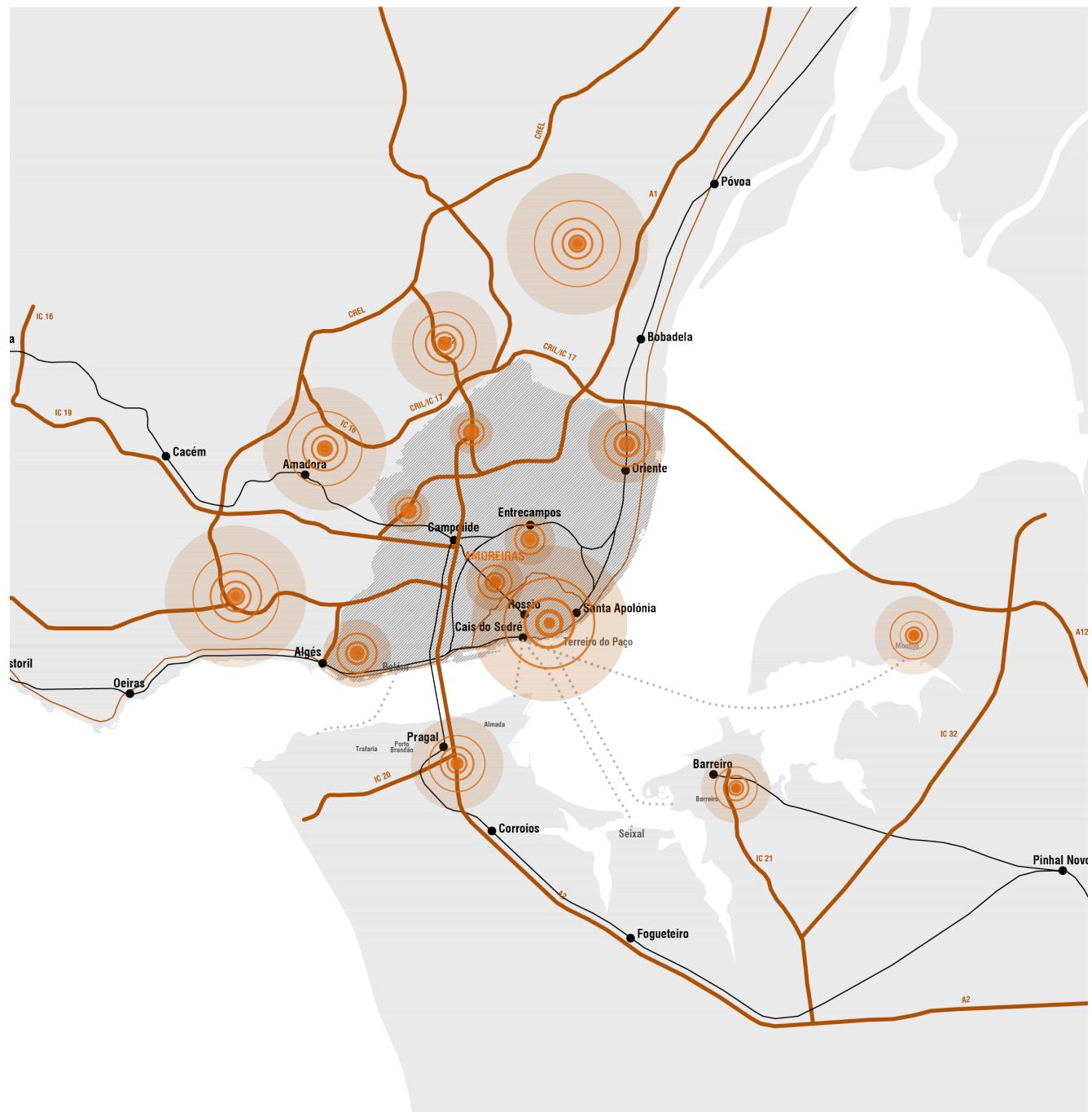
O aglomerado urbano delimitado pelo castelo, encosta de Alfama e pela baixa vivia completamente solitária para o interior dos seus limites até a altura do terramoto. Com a chegada do caminho de ferro a cidade perde os seus limites físicos transpostos pelos carris e carruagens dos seus comboios que ao longo do seu percurso iam estabelecendo novos aglomerados. Em meados do século passado, graças a um aprimoramento do sistema de transportes públicos aliado ao sistema viário, torna-se possível viver fora da cidade e deslocar-se num curto espaço de tempo entre as novas centralidades e a cidade histórica.

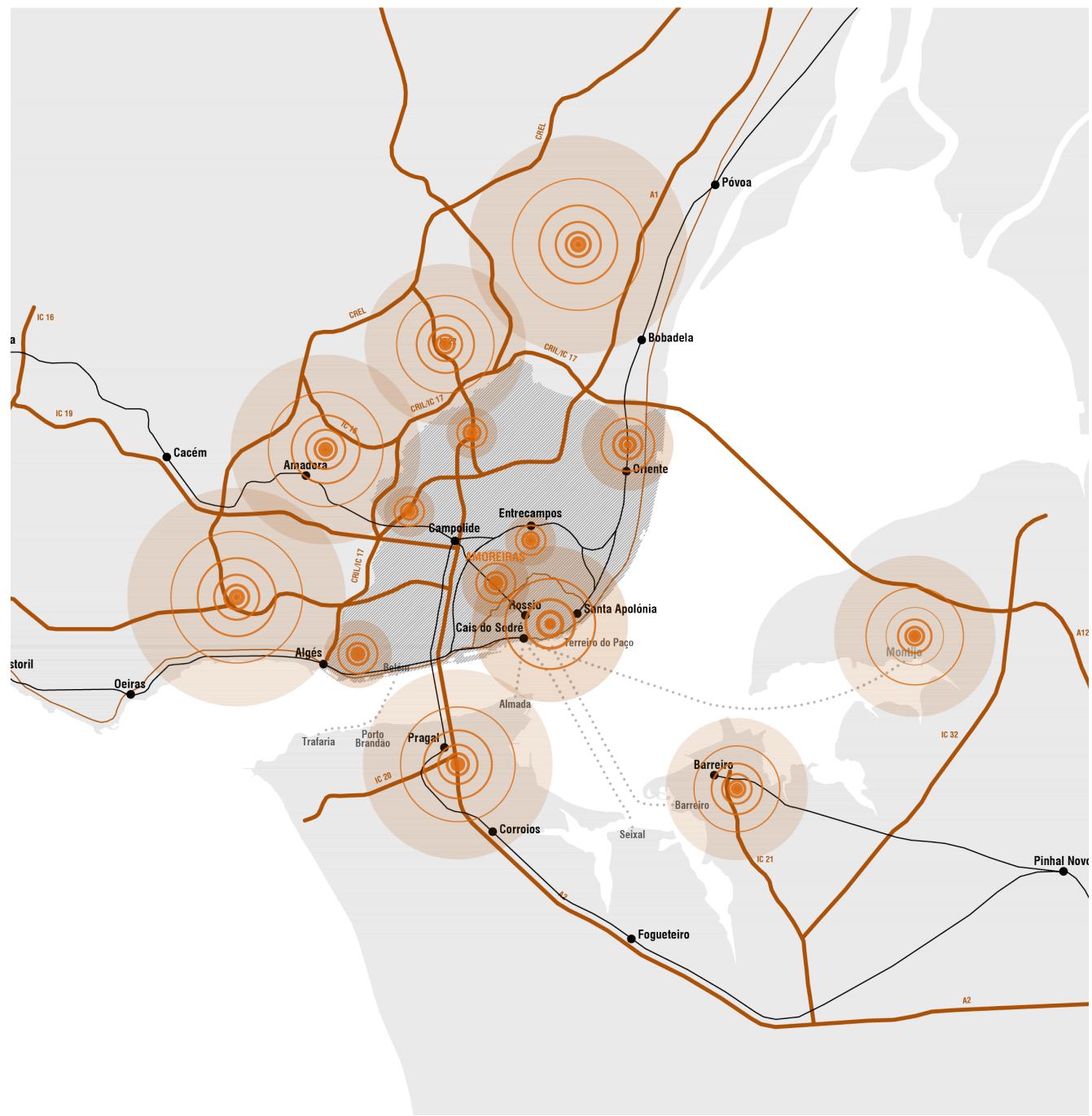
O centro da cidade tornara-se dispendioso e pouco acessível a todos pelo que a oferta aliciante de habitações a menor custo, fez os novos jovens, com menos posses e à procura de construir família com casa própria, encontrar, como por exemplo ao longo da linha da Sintra, a solução. Contudo, a “solução” originou o problema do tempo. Tendo a cidade de Lisboa ainda a maior oferta de emprego, surgiram os necessários movimentos pendulares diários, que condicionam gravemente as vias de acesso à capital e exigem tempo que é gasto dentro de um veículo ou transporte público, que a curto prazo é irrelevante, mas ao longo de uma vida é bastante significativo.

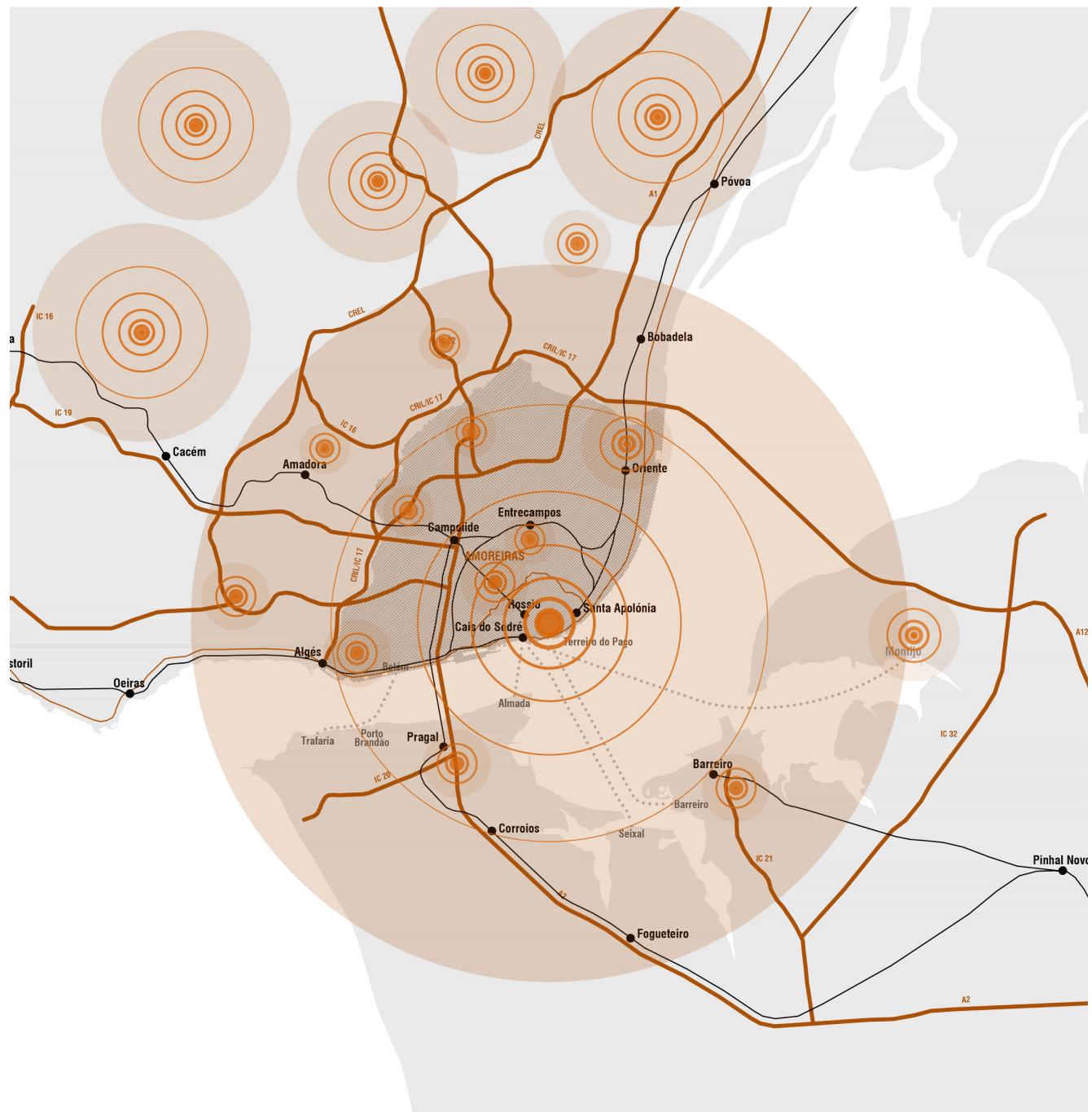












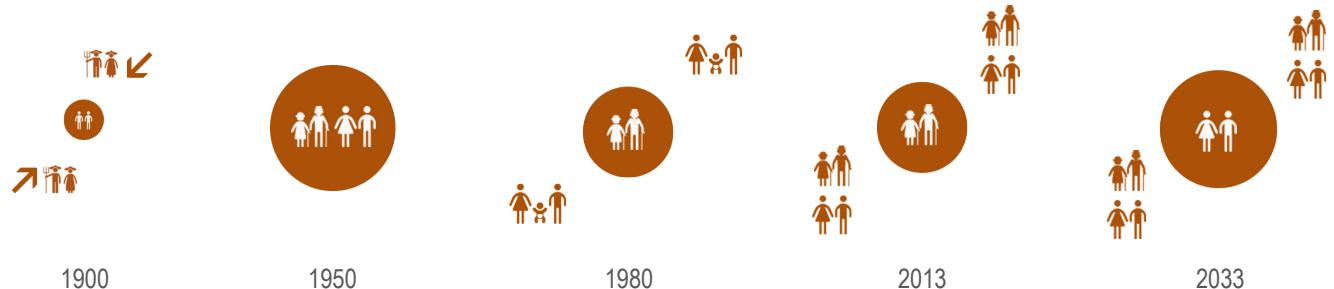
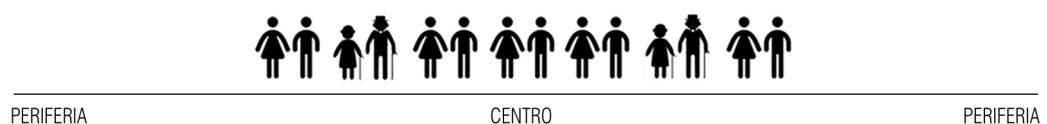
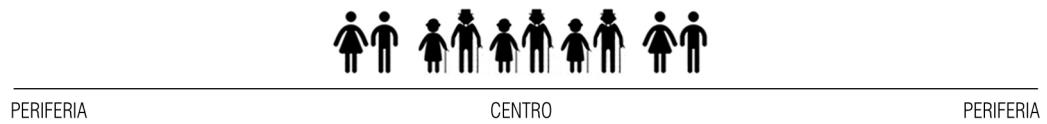


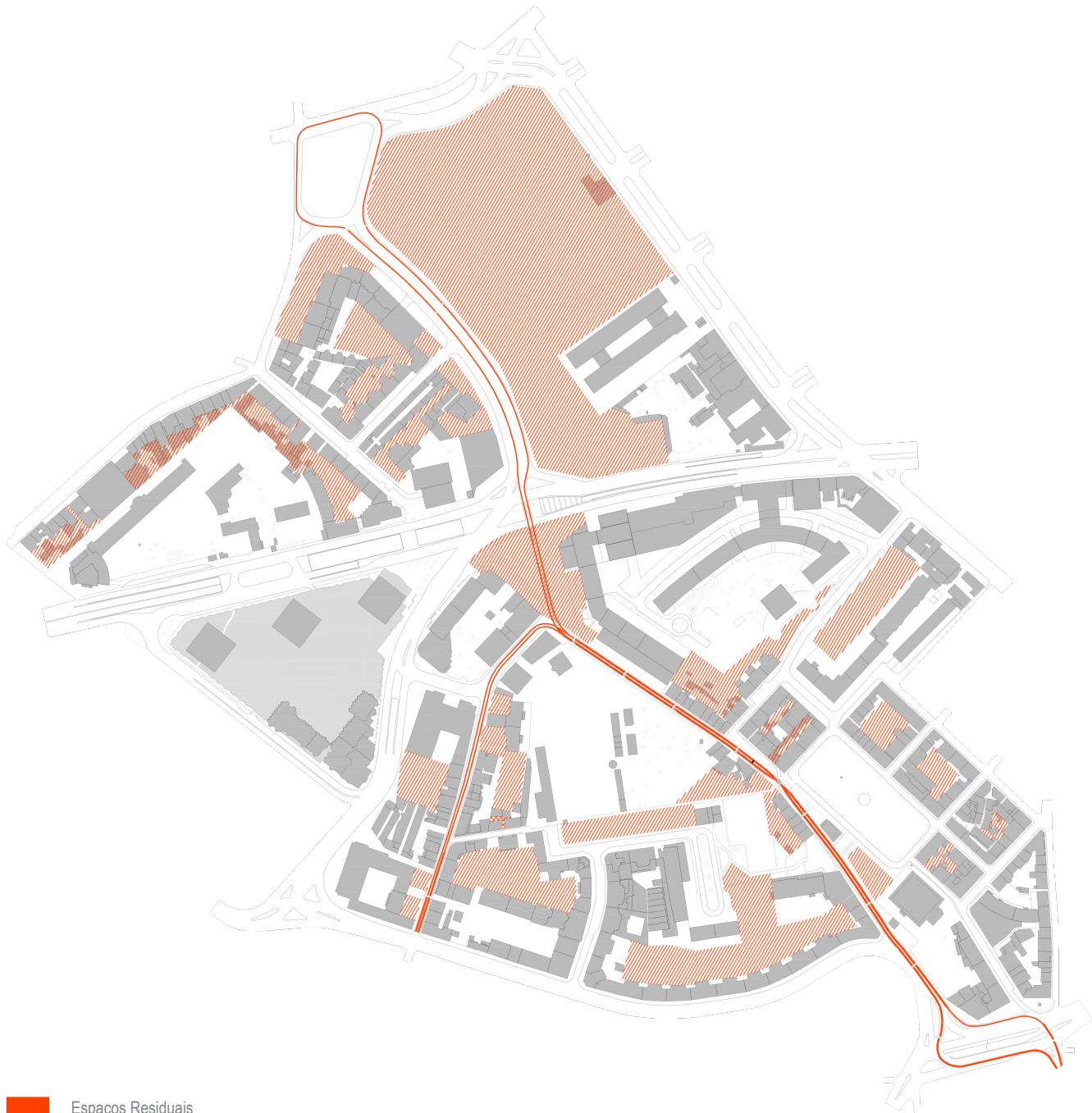
Diagrama da evolução da ocupação da cidade e sua periferia desde a sua industrialização.

Apesar dos novos aglomerados urbanos, presentes nos mapas anteriores, Lisboa continua a crescer, assim como a noção de “centro”. A cidade, ao longo dos tempos, absorve território de forma contínua. O que é hoje subúrbio amanhã será parte da sua malha consolidada e o território das Amoreiras é disso exemplo. Como o conceito de centro liga-se ao económico, o limite da habitação acessível vai sendo cada vez mais empurrado para a periferia. Nesta ideia, assume-se que a certo ponto a maioria da população a formar família instalar-se-á cada vez mais longe do centro urbano, que é a cidade de Lisboa. Isto deve-se ao ciclo que se cria e que, como exemplo, pode ser alguém que tenha vivido no centro da cidade, outrora mais acessível, mas cujos filhos, apesar de lá terem efetuado os estudos e habitado, numa primeira fase da sua vida, partilhando casa, veem-se obrigados a procurar habitação na periferia, quando querem constituir família, pois necessitam de mais espaço. Mais tarde, os filhos destes viverão com eles até ao momento em que entram na faculdade e conseguem o primeiro emprego, etapa em que, tal como os pais, conseguem dividir as despesas com colegas/amigos, voltando mais tarde a surgir o problema de constituir família, sendo a opção mudarem-se para a periferia, a qual, pelo aumento da noção de centro, já será mais afastada que a dos seus pais (que valorizou nos anos que passaram). E será esta uma repetição constante, pois a especulação económica não para de aumentar e as propriedades sobrevalorizadas do núcleo urbano não estão ao alcance da maioria aqui referida. Neste seguimento, tem-se como plausível o cenário retratado no diagrama à esquerda: a apropriação da cidade maioritariamente por uma população mais jovem. Isto impossibilita a fixação de uma faixa etária superior no centro da metrópole.



Ocupação cíclica do centro da cidade.





 Espaços Residuais



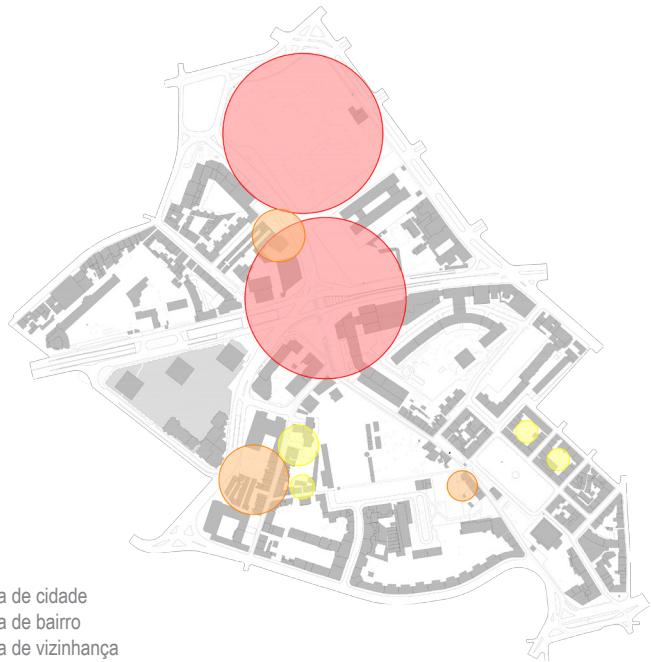




Rede viária fundamental
 Rede viária secundária
 Rede viária de distribuição
 Rede viária de acesso local



Áreas de intervenção escolhidas pelos elementos do grupo para a realização do projecto das habitações.



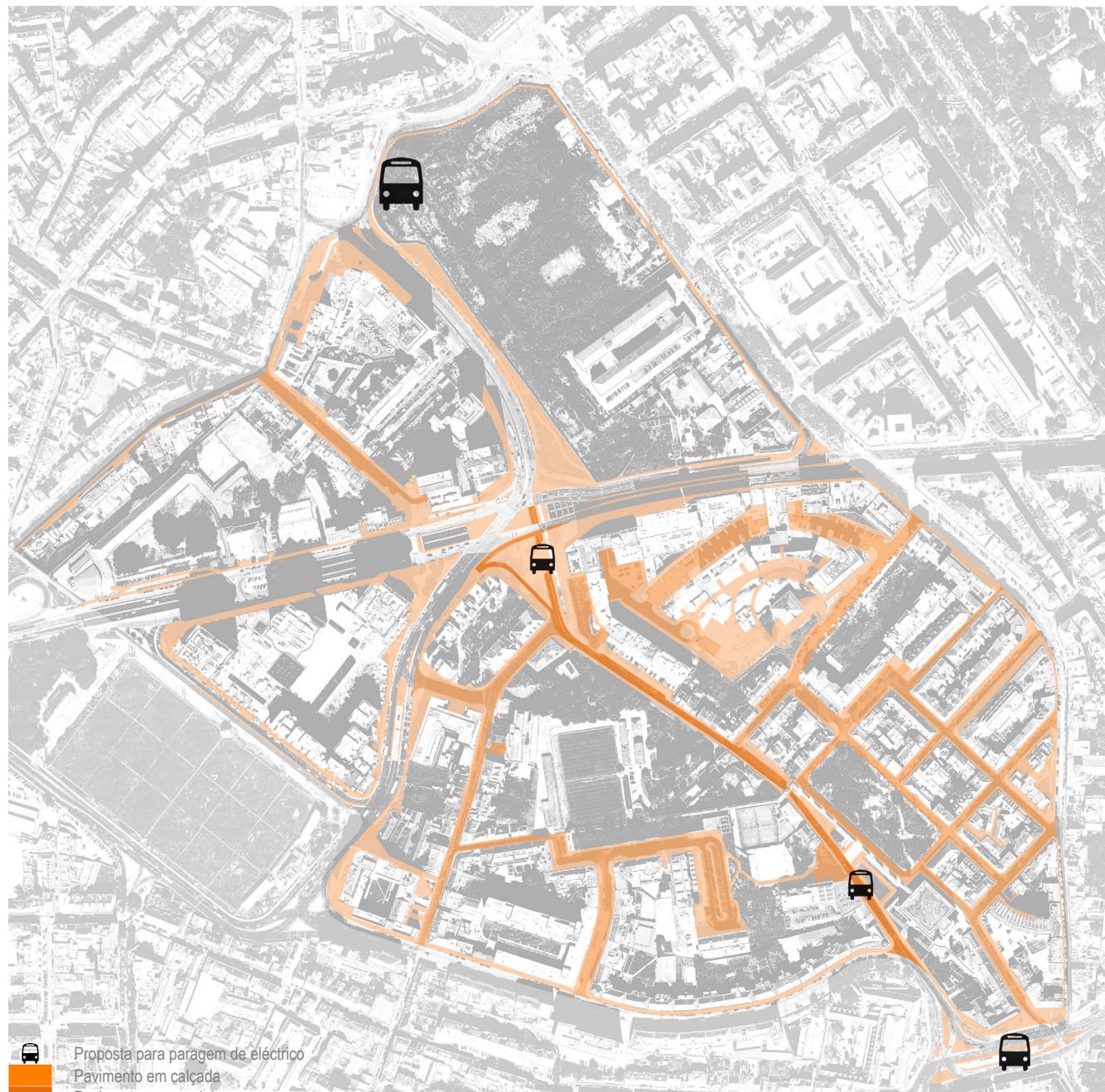
É que o negócio [das Vilas Operárias] consistia exactamente em rentabilizar espaços no interior dos quarteirões, os quais, segundo os critérios do urbanismo convencional, não são edificáveis. Francisco Santana (1994, pág. 962-963).

Dadas as questões relativas à evolução demográfica, tentou-se encontrar uma resposta ao principal problema aqui presente: o direito à cidade não está ao alcance de todos. Exposta a pretensão de uma grande quantidade de pessoas desejar a cidade e observando que esta oferece inúmeros espaços disponíveis – como edifícios devolutos, traseiras de quarteirões e zonas urbanas menos apetecíveis –, propõe-se uma ocupação que estes facilitada. Combatendo a impossibilidade que os indivíduos aqui tratados têm em comprar/arrendar imóveis, devido à especulação imobiliária (como terrenos parados à espera da melhor altura para serem comercializados). Assim, é sugerida a figura do “arquiteto oficioso”, ao serviço destas novas comunidades vindouras. Estabelecerá um elo entre as pretensões destas novas pessoas e o projeto final, impedindo a anarquia da cidade, estabelecendo as bases e sugerindo formas de fazer melhor e mais eficazmente. Em suma, torna-se um promotor da cidade. Como soluções, contemplam-se a ideia de reabilitação (nas ocupações de edifícios), mutabilidade dos espaços e a construção de baixo custo. Em agregação a estas resoluções, seria criada legislação que obrigue o dono do terreno/casa vazia (há mais de dois anos) vender/alugar a baixo custo ou ceder para ocupação; a garantia de vantagens fiscais, com a redução do IMI consoante a reabilitação dos imóveis; taxas progressivas para os proprietários que rejeitem esta imposição, que reverteriam para um fundo municipal que seria utilizado como investimento nesta causa.

Em seguimento à análise da evolução da cidade efectuada, deu-se a escolha dos espaços a serem intervencionados individualmente pelos elementos do grupo, para a realização das habitações. Nas zonas assinalados como zonas de intervenção (à esquerda) para os projectos individuais dos elementos do grupo, encontra-se um confronto de escalas, da micro escala (de vizinhança) até à macro escala (de cidade).







Proposta para paragem de eléctrico



Pavimento em calçada



Pavimento em paralelos

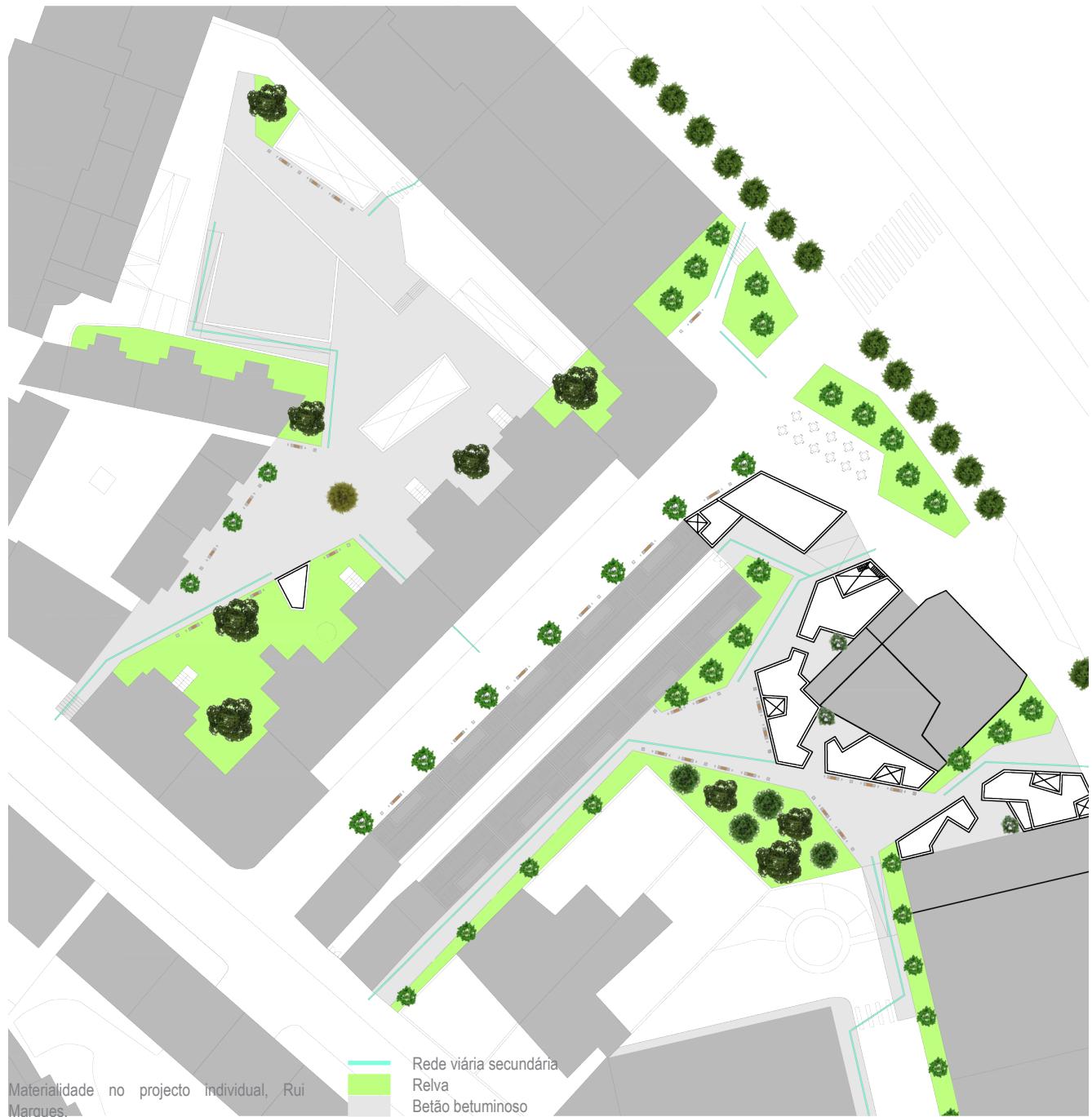


Pavimento em paralelos com passagem do eléctrico

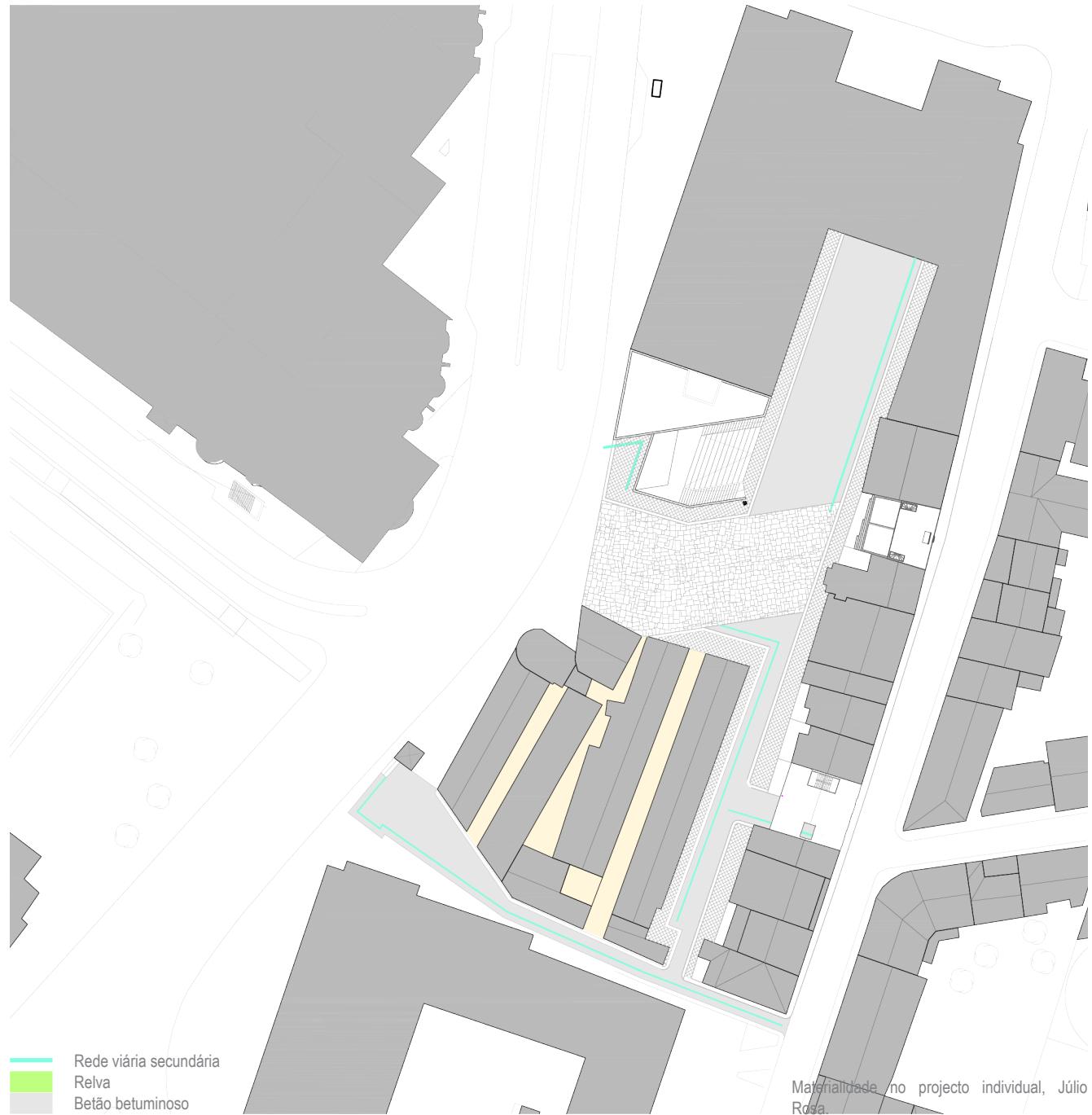
A questão do confronto de escalas é um dos problemas que se procuram resolver neste território, através da reinserção do circuito do elétrico número 24, com o percurso desde o Cais do Sodré até Campolide, revitalizando a zona turisticamente e unindo a estação de “Campolide” da futura expansão da linha vermelha do metropolitano de Lisboa, com as linhas amarela (Rato) e verde (Cais do Sodré). Serviria também para unir a colina das Amoreiras fisicamente ao rio, com o qual mantém desde sempre uma relação visual.

Numa continuação do propósito de unir as zonas de intervenção, consolidando toda a área, é proposto um tratamento viário a nível do pavimento e da alteração/condicionamento do tráfego automóvel, assim como os percursos interiores que circundam as habitações. Estes últimos serão marcados com auxílio de uma faixa luminosa no chão, que tem início nos acessos que conduzem aos novos espaços gerados e servem de fio condutor, criando um percurso este-oeste de associação entre a maioria destes novos conceitos tipológicos. Surgindo ainda no passeio da rua que fronteia as intervenções (como se pode ver nos exemplos individuais das plantas seguintes), serve esta para convidar o transeunte a atravessar estes novos espaços, os quais se pretende que se tornem rapidamente pequenos centros comunitários, criando uma união entre a população ali residente. Essas luzes, seguiriam embutidas num pavimento em betão betuminoso, para salientar o aspecto cru que se pretende dar a estas pequenas cirurgias no tecido urbano da cidade. Nos espaços de concentração, onde desembocam os acessos, pretende-se a criação de zonas mais acolhedoras, onde o indivíduo se sinta confortável a permanecer, afirmando-se como novas zonas de confluência deste território. Os espaços que se propõem mistos, com pavimento em betão e zonas ajardinadas com árvores, serão uma charneira revitalizadora de áreas antes desprezadas pela cidade.

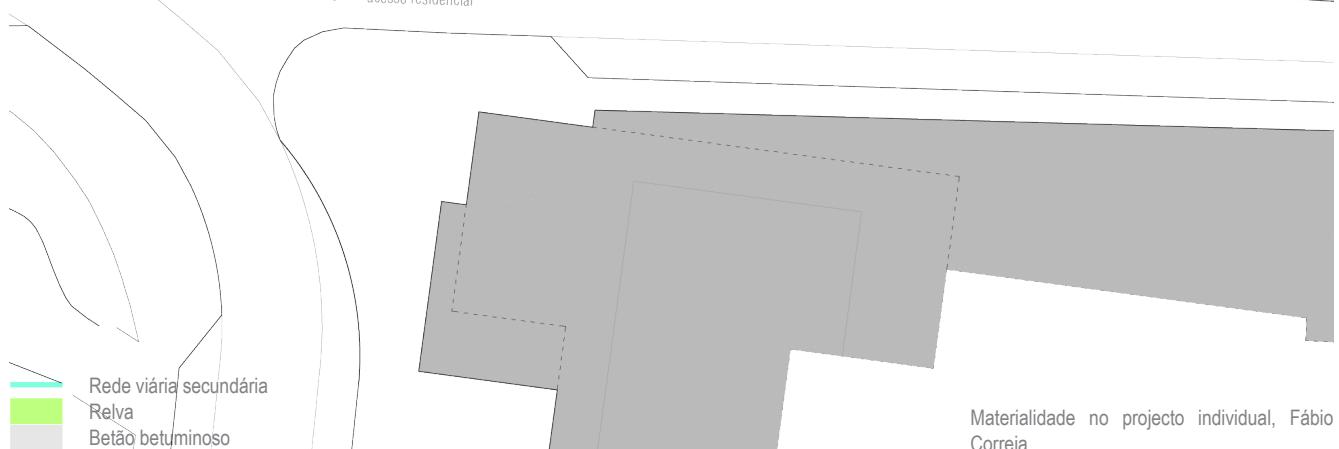




Materialidade no projecto individual, Rui Marques.





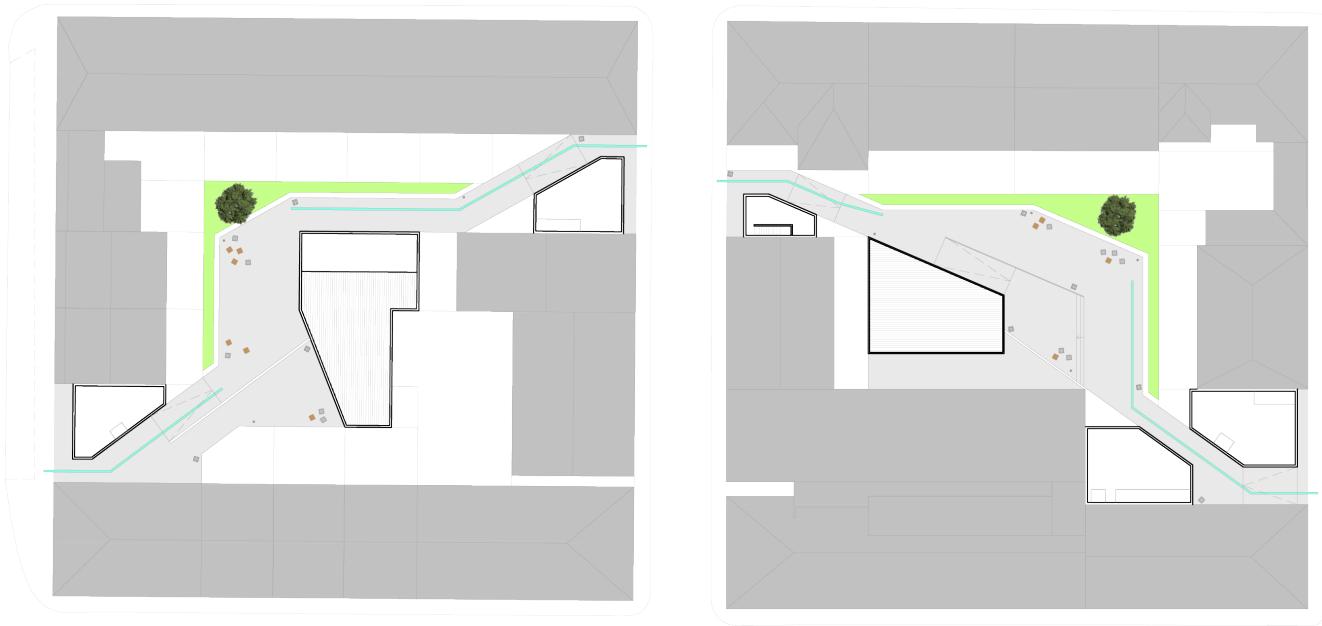


Materialidade no projecto individual, Fábio Correia.



Materialidade no projecto individual, João Sequeira.

- Rede viária secundária
- Relva
- Betão betuminoso



- Rede viária secundária
- Relva
- Betão betuminoso

Materialidade no projecto individual, Sandra Lopes.



Módulos de betão e madeira com aplicação para banco.



Módulos de betão e madeira com aplicação para canteiro e caixote do lixo.



Aplicação do módulo de paragem

Para afirmar ainda mais este diálogo em torno da unificação do sítio das Amoreiras, sentiu-se a necessidade de criar equipamentos urbanos, entre estes bancos, caixotes do lixo, candeeiros públicos e paragens que servirão o elétrico, objetos que em muito entram no conceito de ocupação de usos e mutabilidade do espaço público. Para os primeiros dois, foi criado um módulo que se insere num cubo de 45 centímetros de aresta, com a espessura de 4 centímetros e com duas das suas faces opostas inexistentes. Este volume polivalente poderá ser colocado de diversas formas com fim a tornar-se numa floreira, num papelão ou num banco. Esta última vertente tem a possibilidade de ser um banco corrido, pois o módulo contempla encaixes (do tipo macho e fêmea) para que se possam conectar vários elementos. Existe também em duas versões: em madeira e em betão. A primeira, permite a sua deslocação, alterando constantemente a ambiência do espaço, enquanto o segundo é de carácter mais fixo, servindo também para bloquear uma série de módulos, impossibilitando o seu roubo ou transladação.

Dentro do pensamento do objecto anterior, criaram-se os abrigos para a espera do elétrico. Aumentando o módulo até que ficasse com 3 metros de aresta, quebrou-se o mesmo a meio, criando dois objetos simétricos que servem de paragem para os transportes públicos e encaram-se frente a frente, em ambas as margens da rua.



Fotomontagem com exemplo de aplicação do mobiliário.



Módulo de candeeiro.

Dentro do pensamento do objecto anterior, criaram-se os abrigos para a espera do elétrico. Aumentando o módulo até que ficasse com 3 metros de aresta, quebrou-se o mesmo a meio, criando dois objetos simétricos que servem de paragem para os transportes públicos e encaram-se frente a frente, em ambas as margens da rua.

Para finalizar esta caracterização do espaço público, criou-se também um candeeiro para iluminação pública que oferece a capacidade de se mover o seu foque de luz em todas as direções, atuando assim como um holofote num cenário teatral. As infinitas criações de diferentes ambientes são aliciantes dentro do conceito defendido pelo grupo, pois rompe drasticamente com a monotonia que se vive na maioria do espaço urbano da cidade de Lisboa.

Pretende-se com todas estas soluções, alterar as formas ortodoxas de pensar a cidade e instaurar novos conceitos urbanos, oferecendo igual oportunidade de habitar a cidade, centro de acontecimentos, trabalho e lazer – uma máquina de vida.





RUA
DAS
AMOREIRAS
(3ºBAIRRO)
↔ ↔

7c



Proposta individual - Habitações nas Amoreiras

Pátio do Biaggi

*Adeus Pátio do Biagi
Cheio de electricidade
As meninas deste pátio
Andam cheias de vaidade*

*Este Pátio do Biagi
Tem um letreiro que diz:
«As meninas que namoram
Vão à noite ao chafariz»*

Recolha de J. Leite Vasconcelos, em 1935. Etnografia Portuguesa, vol. II (in Consiglieri, 1995, p. 66)

MEMÓRIA DESCRIPTIVA

Existe sempre uma preocupação inicial em todos os projetos: por onde começar? É neste cenário que surge sempre a necessidade de escavar na história dos locais, procurando entender a sua evolução. Os acontecimentos orgânicos da evolução da cidade deixam inúmeras pistas para tecer um fio condutor àquele que poderá ser o objeto final. Foi neste sentido que comecei a investigar.

Para a escolha do local, procurar entender os antigos levantamentos da cidade, até descobrir um núcleo de edifícios interessante – o Pátio do Biaggi. Os pátios e vilas surgiram em Lisboa na segunda metade do século XIX e rapidamente foram ocupando as entradas vazias dos quarteirões, por serem os terrenos menos apetecíveis. Começava assim a existir uma relação entre o conceito definido pelo grupo, para a ocupação de espaços residuais, que já havia sido feito por essas tipologias do século passado. Este Pátio do Biaggi não foi mais que o maior pátio operário da cidade de Lisboa. Procurou-se então perceber a implantação do bairro, o que o definia. Levantado na zona onde hoje se encontra a Praça das Águas Livres, era acessível por serventia desde a rua das Amoreiras, acessos dos quais hoje ainda existem vestígios (como mostram as fotografias seguintes).

A implantação deste novo projeto traria então este conceito de habitação à luz do dia novamente. Após diversas experiências, chegou-se a uma implantação que se entendeu como respeitadora da memória que lhe assiste, bem como perante a envolvente. É um conjunto de quatro edifícios, que se relacionam uns com os outros e estabelecem eixos entre a plataforma cimeira, onde se encontra o Bloco das Águas Livre, com o Aqueduto e Jardim das Amoreiras, à cota da Rua das Amoreiras. Criou-se também um percurso que vai vencer o desnível e relacionar-se com a enorme parede do aqueduto, que se enterra finalmente já perto do reservatório da EPAL aqui presente.

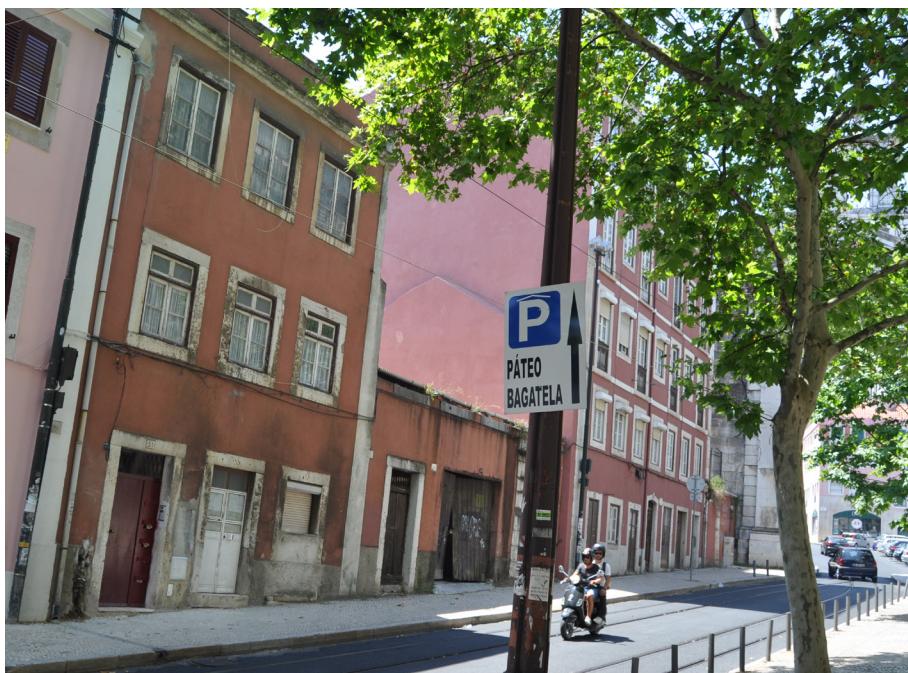
Com a ideia de trazer novas pessoas para a cidade, para se situarem perto do local de trabalho, optou-se pela criação de habitações com atelier anexo, formando um núcleo artístico pensado para fotógrafos, escultores, pintores, arquitetos, entre outros. Num segundo nível irá criar também um conjunto com os ateliers presentes no edifício das Águas Livres.

Com fim a reduzir custos de construção, tentou-se sintetizar o uso de materiais, pelo que os edifícios se mostram bastante despidos, com betão à vista forma e paredes interiores em estrutura de gesso cartonado. Para criar mais conforto, a madeira de pinho é utilizada para pavimentos e, em alguns casos volumes que constituem divisões das casas. Pretendeu-se oferecer também uma polivalência tipológica, com a mutabilidade dos espaços, algo que a casa diretamente ligada à Rua das Amoreiras oferece, sendo que se figura como um grande open space, utilizando mobiliário para criar as suas divisões. A utilização de paredes em gesso cartonado também surge nesse pensamento, de algo fácil de alterar, em oposto às paredes de alvenaria.





Antes e depois, revelando a ideia de usar um ripado de madeira para construir a nova fachada para a rua das Amoreiras. Fotografia antiga do AFCML e fotografia recente de Rita Cepa.



(na pág. anterior) Montagem que mostra um antigo acesso ao pátio, através da Rua das Amoreiras. Montagem realizado por Rita Cepa.



Fotografia de um dos acessos ao pátio, s/d.
AFCML



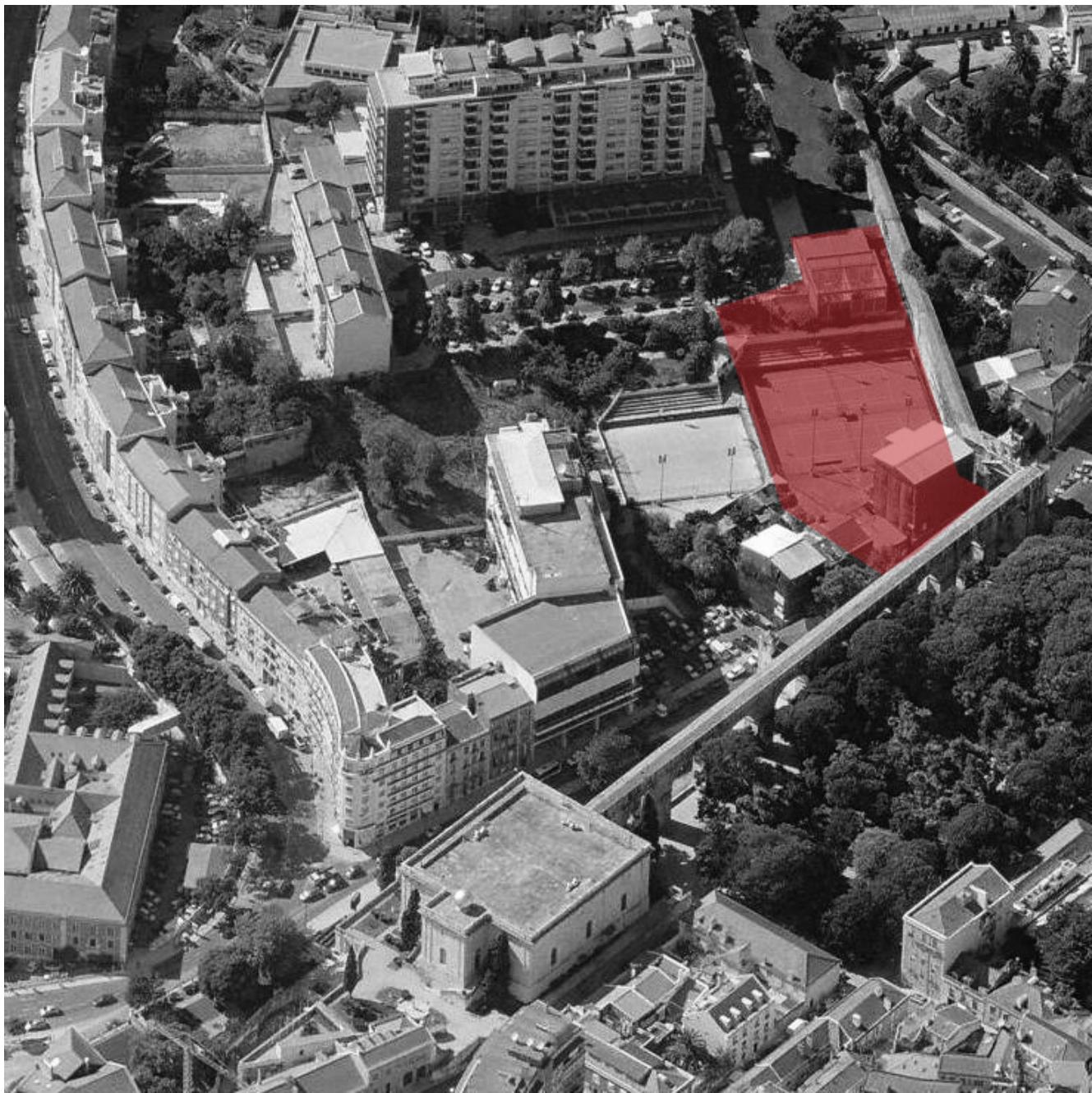
Fotografia do antigo acesso ao pátio,
atualmente. Foto retirada por Rita Cepa



Fotografia antiga da Rua das Amoreiras, onde é possível ver ainda os edifícios que davam serventia ao antigo pátio, s/d. AFCML



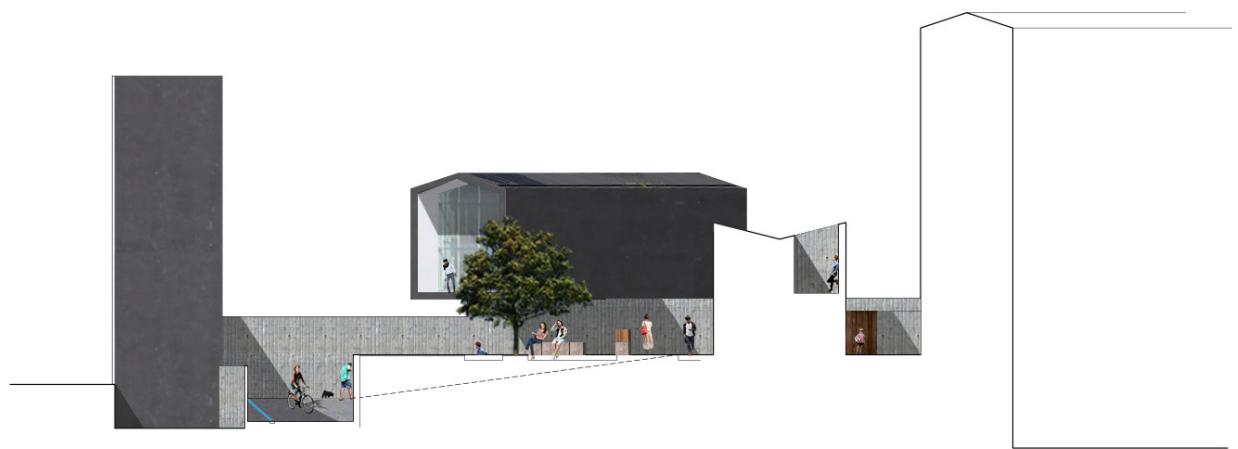
Zona de intervenção - ortofoto



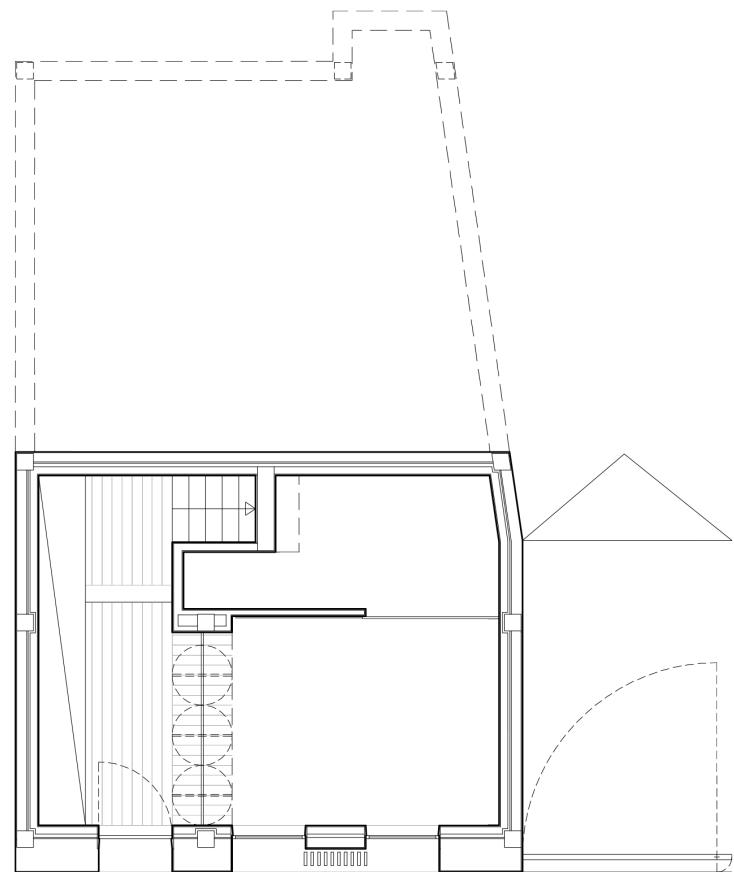
Zona de intervenção - perspetiva aérea

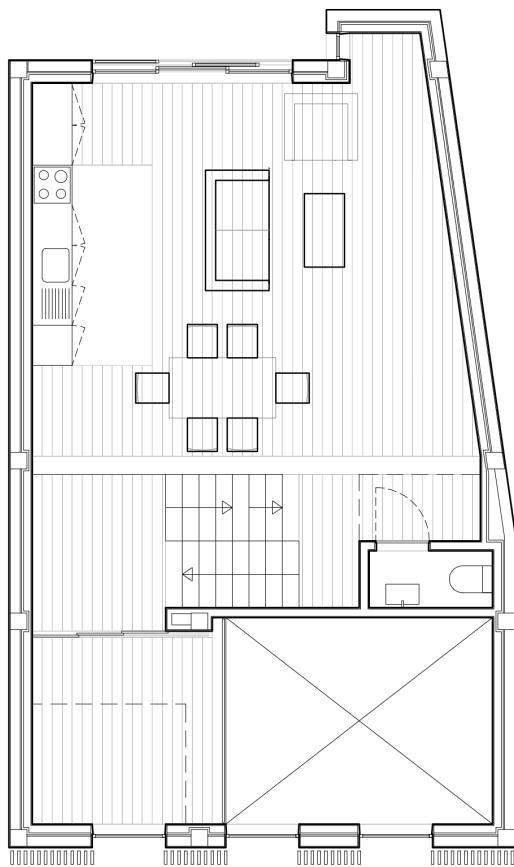


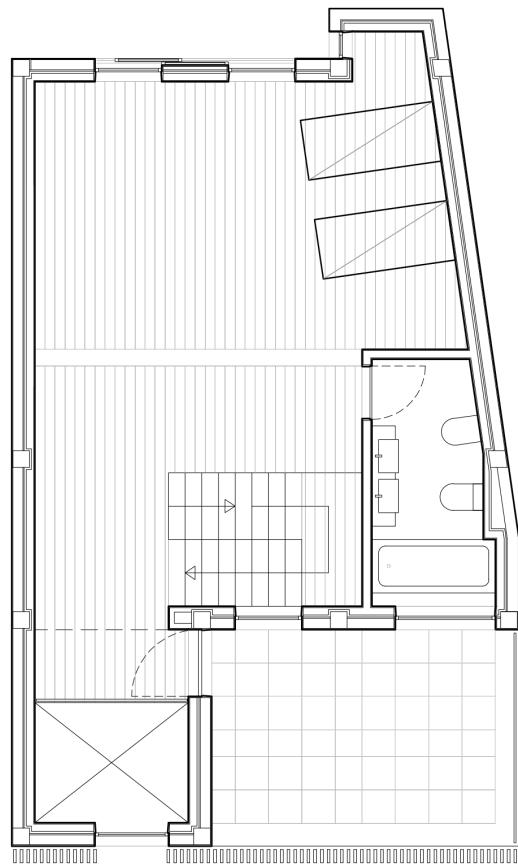
Planta de implantação

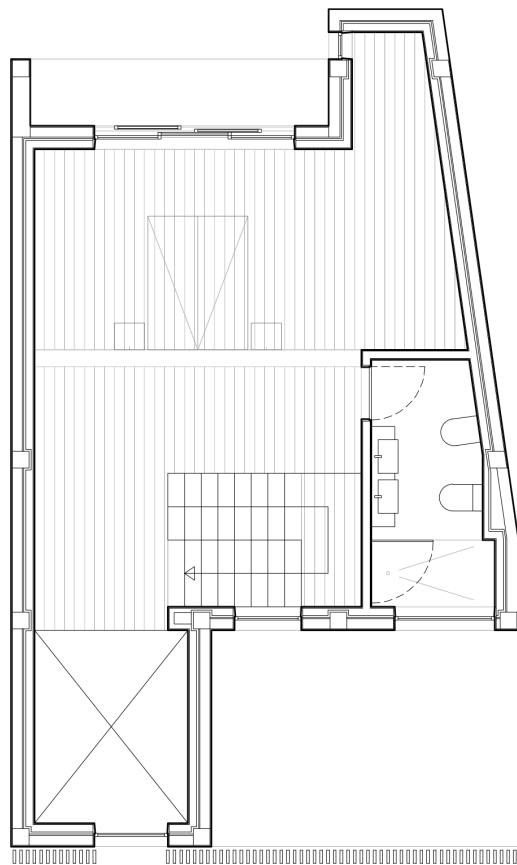


Perfil mostrando a relação entre os edifícios

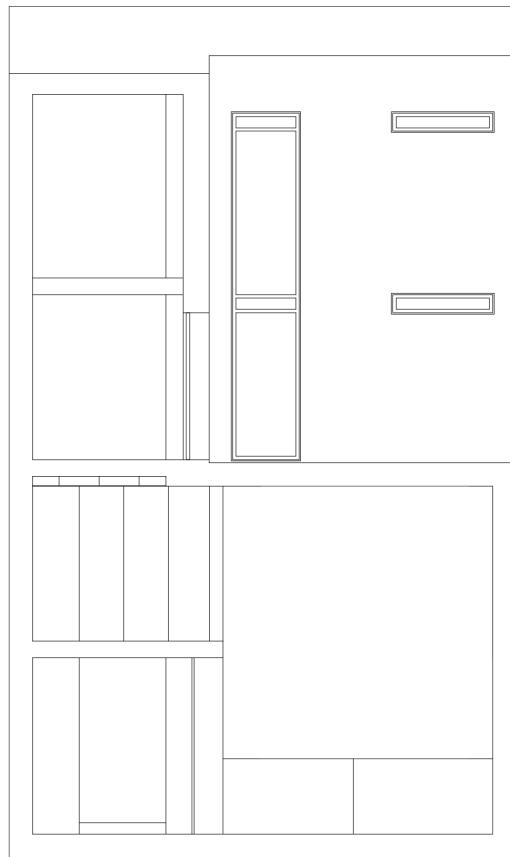


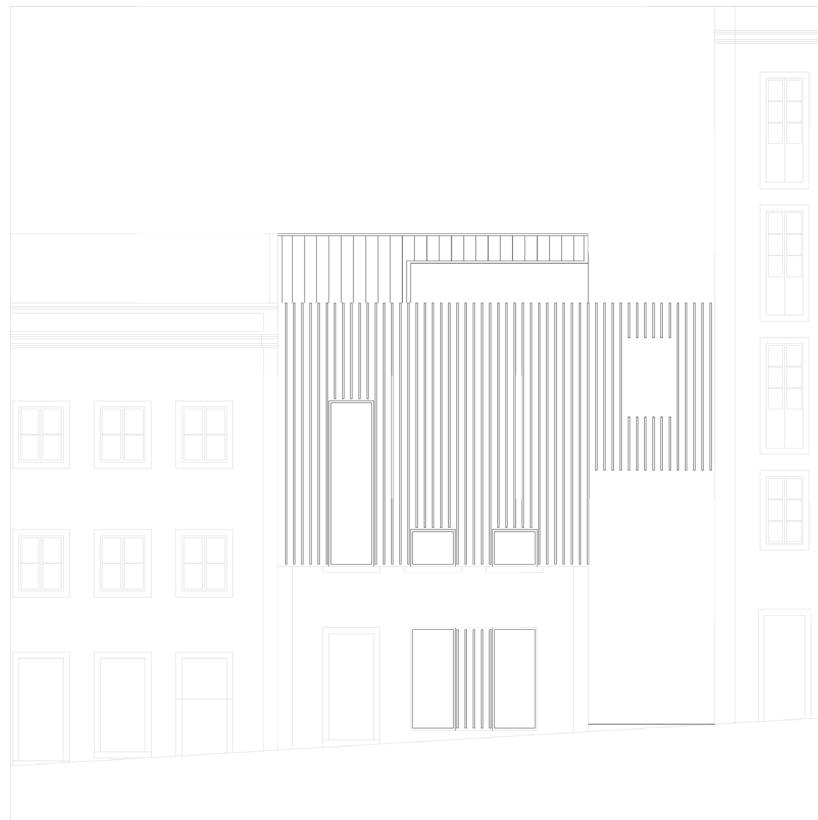


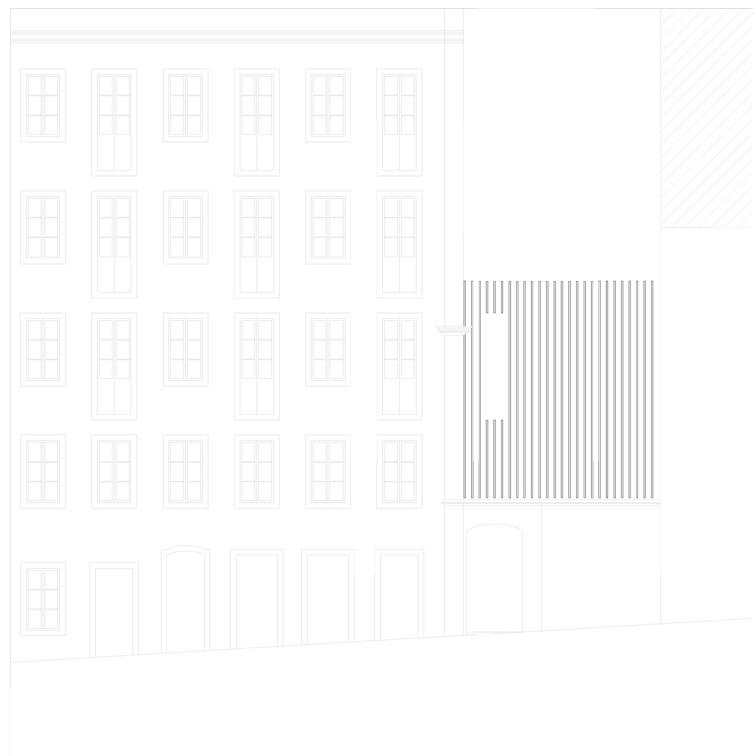


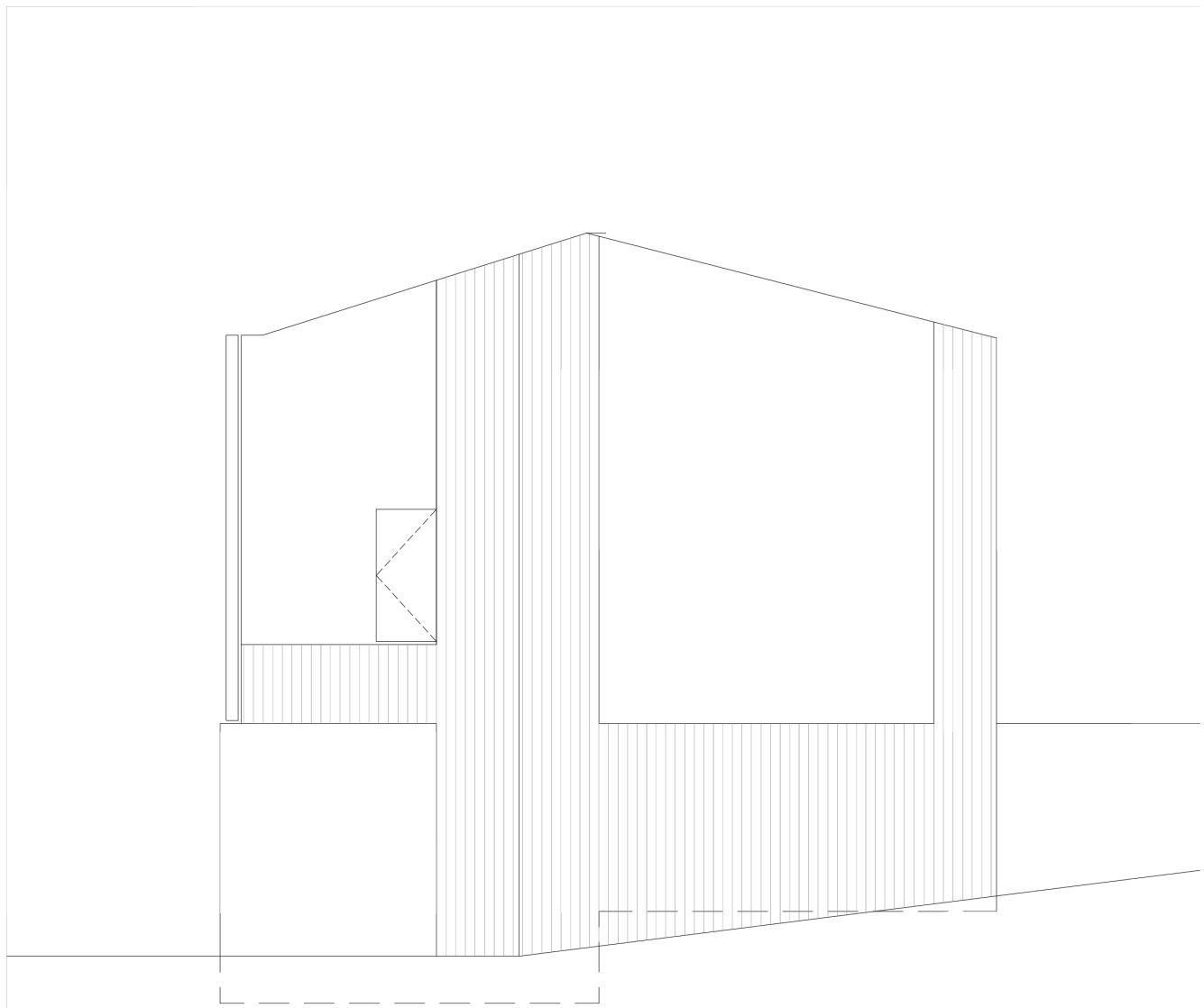


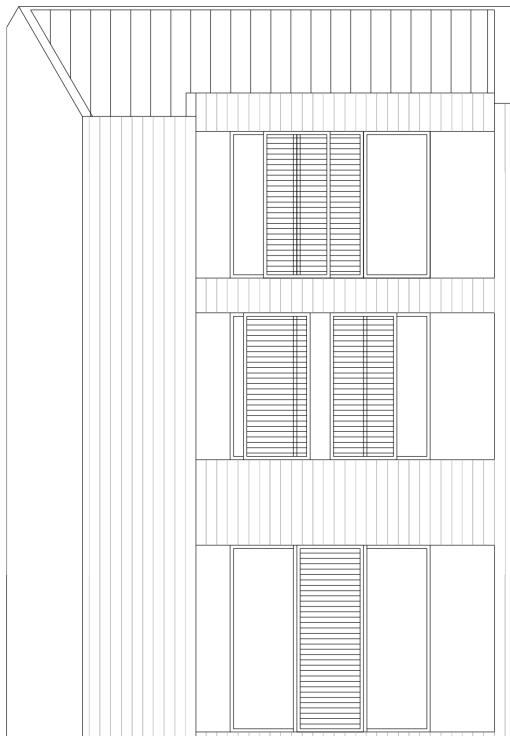


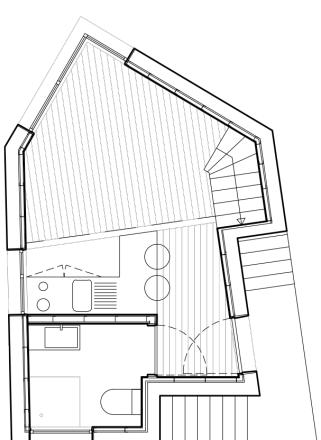
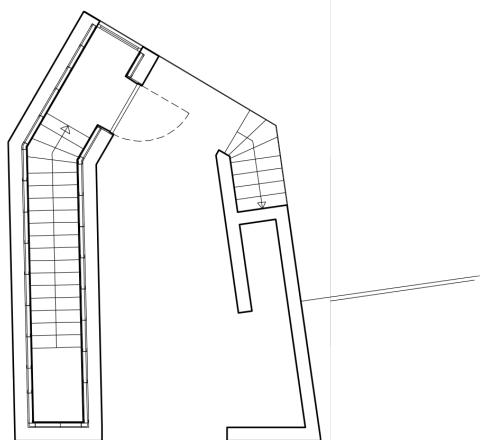
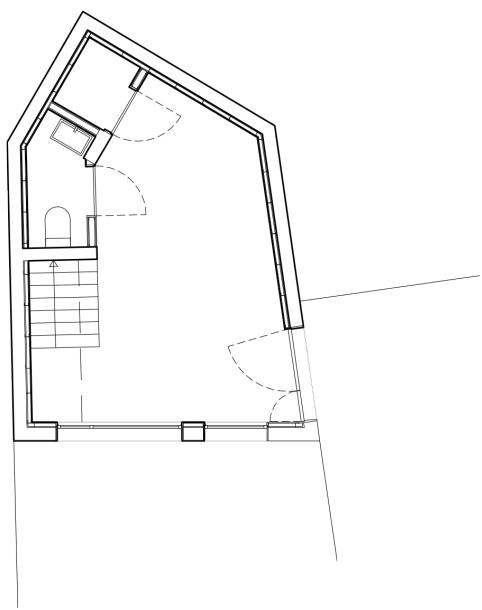


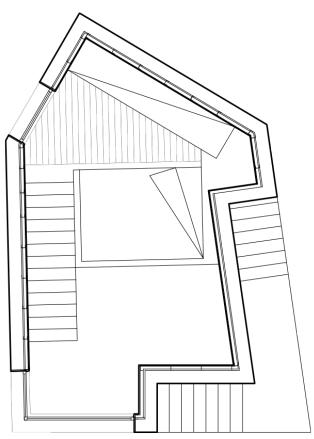
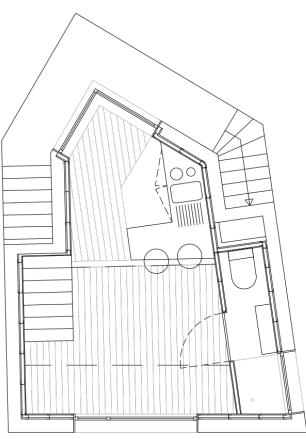
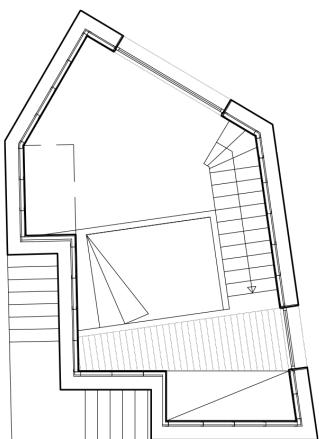


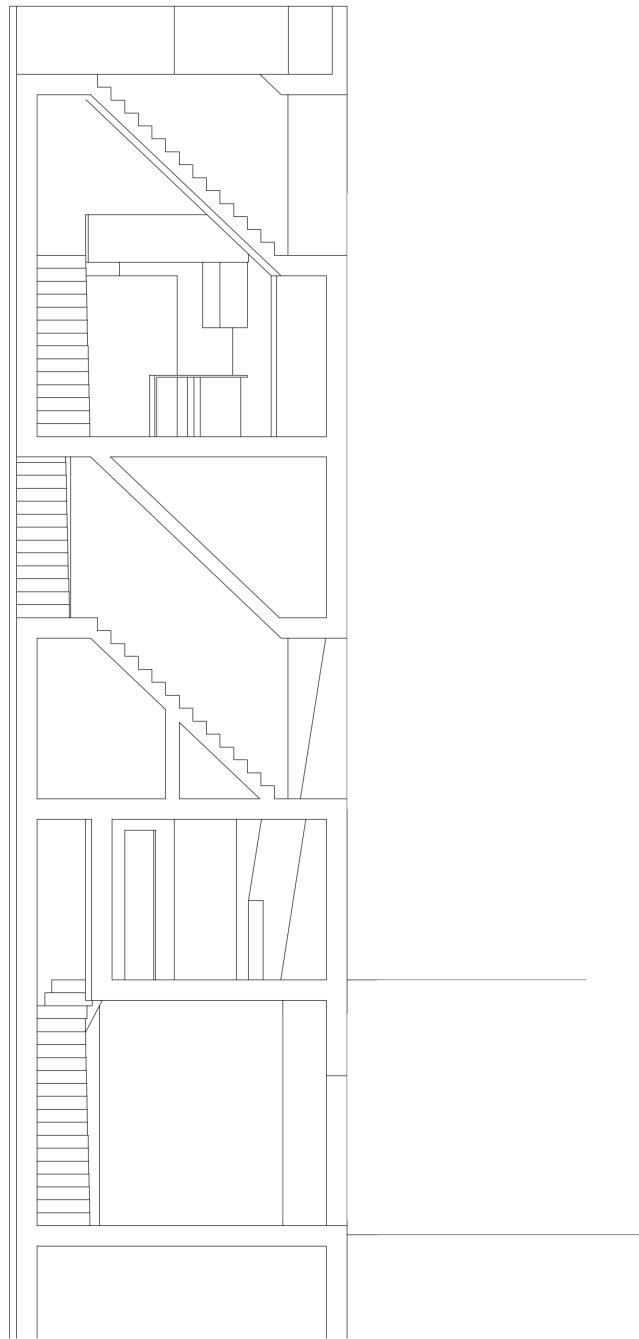


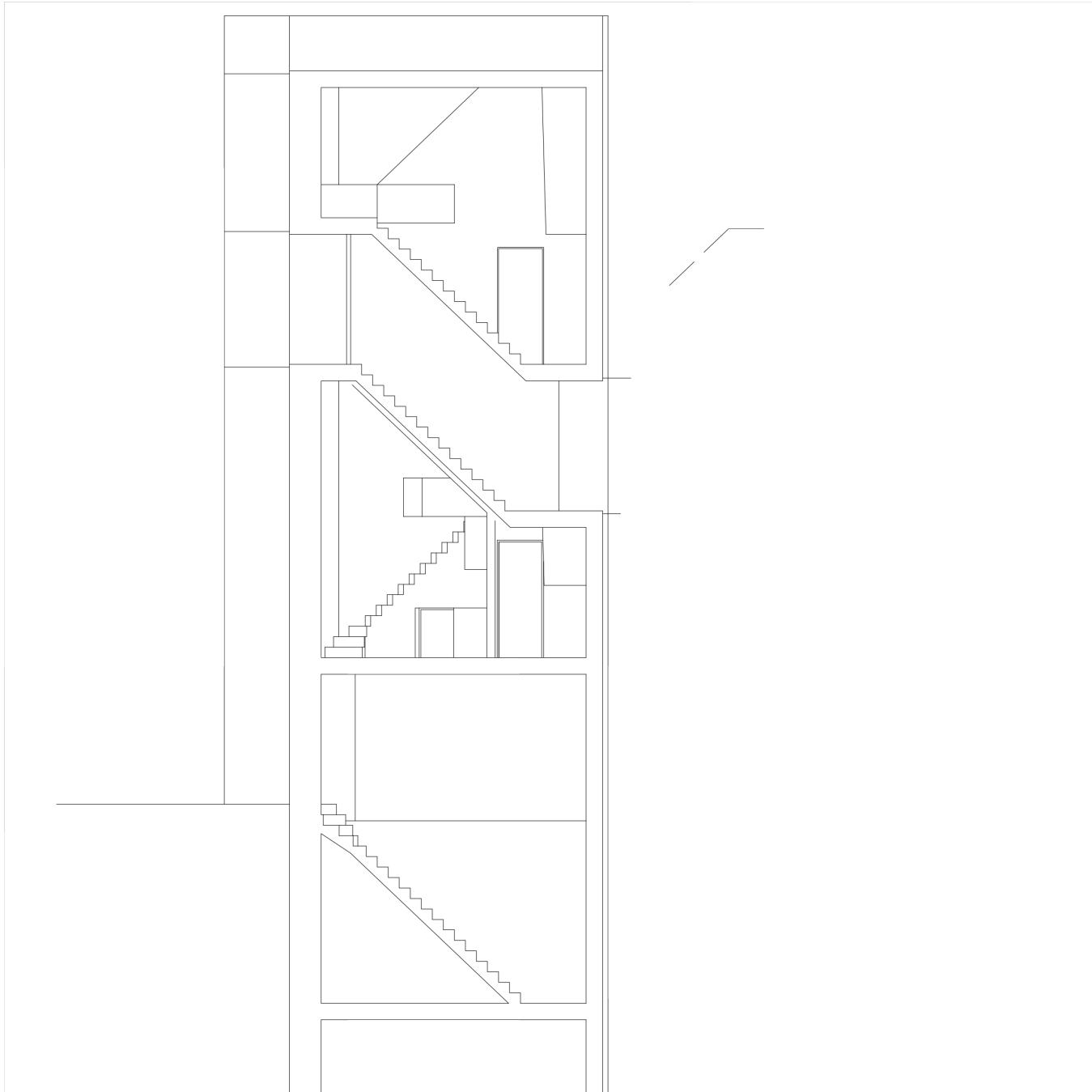


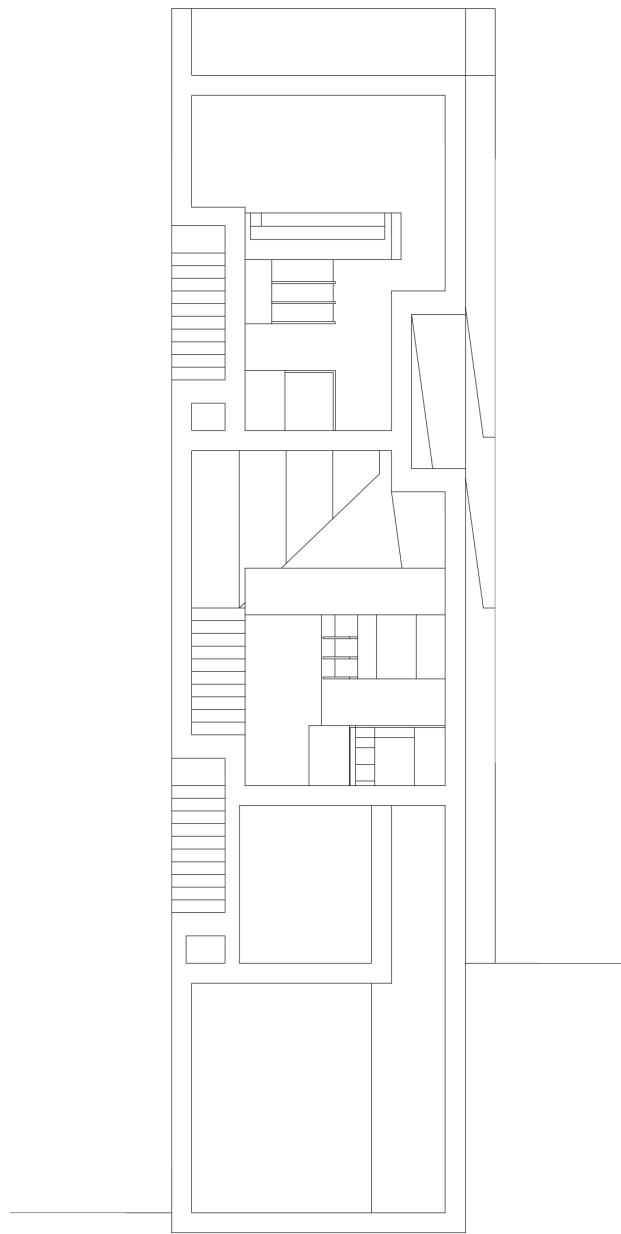


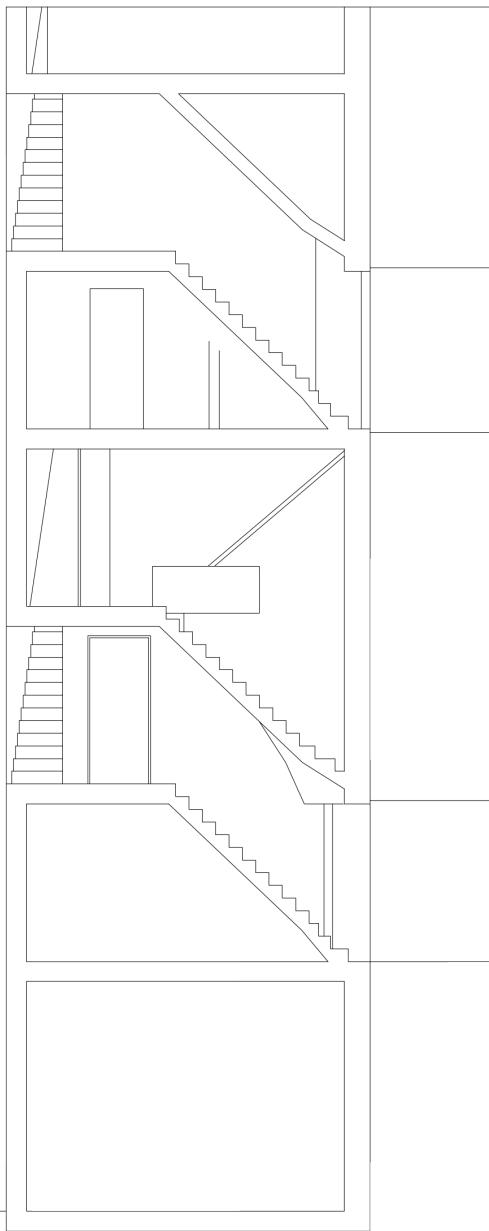




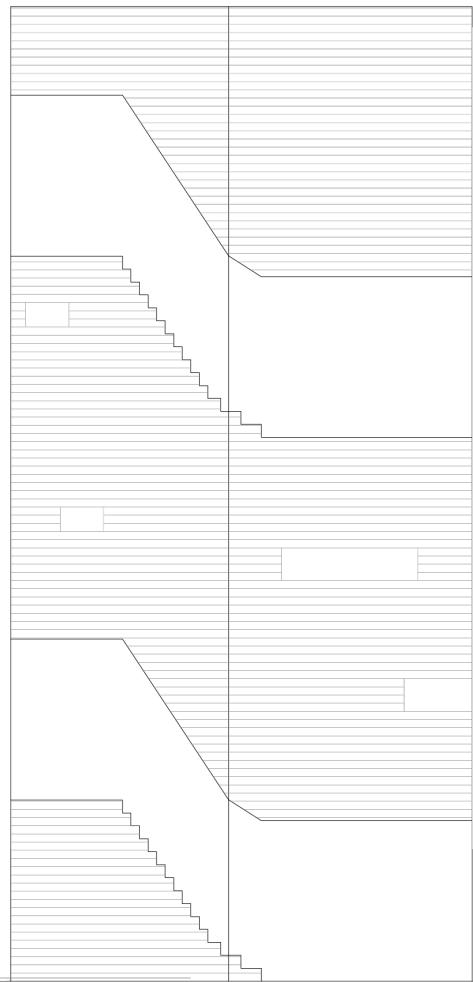
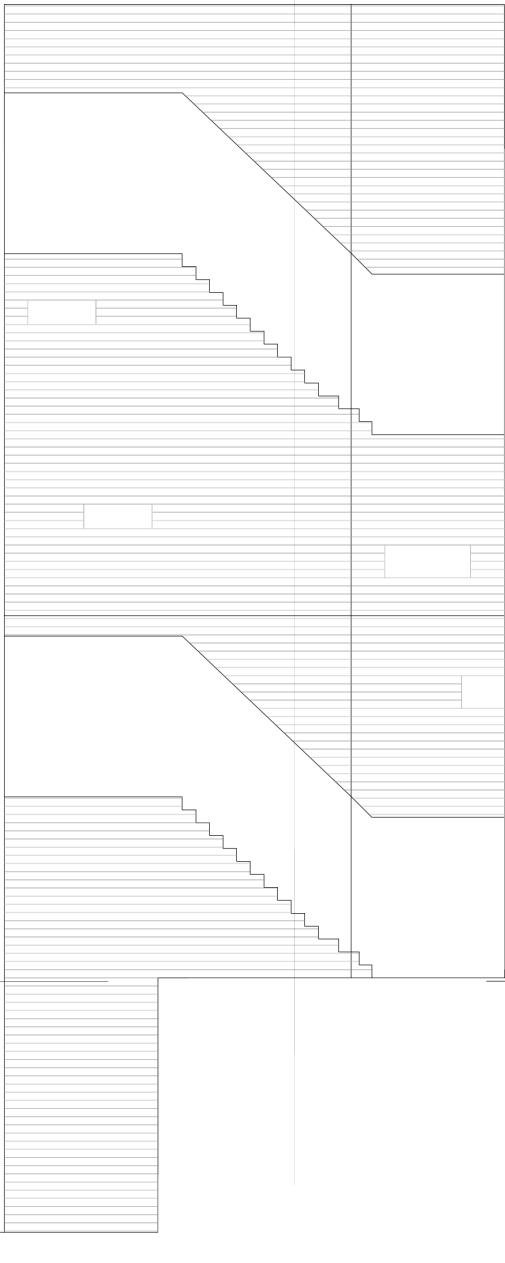


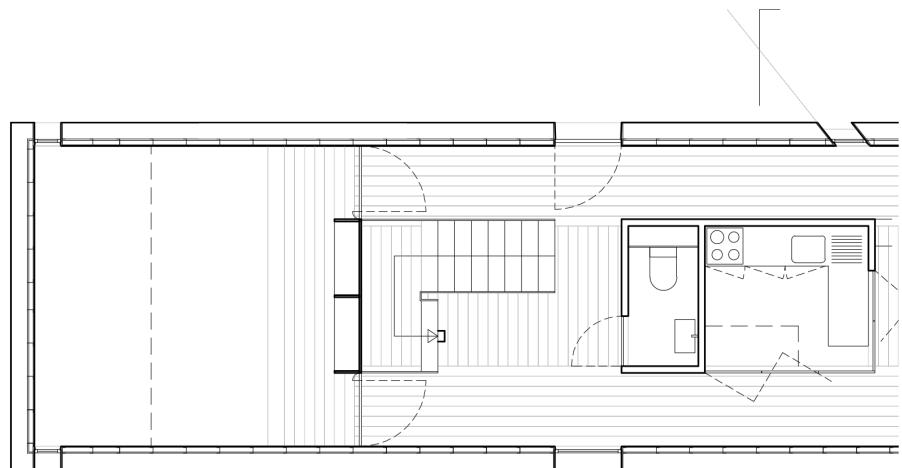
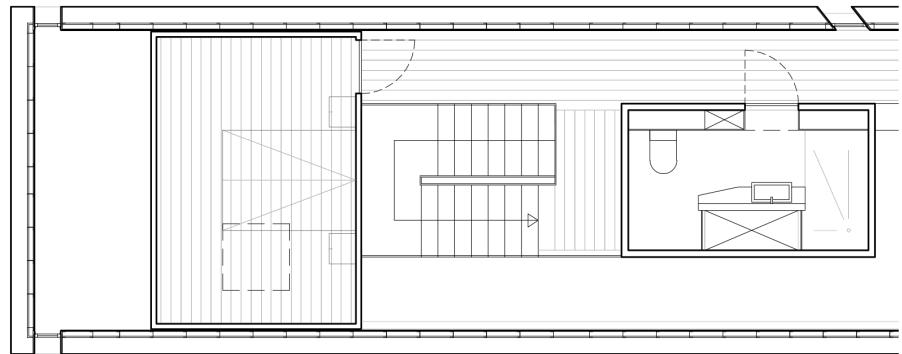


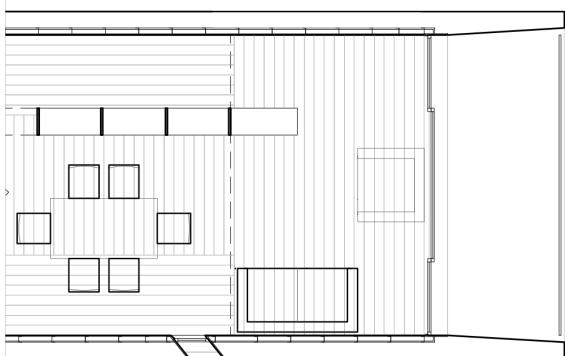
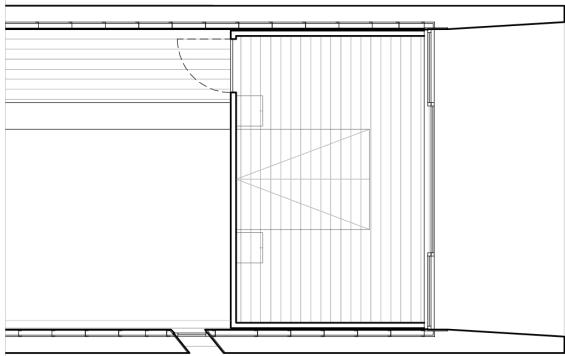


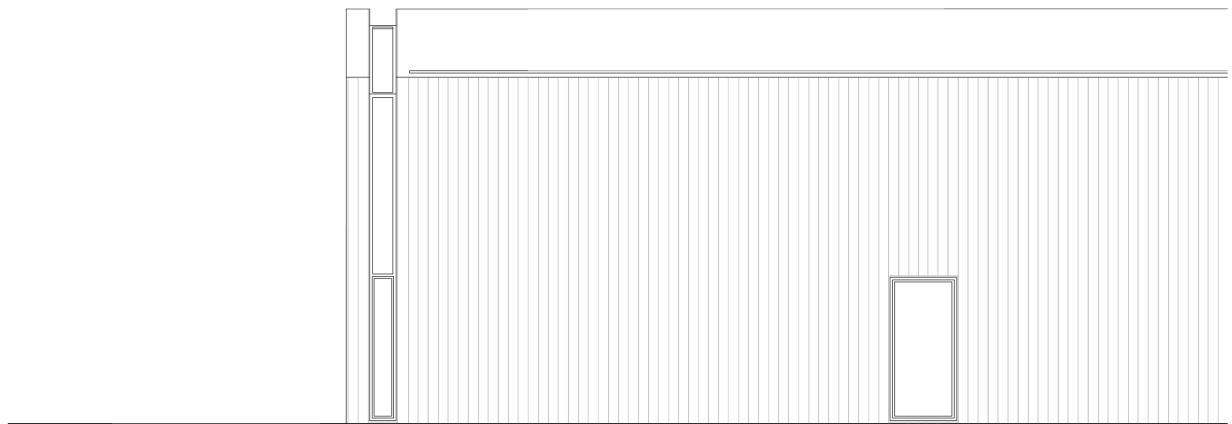
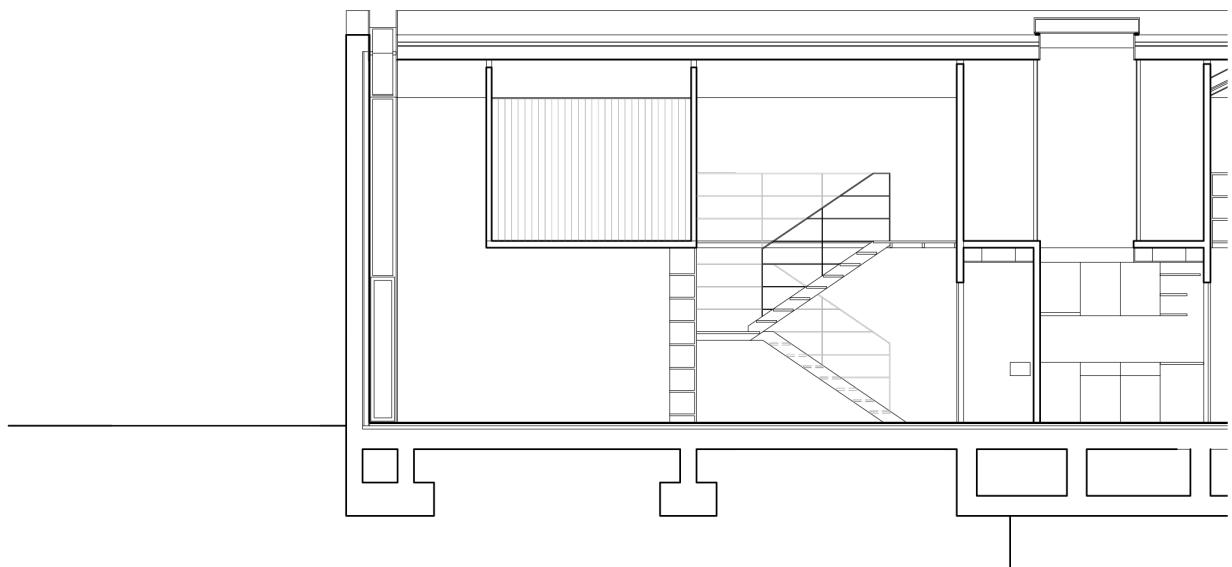


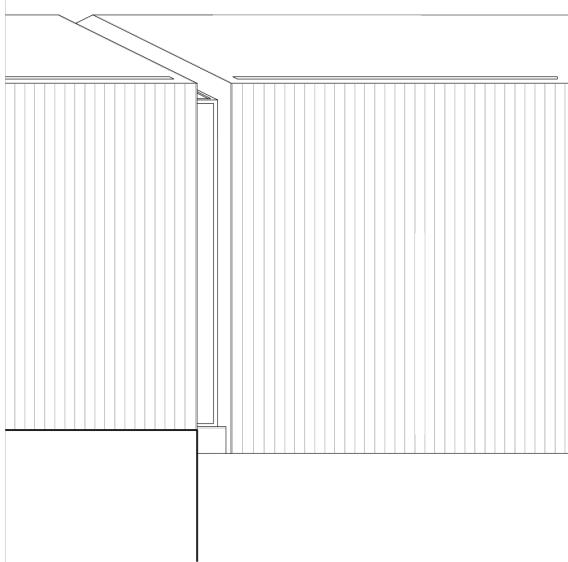
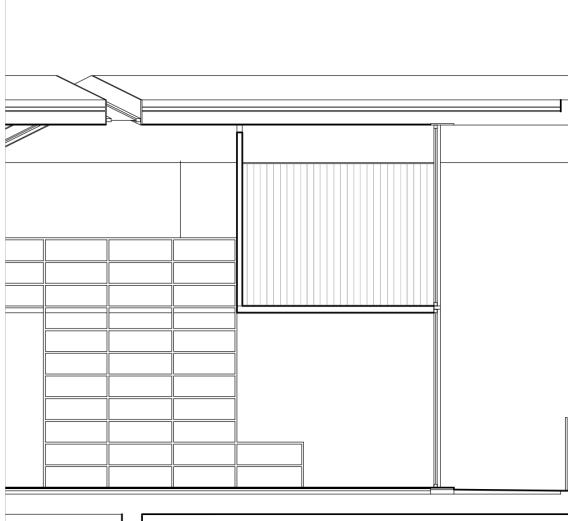


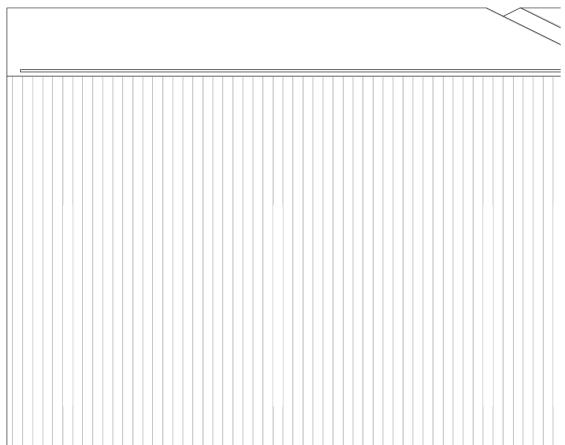
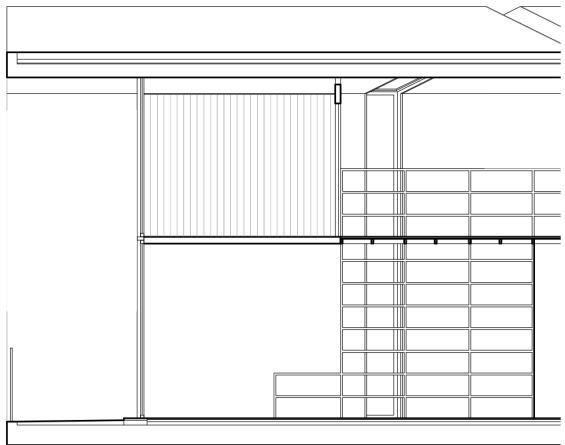


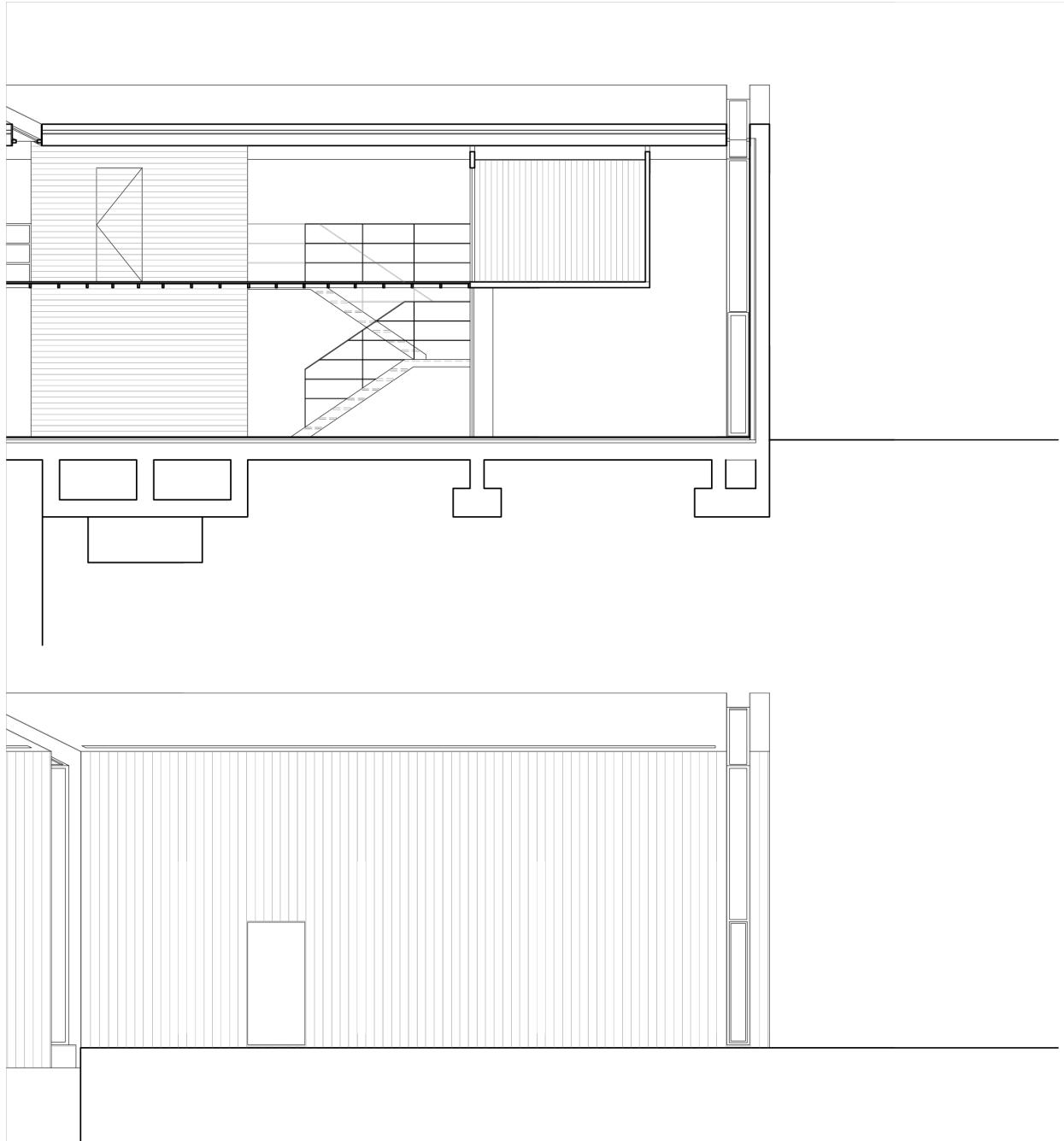


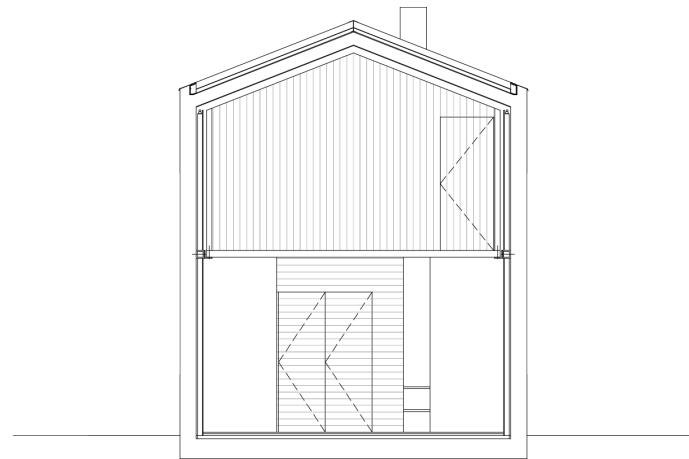
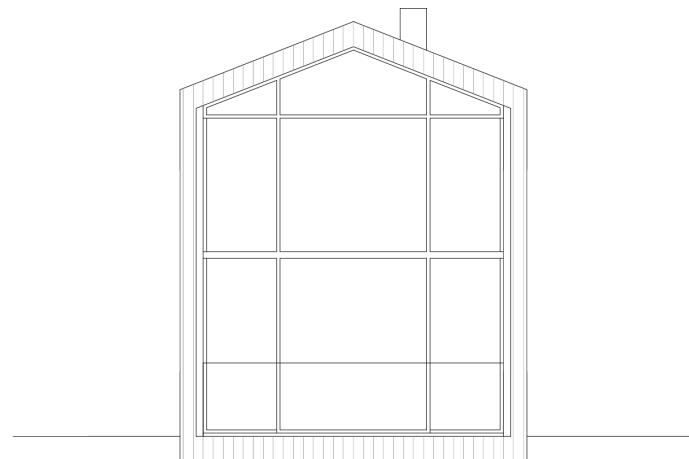


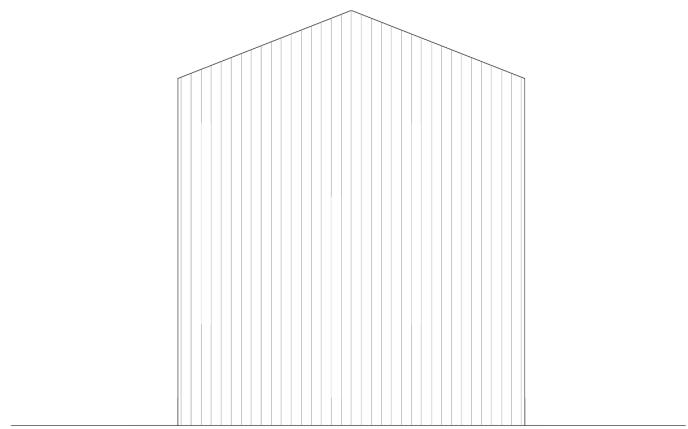




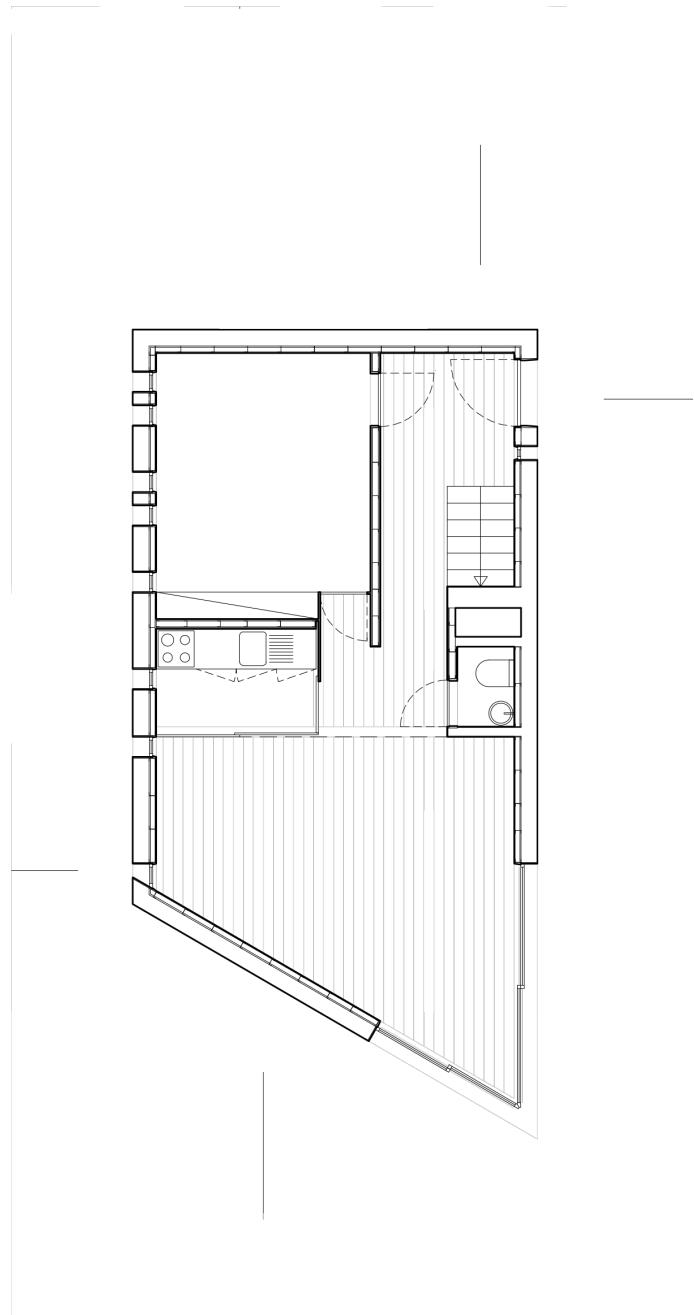


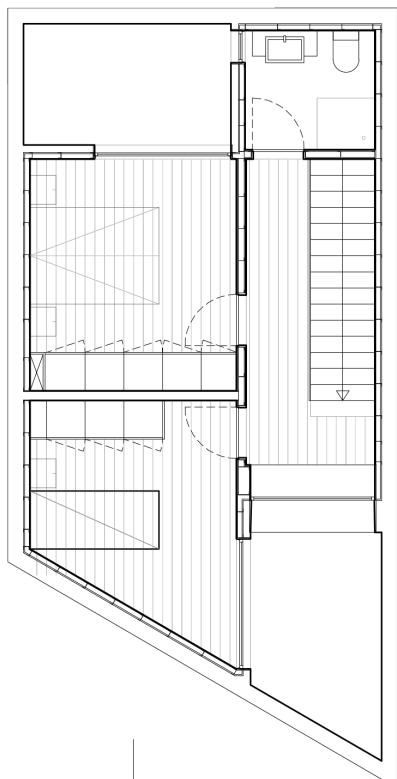


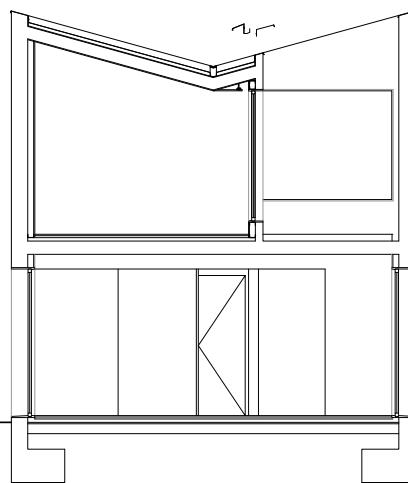
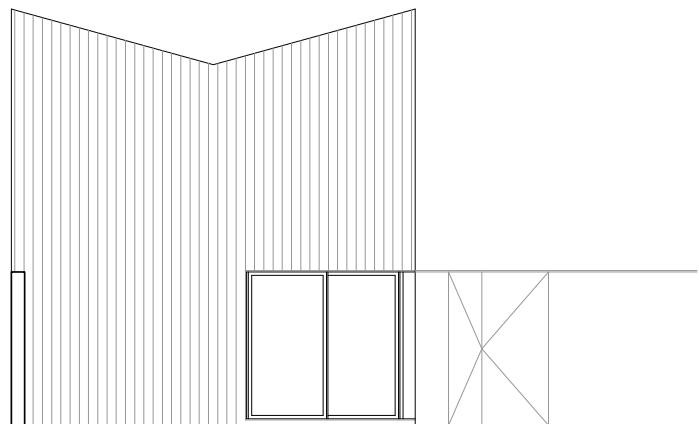


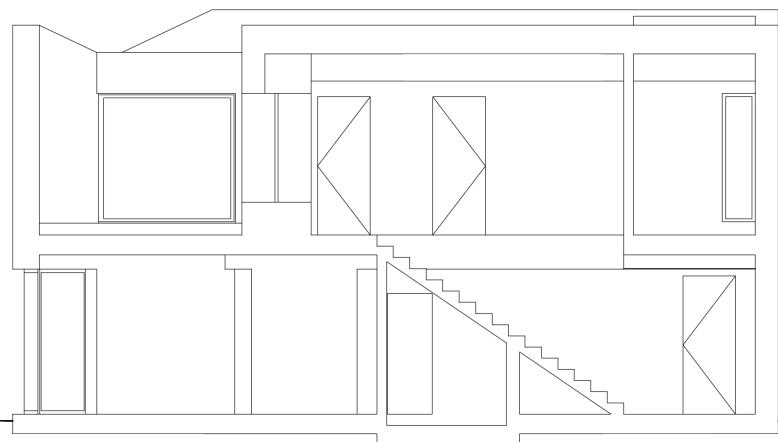
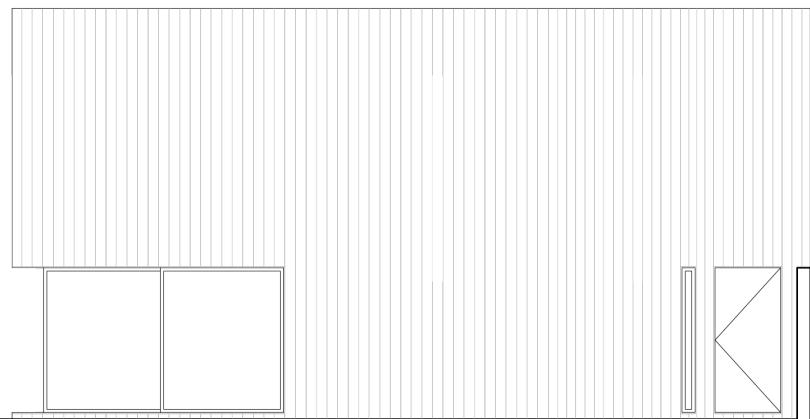


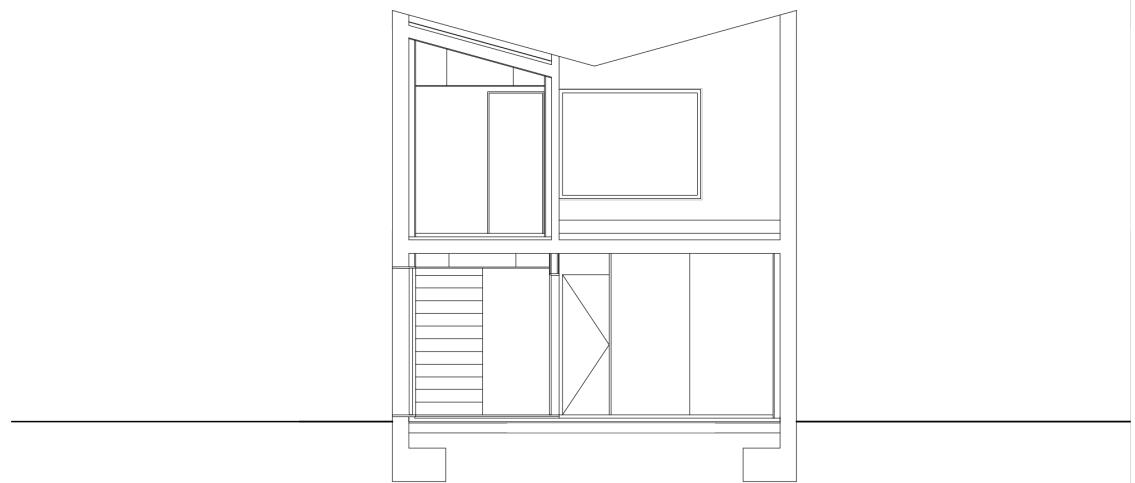
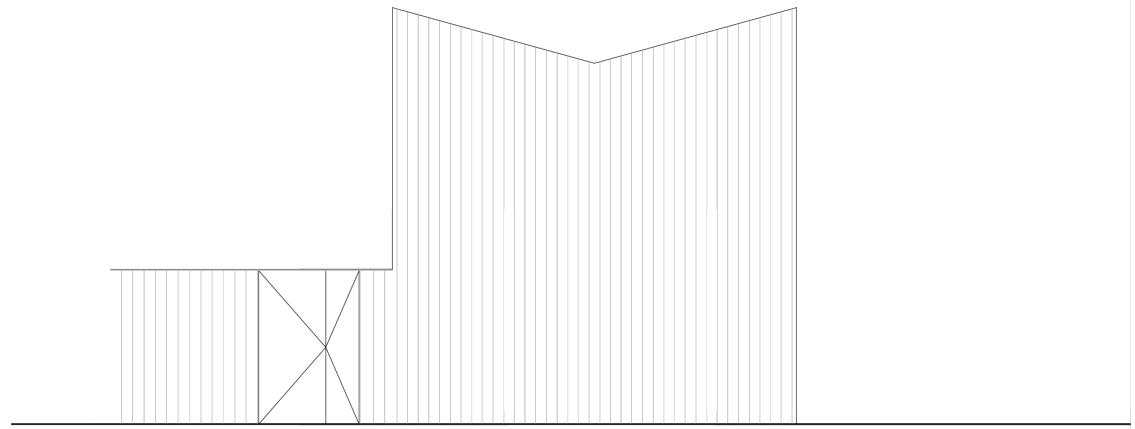
...onality

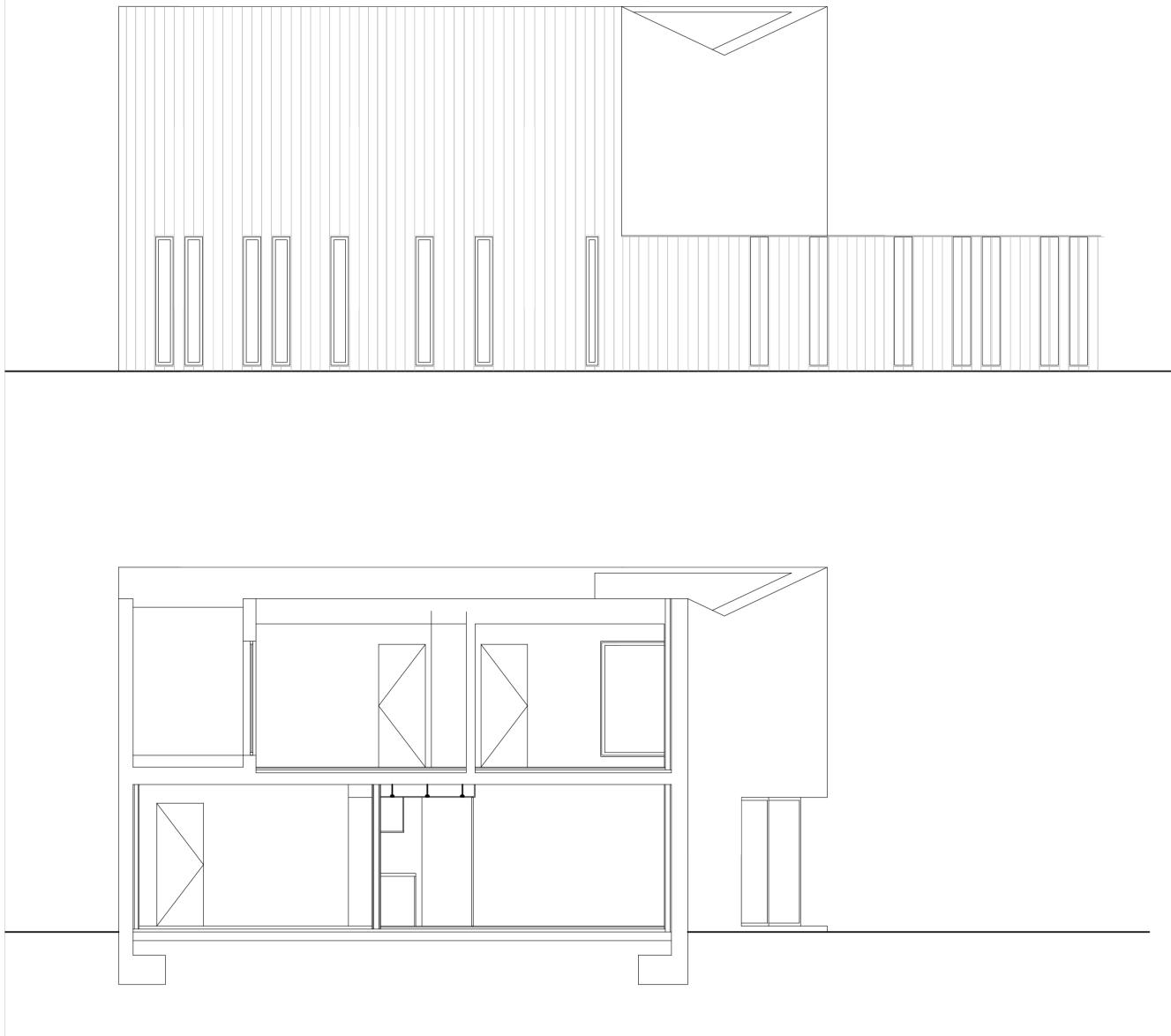














Maqueta construtiva, esc. 1:1



Exercício livre - Mobiliário Urbano

MOBILIÁRIO URBANO

Para complementar esta cadeira do 5º ano, foi proposta a realização de um exercício de caráter livre, que poderia passar por um projeto, textos, um filme, entre outros. Em adição à pesquisa feita em torno do espaço público, sentiu-se oportuna a realização do mobiliário urbano, anteriormente apresentado – candeeiro público, módulos de madeira e betão –, em tamanho real.

Para tal, começou-se por procurar materiais que poderiam ser aqui utilizados, numa melhor relação qualidade -preço. Assim, optou-se pela realização dos módulos de madeira em placas de pinho que, recortadas e coladas duas a duas, formariam a espessura indicada para o módulo e os seus encaixes. Para o betão foi realizada, primeiramente, uma cofragem com placas de isolamento tipo roofmate, criando um negativo do volume, e, através de uma vedação de jardim com dois metros de comprimento, construiu-se uma armação para dar mais firmeza ao material. Contudo, esta primeira cofragem partiu-se devido à pressão exercida pela massa, pelo que teve de ser refeita, desta vez com barrotes de madeira aparafusados e criando um quadrado que envolveu a caixa, aguentando a pressão para o exterior.

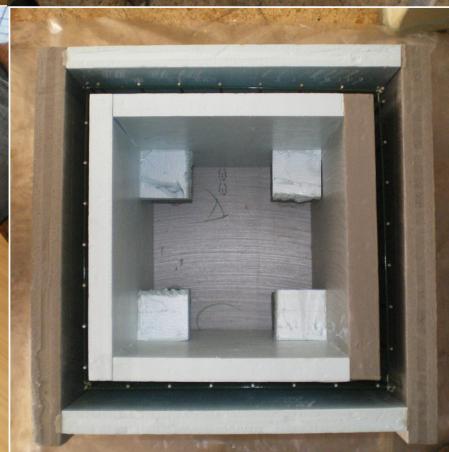
Para a realização do candeeiro, que se imaginou inicialmente em aço escovado, procurou-se a opinião de serralheiros e indivíduos em fábricas de candeeiros, que informaram que a fabricação deste objeto, pelas formas específicas e peças inexistentes, tornar-se-ia morosa e dispendiosa, pelo que optou-se por uma aproximação ao real. Através de materiais mais baratos e moldáveis, como tubos de PVC e perfis de alumínio, construiu-se esta peça, que serve para experimentação, ainda que não seja adequado para uso exterior, pela sua fragilidade.

Pensa-se contudo terem-se conseguido resultados bastante interessantes, que funcionam bem perante a escala urbana e são uma mais valia para os novos usos que os espaços públicos poderão vir a ter no futuro.

Segue-se um storyboard que pretende mostrar o processo que levou aos objetos finais.













BIBLIOGRAFIA

MONOGRAFIAS

- ARAÚJO, Ana Cristina (Org.); et al; *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos*; Livros Horizonte; Lisboa; 2007
- ARAÚJO, Norberto de; *Peregrinações em Lisboa* – Livro XI; Vega; 2^a ed; Lisboa; 1993
- BAPTISTA DE CASTRO, João; *Mappa de Portugal Antigo e Moderno* – III; 2^a ed; Lisboa; 1763 (consulta online em <http://purl.pt/> - biblioteca digital da Biblioteca Nacional)
- CHAVES, António Rego (Coord.); *Portugal. Memórias das cidades*; Diário de Notícias; Lisboa; 2001
 - CONSIGLIERI, Carlos; et al; *Pelas Freguesias de Lisboa* – Volume 3; C.M.Lisboa; Lisboa; 1995
 - FRANÇA, José-Augusto; *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*; Biblioteca Breve; 3^a ed; 1989
 - FRANÇA, José-Augusto; *Lisboa – História Física e Moral*; Livros Horizonte; Lisboa; 2008
 - FRANÇA, José-Augusto; *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*; Livros Horizonte; 3^a ed; Lisboa; 1997
 - MOITA, Irisalva (Coord.); *O Livro de Lisboa*; Livros Horizonte; Lisboa; 1994
 - ROSSA, Walter; *Além da Baixa. Indícios de Planeamento Urbano na Lisboa Setecentista*; Instituto Português do Património Arquitectónico; Lisboa; 1998
 - SANTANA, Francisco (Direc.); SUCENA, Eduardo (Direc.); *Dicionário da História de Lisboa*; Lisboa; 1994
 - SANTANA, Francisco; *Lisboa na 2^a metade do séc. XVIII – Plantas e descrições das suas freguesias*; ENP – Anuário Comercial de Portugal; Lisboa; s/d
 - SEQUEIRA, Gustavo de Matos; *Depois do Terramoto. Subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa* – Volume I; Lisboa; 1967a
 - SEQUEIRA, Gustavo de Matos; *Depois do Terramoto. Subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa* – Volume II; Lisboa; 1967b
 - SEQUEIRA, Gustavo de Matos; *Depois do Terramoto. Subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa* – Volume III; Lisboa; 1967c
 - SEQUEIRA, Gustavo de Matos; *Depois do Terramoto. Subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa* – Volume IV; Lisboa; 1967d
 - TOSTÓES, Ana (Coord.); ROSSA, Walter (Coord); *Lisboa 1758. O Plano da Baixa hoje*; C.M.Lisboa; Lisboa; 2008
 - VIEGAS, Inês Morais (Coord.); DIAS, Luísa Costa (Coord.); *Lisboa e o Aqueduto*; C.M.Lisboa; Lisboa; 1997

ARTIGOS

- *As Sedas do Rato: A Real Fábrica e a Configuração Pombalina do Complexo Fabril e Urbano das Amoreiras*; p. 8-9 in *São Mamede em revista* – n.º 8; J.F.São Mamede; Lisboa; 2009
- MURTEIRA, Helena; *A Lisboa de Pombal: Ideologia e Projecto Urbano*; p. 405-411 in ARAÚJO, Ana Cristina (Org.); et al; *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos*; Livros Horizonte; Lisboa; 2007
- ROSSA, Walter; *Dissertação sobre reforma e renovação na cultura do território do pombalismo*; p. 379-390 in ARAÚJO, Ana Cristina (Org.); et al; *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos*; Livros Horizonte; Lisboa; 2007
- PEREIRA, Nuno Teotónio; *Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário*; p. 509-524 in TEIXEIRA; Manuel C. (Coord.); *Análise Social – Volume XXIX (127) Habitação na Cidade Industrial (1870-1950)*;3^a ed.; Lisboa; 1994;

SITES

- *Campo das Amoreiras* in <http://www.zerozero.pt/estadio.php?id=12184> [consultado a 03.06.2013]
- *Evolução do Planeamento Urbano de Lisboa* in <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm> [consultado a 25.09.2013]
- *Freguesias* in <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/freguesias/freguesias> [consultado a 25.09.2013]
- *História da Freguesia [de São Mamede]* in <http://www.f-saomamede.pt/paginas/historia-da-freguesia/> [consultado a 19.07.2013]
- *História do Benfica* in <http://www.cbenfica.com/historia.html>
- *Laboratório Sanitas* in <http://www.flickr.com/photos/biblarte/6102870526/> [consultado a 03.06.2013]
- *Metropolitano de Lisboa* in <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1577859> [consultado a 25.09.2013]
- *Pátio Bagatella* in <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/patio-bagatella> [consultado a 03.06.2013]
- *Real Fábrica de Louças* in <http://obaraodelavos.blogspot.pt/2012/08/real-fabrica-de-loucas.html> [consultado a 06.08.2013]
- *Retrato de Lisboa* in <http://observatorio-lisboa.eapn.pt/retratodelisboa.php> [consultado a 06.10.2013]
- *Rua de Lisboa com alguma história – Largo do Rato* in <http://aps-ruasdelisboacomhistria.blogspot.pt/2008/04/largo-do-rato-iii.html> [consultado a 12.08.2013]

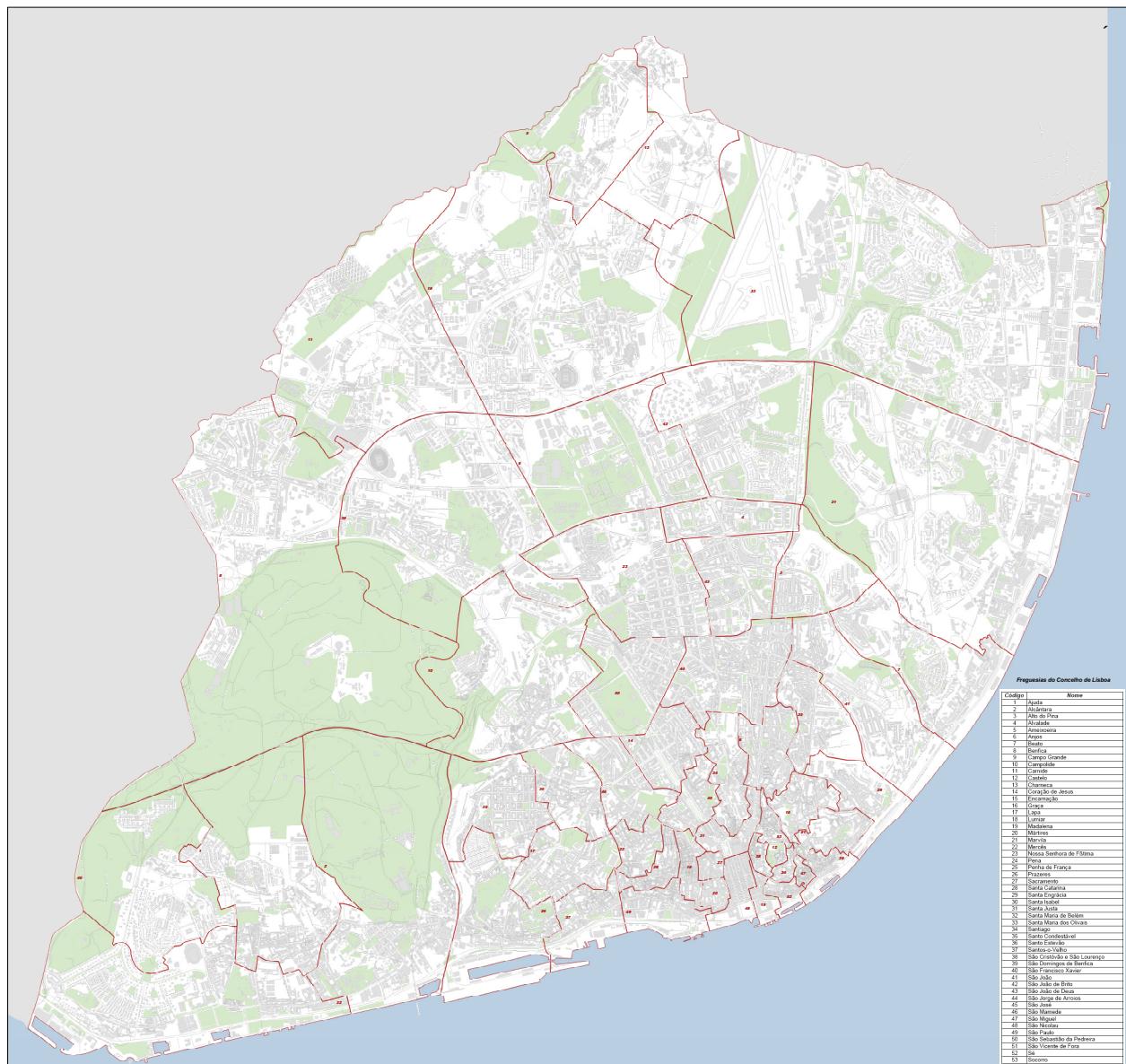
ENTREVISTAS

- Arquiteto Manuel Graça Dias [14.05.2013]
- Doutor José Sarmento de Matos (Olisipógrafo) [16.07.2013]
- Doutora Maria Helena Barreiros (C.M.Lisboa) [24.05.2013]
- Professor Walter Rossa (Universidade de Coimbra) [troca de emails durante o mês de Julho]

VISITAS

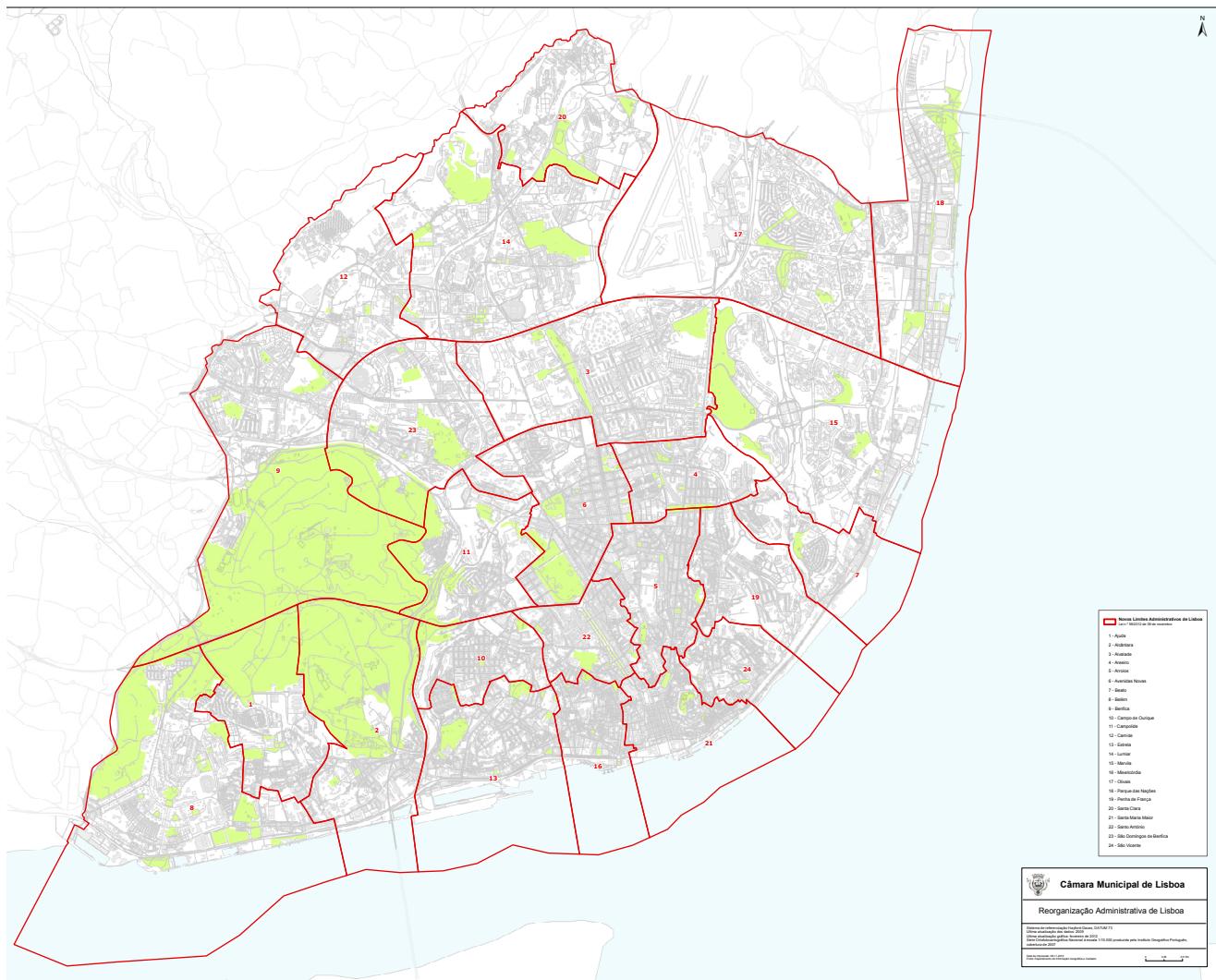
- Lisboa Open House (Org. Trienal de Arquitectura) – Visita guiada ao Complexo das Amoreiras, a 6 de Outubro de 2012
- Ao local, diversas vezes desde Setembro de 2012 a Outubro de 2013

Anexos



Direção Municipal de Planeamento Urbano
Departamento de Informação Geográfica e Cadastro
Queléus

LISBOA - Base Categórica
Sistema de Informação Geográfico Base: DATUM 75
Última actualização geográfica: Janeiro de 2007
1:10.000



(à esq.) Antiga divisão administrativa de Lisboa.
 (em cima) Nova divisão administrativa de Lisboa. "Freguesias" in <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/freguesias/freguesias>



Plano urbano setecentista para a zona de Campo de Ourique. Imagem em CD anexo in Tostões, 2008

Duarte Fava, Extrato da Carta Topographica de Lisboa e seus subúrbios, 1807. BN





Vista aérea da zona envolvente das Amoreiras.
Reportagem fotográfica provavelmente dos
anos 30 e anterior a 1940. FT 14191. GEO

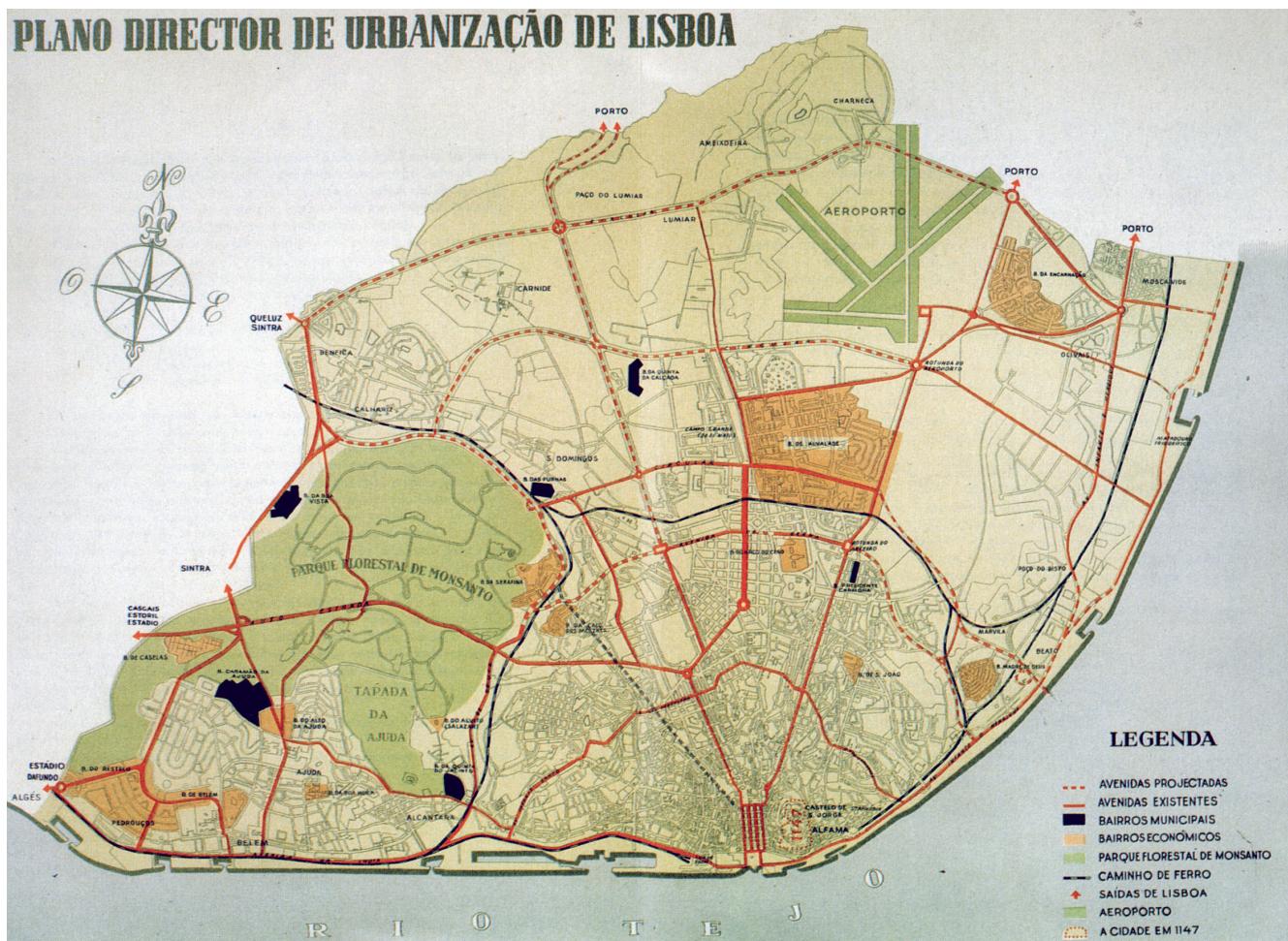


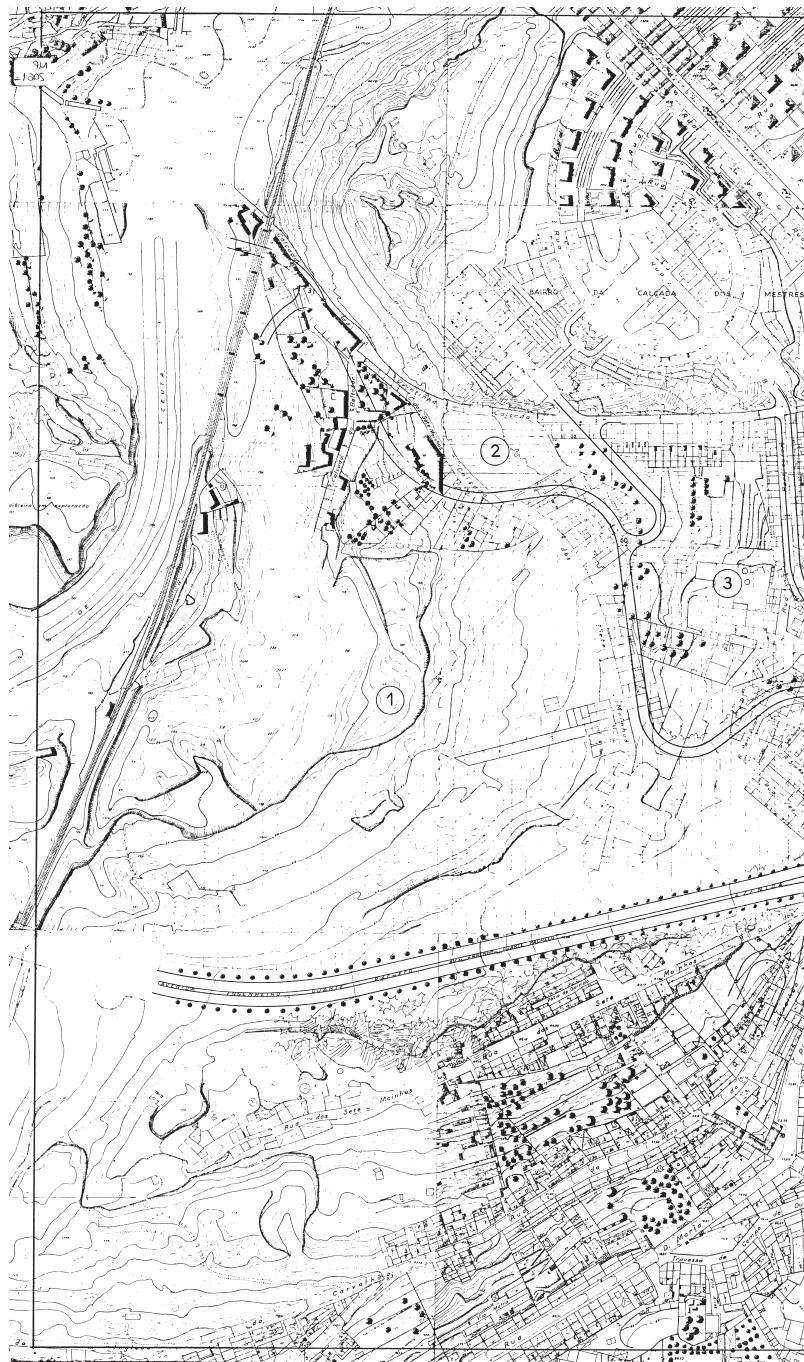
Vista aérea da zona envolvente do Largo do Rato. Reportagem fotográfica provavelmente dos anos 30 e anterior a 1940. FT 13839. GEO



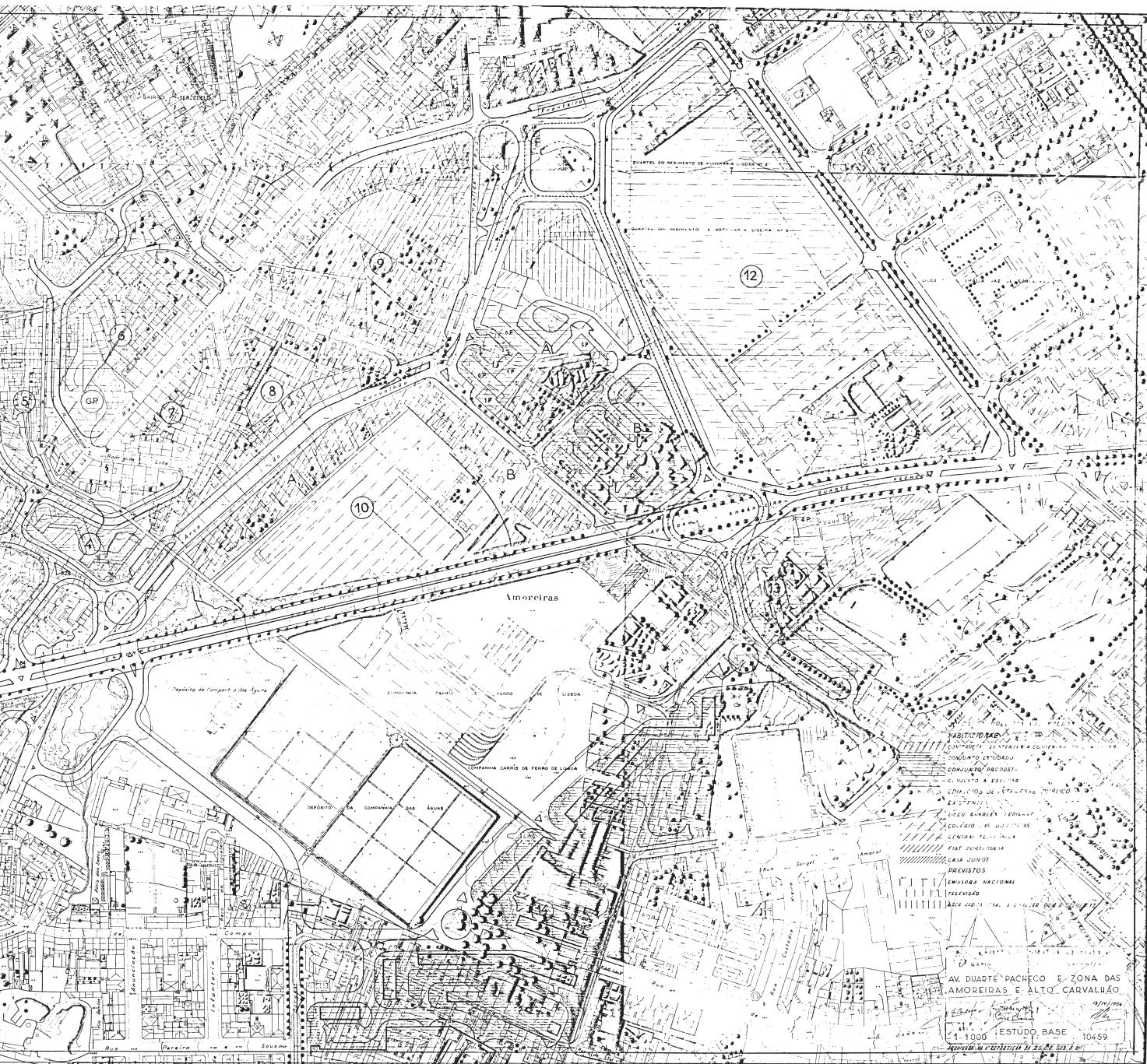
Extrato de Planta da zona das Amoreiras, com novos planos traçados sobre a malha antiga. Campo das Amoreiras é aqui visível. 1940. AICML

Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa - PGUEL (Etienne de Groer). 1948.
 "Evolução do Planeamento Urbano de Lisboa" in <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-director-municipal/enquadramento-do-pdm>





Estudo base da Av. Duarte Pacheco e zona das Amoreiras e Alto do Carvalhão. MP 2961. GEO







Fotografia aérea da zona das Amoreiras, mostrando o Bloco das Águas Livres, ainda sem a Praça das Águas Livres terminada. É também possível ver a antiga Estação das Amoreiras, nos terrenos onde hoje se encontra o Complexo das Amoreiras. in PEREIRA, Nuno Teotónio; Arquitectura n.º 65, 1959, p. 3



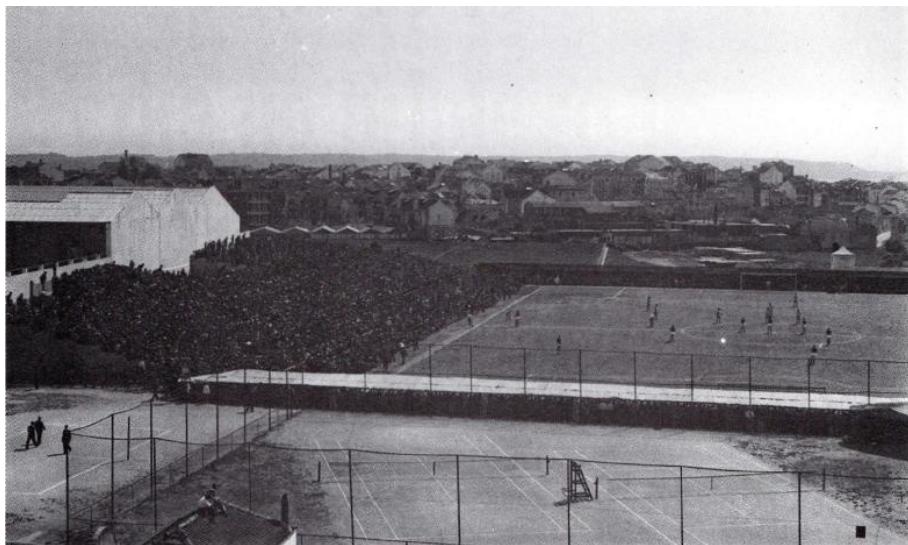
Pátio do Biaggi, s/d. AFCML



Pátio do Biaggi, s/d. AFCML



Quinta do Biaggi, vista a partir do topo da Mãe de Água, s/d. AFCML



Campo de futebol das Amoreiras, pertencente ao Sport Lisboa e Benfica. "História do Benfica" in <http://www.cbenfica.com/historia.html>



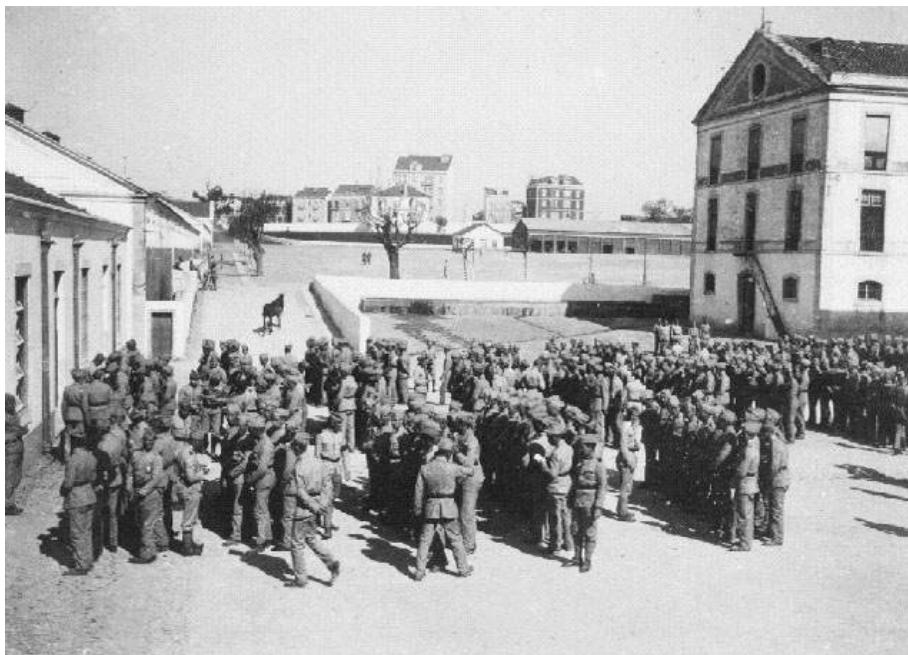
Edifício principal do Laboratório Sanitas, na Rua D. João V, do arquiteto Raúl Rodrigues Lima, 1945. "Laboratórios Químicos em Lisboa" in <http://restosdecoleccao.blogspot.pt/2012/11/laboratorios-quimicos-em-lisboa.html>



Pátio Bagatella, s/d. in <http://picasaweb.google.com/lh/photo/fU7lYRafegUxtcex4WQyPA>



Pátio do Monteiro, mandado construir por
Manuel José Monteiro em 1879.



Quartel de Artilharia n.º 1, s/d. AFCML



Reservatória da Companhia das Águas, s/d. AFCML



Sobreposição de uma fotografia atual sobre uma fotografia de época, tiradas no cruzamento da Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, com a Avenida Conselheiro Fernando de Sousa, a parte do terreno do antigo quartel. Montagem de Rita Cepa. Fotografia atual de Rita Cepa e fotografia antiga do AFCML

